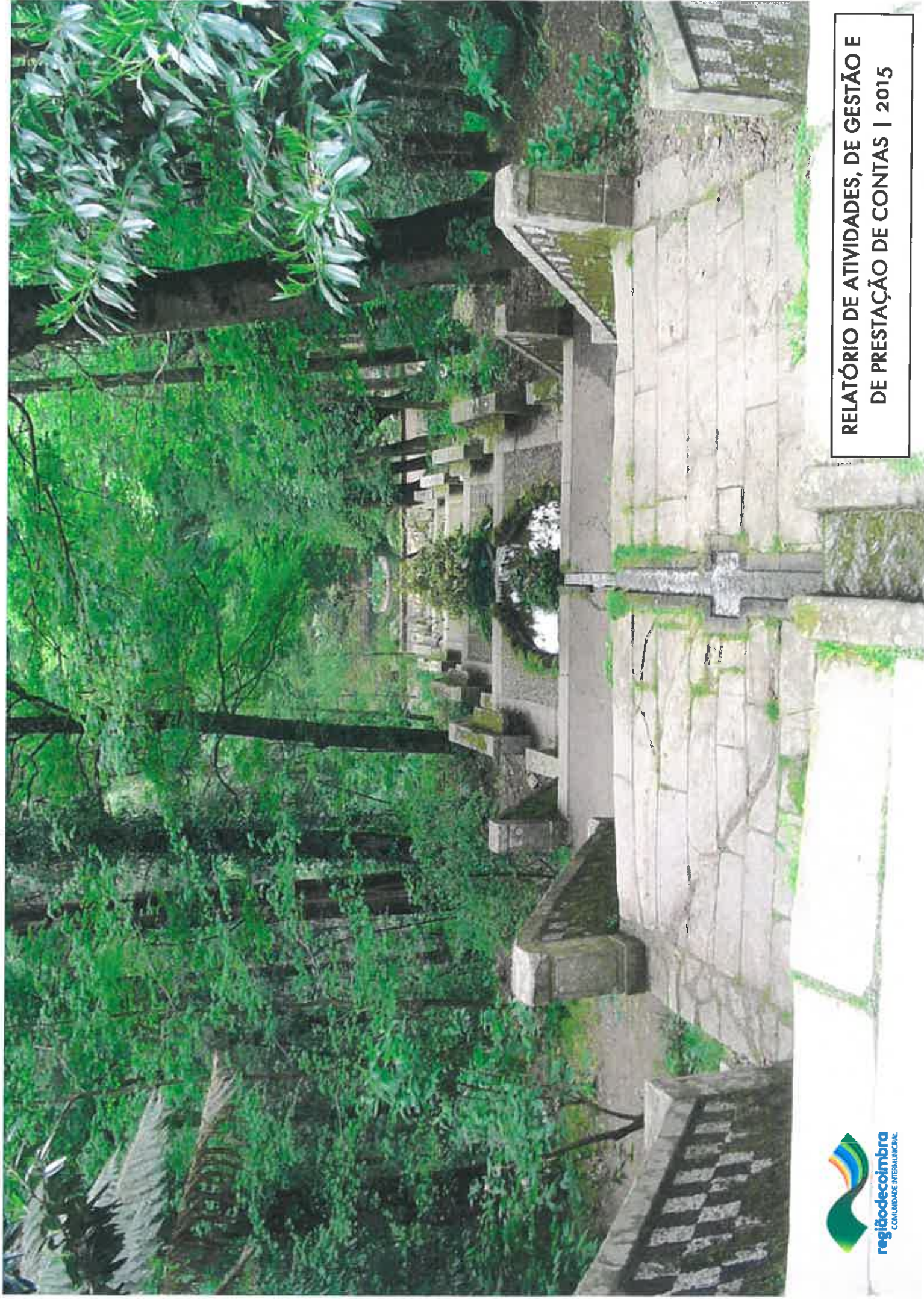




NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
PARTES I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	5
I. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA.....	6
II. AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL.....	10
III. QREN, PORTUGAL 2020 E PROGRAMAS EUROPEUS.....	17
III.1. CONTRATUALIZAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN.....	18
III.1.1. ENQUADRAMENTO.....	18
III.1.2. PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO POR BENEFICIÁRIO E POR PROJETO APROVADO.....	19
III.1.3. REPROGRAMAÇÕES.....	19
III.1.4. EXECUÇÃO.....	20
III.1.5. VERIFICAÇÕES DE CONFORMIDADE E NO LOCAL.....	21
III.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ÂMBITO DA CONTRATUALIZAÇÃO.....	28
III.3. PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL.....	30
III.4. PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL – PAMUS.....	36
III.5. COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DE PROGRAMAS EUROPEUS.....	39
IV. REFORÇO DA COMPETITIVIDADE NUM TERRITÓRIO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL.....	41
V. PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO, CAPTAÇÃO E APOIO AO INVESTIMENTO.....	55
VI. ADMINISTRAÇÃO GERAL.....	73
PARTES II - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	86

I. INTRODUÇÃO.....	87
II. ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	87
II.1. MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO.....	88
II.2. EXECUÇÃO DA RECEITA.....	88
II.3. EXECUÇÃO DA DESPESA.....	96
II.4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	98
II.5. FLUXOS DE CAIXA: FINAL DA GERÊNCIA DE 2015.....	99
III. ANÁLISE PATRIMONIAL.....	100
III.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	100
III.1.1. CUSTOS DO EXERCÍCIO.....	101
III.1.2. PROVEITOS DO EXERCÍCIO.....	103
III.2. BALANÇO.....	104
IV. PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO.....	105
V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	106
VI. FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO.....	106
VII. DELIBERAÇÃO DOS ÓRGÃOS.....	107
PARTES III – RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	109
CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	110
BALANÇO.....	113
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	118

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	120
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	128
CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	132
EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	135
FLUXOS DE CAIXA.....	151
CONTAS DE ORDEM.....	156
OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....	158
MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO - RECEITA E DESPESA.....	161
MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	176
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA.....	206
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - DESPESA.....	208
SUBSÍDIOS CONCEDIDOS.....	210
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - RECEITA.....	212
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - RECEITA.....	214
SUBSÍDIOS OBTIDOS.....	216
ATIVOS DE RENDIMENTO FIXO.....	219
ATIVOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL.....	221
EMPRÉSTIMOS.....	223
OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS.....	225
CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - SITUAÇÃO DOS CONTRATOS.....	228
NORMA DE CONTROLO INTERNO.....	231
RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.....	270

SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS.....	272
MAPA DE FUNDOS DE MANEIO.....	280
RELAÇÃO DE EMOLUMENTOS NOTARIAIS E CUSTAS DE EXECUÇÕES FISCAIS.....	281
RELAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES.....	283
RELAÇÃO NOMINAL DE RESPONSÁVEIS.....	285
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	287
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	290
ANEXOS.....	292

NOTA INTRODUTÓRIA

A CIM Região de Coimbra assume-se como uma caixa de ferramentas em prol do desenvolvimento do território e dos seus agentes norteada por objetivos de serviço ao cidadão, às comunidades e às empresas, estruturada segundo modelos flexíveis, dirigida com responsabilidade e abertura, dispondo de recursos humanos mobilizados e qualificados.

O aumento da coesão territorial, social, económica e ambiental é, a par da matriz, dos ganhos de escala intermunicipais o referencial desta Comunidade.

A assumir este desafio, a CIM Região de Coimbra adota uma filosofia de qualidade e de excelência, num processo nada fácil e que requer, além de liderança sólida, política e técnica, uma procura constante pelo aumentando a eficiência, modernizando, dignificando, valorizando, apoiando e envolvendo todos os agentes.

Na prática, estamos perante significativas mudanças, num projeto reformista de progresso centrado nas pessoas e nos territórios, nos seus problemas mas mais que tudo nas suas soluções.

Cabe à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra assumir um papel interventivo, de acordo com as orientações governamentais e da própria Constituição da República Portuguesa, no território que representa e que tem por missão ajudar a desenvolver no âmbito do quadro comunitário Portugal2020, com a execução do Pacto e Desenvolvimento e Coesão Territorial e a dinamização de projetos de cooperação inter-regional e internacional, bem como através do reforço da competitividade num território que se deseja inclusivo e sustentável.

O atual relatório de atividades espelha o esforço de aproximação da CIM Região de Coimbra à sociedade, apresentando o documento, as vertentes mais relevantes da atividade dos diferentes serviços desta Comunidade Intermunicipal.

Coimbra, 01 de abril de 2016

O 1º secretário executivo intermunicipal



Jorge Brito

PARTE I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES



I. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA

A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC) agrega os concelhos de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova, Penela, Soure, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Tábua e Vila Nova de Poiares, num total de 19 municípios, cerca de 460.000 habitantes e uma área global de 4.336 km².

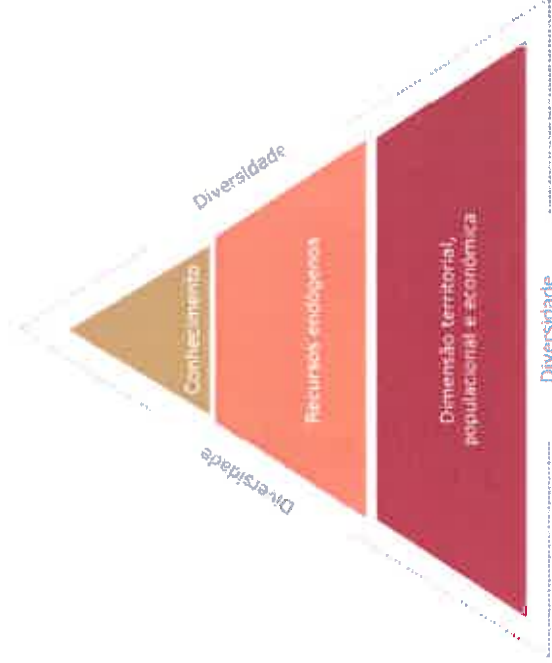
Ilustração 1 - Território da CIM Região de Coimbra



Ao analisarmos a região de Coimbra no contexto nacional e regional identificam-se quatro vetores distintivos:

1. A dimensão territorial, populacional e económica (região com o maior número de habitantes e de concelhos no Centro, estimando-se que represente 20% do PIB), por justificar a implantação de ofertas públicas e privadas altamente qualificadas e especializadas que dependem de um nível mínimo de massa crítica económica e populacional, mas levantando desafios adicionais na construção de consensos e do modelo de governação da estratégia de desenvolvimento;
2. A diversidade de densidades e perfis populacionais e produtivos, de paisagens e de recursos, pela oportunidade de construção sinergias entre atividades e setores económicos, mas levantando desafios adicionais na criação de condições de acessibilidade e mobilidade e de compatibilização dos vários modos de ocupação e uso do território;
3. A riqueza dos recursos endógenos (floresta, os rios, a serra, a costa, o património), pelo seu potencial de afirmação turística e pelo papel determinante na criação de valor e de emprego e na construção de uma identidade regional;
4. A experiência e qualidade do trabalho de instituições de referência nacional nos domínios da educação, ciências de vida e I&DT, pela oportunidade de consolidação de um dos pilares do sistema científico e tecnológico da região Centro e do país e de desenvolvimento de um modelo de especialização inteligente.

Ilustração 2 - Fatores distintivos da Região de Coimbra.



DIVERSIDADE DE RECURSOS QUE CARATERIZA A REGIÃO CENTRO

- a) Amplos recursos agrícolas, hídricos e florestais, sustentando na região um conjunto de atividades económicas gradualmente organizada numa lógica de fileira - horticultura, fruticultura, cereais, pesca/aquicultura e indústria do pescado, produção florestal e de papel – e levadas a cabo por um tecido empresarial que combina uma malha relativamente atomizada de pequenas empresas com um conjunto limitado de empresas de transformação e distribuição de maior dimensão e com uma forte capacidade de inserção no mercados internacionais;
- b) Tradição e *know-how* industrial – as indústrias agroalimentar, de pasta e papel, de material de construção e metalúrgicas têm uma presença dispersa na região - que garantem um nível de especialização e de produtividade do setor mais elevado que o padrão nacional;
- c) Um mosaico de recursos turísticos com uma área de influência territorial e uma capacidade de captação de fluxos de procura ainda relativamente limitada mas com um forte potencial de valorização;
- d) Uma oferta pública de serviços de saúde e educação liderada pela Universidade de Coimbra, cuja área de influência ultrapassa largamente as fronteiras de região e que, gradualmente, é complementada por um conjunto significativo de unidades de investigação e, em menor medida, por iniciativas empresariais de base tecnológica

e) O extenso coberto florestal e as áreas agrícolas e agroflorestais constituem-se como vetores estruturantes do desenvolvimento da região, seja pela importância que assumem na sua imagem e notoriedade, seja pelo potencial que encerram para a criação de emprego e riqueza.

f) O padrão de ocupação do solo traduz-se num maior pendor produtivo que distingue a região de Coimbra no contexto da região Centro e do país, com destaque para o milho, o arroz e alguns produtos hortícolas. Importa, ainda, salientar as atividades ligadas à exploração dos recursos florestais que assumem uma expressão relevante em setores como o papel, o mobiliário e a produção de energia.

Apresenta-se seguidamente um quadro com uma análise SWOT

Tabela 1 – Análise SWOT.

Principais Oportunidades	Principais Ameaças
1. Exploração da diversidade de recursos numa estratégia de crescimento inteligente 2. Capitalização das experiências de trabalho em parceria no âmbito das estratégias de eficiência coletiva e da contraturalização 3. Valorização dos recursos ambientais e endógenos, promovendo o equilíbrio entre a preservação do património e o desenvolvimento de atividades económicas 4. Criação de emprego na economia social	1. Prolongamento da crise económica nacional 2. Intensificação do modelo de desenvolvimento assente nos baixos custos unitários de mão-de-obra 3. Centralização dos centros de decisão fora da região 4. Clivagem entre o litoral e o interior, níveis de desenvolvimento e condições de acesso aos serviços públicos e ao emprego 5. Pressões sobre os recursos hídricos e florestais: incêndios, erosão e inundações 6. Novos focos de carência económica e exclusão social
Principais Forças Fortes	Principais Pontos Fracos
1. Produtividade do setor industrial 2. Coberto florestal e internacionalização da fileira 3. Infraestruturas de suporte e áreas de acolhimento empresarial 4. Qualidade do património histórico e cultural 5. Condições de excelência para a produção hortofrutícola 6. Recursos hídricos 7. Produção e diversificação das fontes de energia 8. Presença de um pólo de serviços de educação e saúde com relevância nacional	1. Debilidade da intensidade exportadora 2. Atrasos nas ligações logísticas e multimodais e acessibilidades estruturantes 3. Dificuldades de escoamento e certificação dos produtos endógenos 4. Baixas taxas de recolha seletiva dos resíduos urbanos 5. Atomização da estrutura fundiária 6. Envelhecimento populacional 7. Agravamento do desemprego 8. Focos de resistência à descida da taxa de insucesso escolar 9. Ineficiências na oferta de serviços sociais

II. AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL

Tal como foi identificado nas Grandes Opções do Plano “qualquer estratégia de desenvolvimento só terá sucesso se for sentida e partilhada por todos os parceiros, em particular por todos os municípios.”

Dessa forma todos os projetos e concretização de ações passaram por um processo de construção contínua de auscultação, cooperação e diálogo.

Com vista ao desenvolvimento de ações de âmbito local, tentando responder a necessidades intermunicipais, e no sentido de prosseguir os seus fins públicos foram realizadas diversas reuniões com entidades diferenciadas e diferenciadoras promotoras de projetos como foi o caso das Associações de Desenvolvimento Local, Contratos Locais de Desenvolvimento Social, entidades do setor empresarial, instituições de ensino, outras entidades públicas e privadas com intervenção ao nível do território da CIM Região de Coimbra.

Ilustração 3 - Apresentação de proposta do Programa de Ação para a Valorização do Património e Promoção Turística da Região de Coimbra – 16 fevereiro de 2015



Ilustração 4 – Lusa - Agência de Notícias de Portugal



“CIM devem ser consagradas na Constituição portuguesa”

Em março de 2015 o presidente da CIM da Região de Coimbra, João Ataíde, defende que aquelas estruturas devem ser consagradas na Constituição portuguesa numa futura revisão constitucional, caso os seus poderes venham a ser alterados e aprofundados.

Em declarações à agência Lusa, um ano após a sua nomeação como presidente da CIM Região de Coimbra, o também autarca da Figueira da Foz admitiu ainda que possa ser suscitada alguma falta de legitimidade das CIM aquando de uma eventual transferência de competências por parte da administração central - precisamente por não possuírem, atualmente, competências originárias mas antes delegadas pelos municípios que as constituem (...).

A promoção também tem sido feita internacionalmente sendo exemplo disso a referência que o jornal britânico “The Guardian” fez em abril de 2014

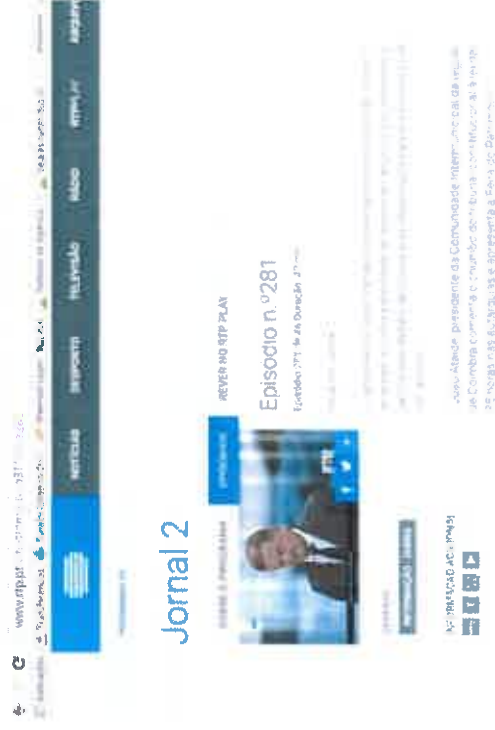
Ilustração 5 – Jornal britânico “The Guardian”



O jornal britânico “The Guardian” elegeu os dez melhores destinos na Europa para passar o Verão com a família e, na Região Centro, sugere uma visita à região de Coimbra, com Tábua no horizonte, “prometendo umas férias brilhantemente moderadas”.

Internamente a posição da CIM RC faz-se sentir a diversos níveis.

Ilustração 6 - Presidente da CIM RC no Jornal 2 – RTP 2 – 9 outubro 2015



João Ataíde, presidente da CIM RC comenta o chumbo do Tribunal Constitucional à Lei das 35 horas nas autarquias e apresenta a Feira do Património.

<http://www.rtp.pt/programa/tv/p314031e281#sthash.v77Zu2U2.dpuf>

Ilustração 7 - Apresentação da Candidatura de Promoção do Espírito Empresarial



Reportagem da Antena 1, no Programa Portugal em Direto, a propósito da apresentação da candidatura de promoção do espírito empresarial, que abrange os seus 19 Municípios.

No sentido da concretização da proximidade aos seus territórios, a CIM RC procedeu à realização de algumas reuniões do Conselho Intermunicipais noutros locais que não na sua sede.

Ilustração 8 - Salão Nobre da Câmara Municipal de Mortágua



Ilustração 9 - Centro Ciência Viva de Coimbra

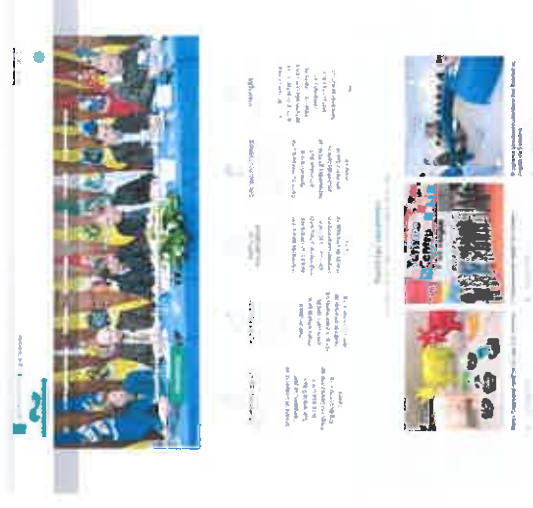


Comunicação

Fulcral em todo este processo, é a comunicação, é uma forte imagem identitária e uma mensagem política coerente, que passam nos contextos regional, nacional e internacional.

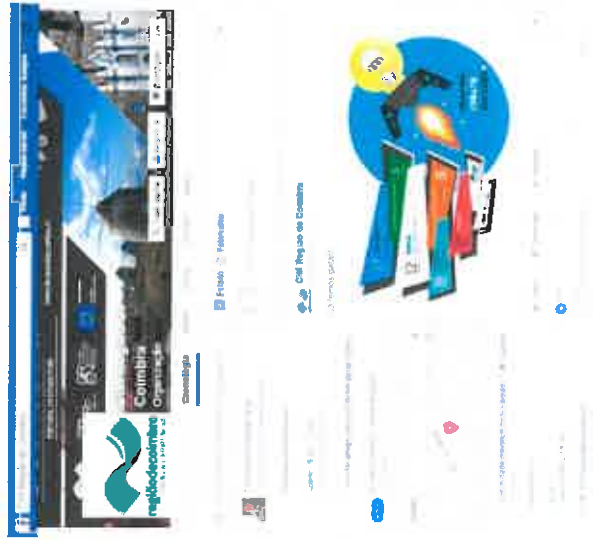
Durante o ano civil de 2015, o Gabinete de Comunicação da CIM RC publicitou, nos Órgãos de Comunicação Social e na plataforma web, <http://cim-regiãodecoimbra.pt/> a atividade do Conselho Intermunicipal e da Assembleia Intermunicipal, bem como os eventos mais relevantes dos 19 Municípios da CIM RC.

Ilustração 10 – Página inicial do website da CIM RC.



O apoio aos eventos organizados pela CIM RC e a sua presença em exposições de referência a nível regional e nacional foi outra das atribuições do Gabinete de Comunicação, que assumiu, também, a criação do arquivo fotográfico da CIM RC, a manutenção da página da CIM RC no Facebook, o envio e a gestão dos conteúdos difundidos através do site da CIM RC, além de mediar a presença e o relacionamento com os Órgãos de Comunicação Social. A redação da proposta de estratégia de Comunicação da Comunidade Intermunicipal foi outra das tarefas executadas.

Ilustração 11 – Página oficial do Facebook da CIM RC.



A Newsletter, no formato físico e digital, assim como o estudo tendente à presença da CIM RC, através de conteúdos dedicados, na imprensa, rádio Youtube (canal institucional vídeo) integraram a agenda de trabalho do Gabinete de Comunicação, em 2015, que assumiu ainda a supervisão da produção gráfica e publicitária da CIM RC.

Ilustração 12 – Newsletter em suporte de papel e digital



ASSEMBLEIA DISTRITAL

A CIM RC, no seguimento dos procedimentos legais constantes da Lei n.º 36/2014 de 26 de junho, respeitante ao Regime Jurídico das Assembleias Distritais e da publicação do Despacho n.º 3778/2015 de 16 de abril no Diário da República tomou-se a entidade recetora da universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Coimbra.

Dada a escassez de informação existente e a necessidade de esclarecimento de questões legais e contabilísticas, relativas às diversas situações que integram a universalidade jurídica indivisível foram encetados procedimentos que permitam coligir informações nesse sentido, encontrar soluções sobre esta matéria e proceder à regularização das posições jurídicas integrantes da "Universalidade".

Desta forma a CIM RC iniciou o processo de levantamento do património imobiliário constante da listagem enviada pela Assembleia Distrital e que se encontra desatualizado, tendo solicitado a colaboração dos municípios onde os prédios em questão se localizam atendendo ao conhecimento que possuem do território.

III. QREN, PORTUGAL 2020 E PROGRAMAS EUROPEUS

III.1. CONTRATUALIZAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN

III.1.1. ENQUADRAMENTO

No decorrer de 2015, a atividade da CIM RC continuou a ser fortemente marcada pela execução do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e a CIM RC. Recorde-se que a CIM RC é Organismo Intermédio do Programa Operacional Regional do Centro, dispondo de uma equipa técnica – Estrutura de Apoio Técnico – responsável por executar as competências delegadas pela Autoridade de Gestão na CIM RC, nomeadamente:

- ✓ Apreciação da elegibilidade e o mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- ✓ Organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO;
- ✓ Verificação se as operações a selecionar apresentam adequação técnica para a prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas e possuem demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;
- ✓ Verificação se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional antes das operações serem aprovadas;
- ✓ Acompanhamento da realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de

acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridades de Gestão dos PO;

- ✓ Verificação da elegibilidade das despesas, designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos;
- ✓ Confirmação que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação;
- ✓ Verificação do cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- ✓ Verificação da realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável com o PO, com as condições de apoio da operação;
- ✓ Assegurar que as despesas declaradas cumpriram as regras europeias e nacionais;
- ✓ Avaliação do cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações;
- ✓ Realização de verificações físicas no local das operações aprovadas pelo PO;

✓ Atualização do Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria;

✓ Recolha e reporte de toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação.

As competências acima descritas são desenvolvidas pela EAT da CIM RC, como se detalhará mais adiante, em todas as fases do ciclo de vida das operações, ou seja, desde a análise de aceitabilidade e admissibilidade, à análise técnico-financeira, análise de reprogramação, análise de pedidos de pagamento, verificação física e documental no local/verificação de conformidade e encerramento.

III.1.2. PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO POR BENEFICIÁRIO E POR PROJETO APROVADO

Apesar de se ter verificado uma evolução positiva em termos de montantes de investimento aprovado e executado no âmbito da Contratação, as variações são pouco significativas face aos anos anteriores, uma vez que, estando próximo o final do QREN e numa altura em que o Programa já se encontra em overbooking, não foram submetidas novas candidaturas.

Os quadros constantes do Anexo II ilustram o ponto de situação da Contratação da CIM RC a 31/12/2015 por Beneficiário e por operação, quer ao nível da aprovação (número de projetos aprovados, investimento total e elegível e FEDER aprovado) quer

ao nível da execução (FEDER validado, pago e respetivas taxas de realização e pagamento).

III.1.3. REPROGRAMAÇÕES

No âmbito das atribuições da CIM RC enquanto Organismo Intermédio, compete à Estrutura de Apoio Técnico a apreciação e elaboração de pareceres técnicos de candidaturas objeto de reprogramação para submissão a deliberação pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro. As reprogramações de candidaturas envolvem regularmente várias vertentes, nomeadamente de natureza física, financeira, temporal, de mercados públicos, etc, e exigem um esforço de análise semelhante ao despendido para novas candidaturas, pois abrangem a análise de todos os aspetos legais e regulamentares relativos à execução física e financeira das operações, incluindo a contratação pública, até ao momento da submissão da alteração.

No decorrer de 2015, a Estrutura de Apoio Técnico analisou e propôs a aprovação de reprogramações das seguintes operações:

- ✓ Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense (Arganil);
- ✓ Complexo Desportivo de Ançã (Inova, EM);
- ✓ Ligação intermunicipal Miranda do Corvo/Coimbra - Estrada Vale de Açor/Ceira, incluindo as pontes do Cabouco e Longra (Coimbra);

- ✓ Centro de Eventos de Sícó - P.O.R.O.S. - Construção da 1ª Fase (Condeixa-a-Nova);
- ✓ Requalificação do Campo de Treinos do Estádio José Bento Pessoa (Figueira da Foz);
- ✓ Centro Escolar do Luso (Mealhada);
- ✓ Espaço Inovação do Município de Mealhada (Mealhada);
- ✓ Posto de Turismo e Loja das 4 Maravilhas da Mealhada (Mealhada);
- ✓ Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gafões e Seixo (Montemor-o-Velho).

As reprogramações destas operações foram aprovadas pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro, o que permitiu retomar a normal execução e ciclo de vida das mesmas.

III.1.4. Execução

Ao nível da execução, continuou-se a desenvolver as tarefas de verificação e análise de pedidos de pagamento das operações da Contratualização. A verificação e análise de pedidos de pagamento compreende um conjunto significativo de tarefas como a verificação dos procedimentos de contratação pública, verificação da elegibilidade temporal dos documentos de despesa e quitação, a sua natureza, verificação se as despesas foram devidamente quitadas e respetiva contabilização, verificação do tipo e elegibilidade de fornecedores e razoabilidade de custos, imputação de IVA, critérios de

imputação, certidões de segurança social e administração fiscal, condicionantes e exceções, etc..

No decorrer de 2015, a Estrutura de Apoio Técnico analisou pedidos de pagamento das seguintes operações:

- ✓ Complexo Desportivo de Ançã (Inova, EM);
- ✓ Pavilhão Desportivo de Febres (Cantanhede);
- ✓ Ligação intermunicipal Miranda do Corvo/Coimbra - Estrada Vale de Açor/Seira, incluindo as pontes do Cabouco e Longra (Coimbra);
- ✓ Centro de Eventos de Sícó - P.O.R.O.S. - Construção da 1ª Fase (Condeixa-a-Nova);
- ✓ Requalificação do Campo de Treinos do Estádio José Bento Pessoa (Figueira da Foz);
- ✓ Medidas de Segurança Rodoviária junto às Escolas (Figueira da Foz);
- ✓ Centro Escolar do Luso (Mealhada);
- ✓ Espaço Inovação do Município de Mealhada (Mealhada);
- ✓ Pólo Logístico e Industrial de Arazede - 1ª Fase (Montemor-o-Velho);
- ✓ Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazede/Meco: Arruamento do Meco (Construção) (Montemor-o-Velho);

- ✓ Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abruñeira, Verride e Vila Nova da Barca (Montemor-o-Velho);
- ✓ Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gatões e Seixo (Montemor-o-Velho).
- ✓ Sintético de Montemor-o-Velho (Montemor-o-Velho);
- ✓ Arranjo Urbanístico em Pereira: Rua José Augusto Mendes dos Santos (Montemor-o-Velho);
- ✓ Estrada de Ligação EN 17/IP3 (Nó de Miro) IC7 (SPA) - Estrada de ligação EN17 ao IP3 Nó de Miro (Variante de Miro) (Penacova);
- ✓ Construção da Biblioteca Municipal (Penacova).

Após análise dos pedidos de pagamento destas operações pela EAT da CIM RC, a Autoridade de Gestão efetua a validação da despesa e emite a autorização de pagamento aos respetivos Beneficiários.

III.1.5. VERIFICAÇÕES DE CONFORMIDADE E NO LOCAL

A medida que o QREN se aproxima do seu final, as tarefas de verificação de conformidade e no local têm vindo, naturalmente, a ganhar cada vez mais importância e a ocupar cada vez mais recursos.

As verificações de conformidade e no local (aplica-se uma ou outra em função do FEDER aprovado para cada operação) são obrigatórias e constituem um passo

anterior à validação do relatório final submetido pelo beneficiário e encerramento da operação que permite o pagamento do saldo final.

Por outro lado, importa salientar que só com um encerramento sistemático das operações concluídas física e financeiramente será possível o apuramento das disponibilidades financeiras do Programa Operacional Regional do Centro.

Assim, o encerramento das operações e a definição dos seus valores finais, são essenciais não só para o pagamento do saldo final aos beneficiários como também para o apuramento de verbas libertadas que deverão ser disponibilizadas a outras operações, e assim garantir a integral execução do Programa. O não encerramento de operações prejudica enormemente o apuramento de verbas a libertar e impede o pagamento dos 5% finais de FEDER aos respetivos beneficiários.

O objetivo essencial das verificações de conformidade e no local consiste em verificar:

- ✓ Se as despesas declaradas pelos beneficiários foram realizadas e estão de acordo com os termos da deliberação de aprovação;
- ✓ Se existe correspondência entre os documentos de despesa e os bens e/ou serviços efetivamente fornecidos,
- ✓ Se as regras elegibilidade das despesas foram cumpridas,
- ✓ Se foi assegurado o cumprimento dos normativos nacionais e comunitários em matéria de contratação pública, concorrência, ordenamento do território, ambiente e igualdade de oportunidades.

As verificações de conformidade e no local são processos complexos e implicam, por vezes, a resolução de várias questões que ficaram pendentes nas fases de aprovação e execução. Por outro lado, ao longo do período de programação a metodologia a utilizar nas verificações de conformidade e no local tem vindo a ser afinada entre a CIM e a Autoridade de Gestão, estando este processo, nesta altura, estabilizado. Para tal contribuiu fortemente a nomeação, no final do primeiro trimestre de 2014, de um técnico da Autoridade de Gestão que efetua o acompanhamento dos relatórios produzidos por todas as CIM's.

As verificações de conformidade e no local implicam, resumidamente, as seguintes tarefas:

1. Verificação e análise do cumprimento dos objetivos da operação aprovada e das condicionantes aprovadas e verificadas em sede de execução;
2. Verificação de documentação comprovativa legitimidade do beneficiário para intervir no terreno, edifício ou fração objeto de financiamento (Certidão Permanente do Registo Predial e Caderneta Predial Urbana, com a descrição e valor patrimonial atualizados e/ou direito de superfície ou outra forma que comprove a legitimidade para intervir, complementada por representação gráfica e de localização das parcelas envolvidas, sempre que na intervenção se tenha recorrido à aquisição, expropriação ou outra forma de integração no património do Beneficiário de terrenos ou edifícios ou Declaração de utilidade pública ou de serviço administrativo estabelecida por instrumento de Gestão Territorial eficaz);

3. Verificação de licença, comunicação prévia ou autorização de utilização, nos termos do RJUE. Se enquadrável no artigo 6.º ou 7.º do RJUE (isenções de controlo prévio), documento que comprove a observância da operação urbanística ou da obra executada com:

- a. Artigo 6.º: as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais ou especiais de ordenamento do território, de servidões ou restrições de utilidade pública, as normas técnicas de construção, as de proteção do património cultural imóvel, e a obrigação de comunicação prévia nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (n.º 8 do artigo 6.º do RJUE);

- b. Artigo 7.º: a observância das normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção (n.º 6 e 7 do artigo 7.º do RJUE);

4. Verificação de pareceres técnicos e licenciamentos, autorizações e obrigações legalmente exigidos, nomeadamente, CERTIEL, DGGE, EDP, ANPC, Segurança Social, ARS, Estradas de Portugal, Certificação Energética, ...);

5. Verificação de Declaração de Impacte Ambiental (DIA) ou declaração da autoridade competente, que confirme que a operação não carece de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA);
6. Verificação de Parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
7. Verificação de Domínio hídrico, licenciamento/parecer da Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica correspondente;
8. Verificação de Património cultural imóvel, móvel e imaterial, parecer da Direção-Geral do Património Cultural (ex-IGESPAR);
9. Verificação dos procedimentos de Contratação Pública (empregadas e aquisição de bens ou serviços):
 - a. Identificação do objeto de contratação e legislação aplicada;
 - b. Proposta do empreiteiro / fornecedor / prestador, caderno de encargos, convite / programa de concurso, entre outros;
 - c. Identificação das alterações/modificações/substituições dos trabalhos/serviços inicialmente contratados, “a mais”, “suprimidos (a menos)” e “suprimento de erros e omissões”;
 - d. Formalização dos trabalhos a “a mais”, “suprimidos (a menos)” e “suprimento de erros e omissões”;
- e. Identificação dos mesmos ou documento que ateste a sua inexistência;
- f. Consignação / início da aquisição de bens ou serviços;
- g. Prorrogações, suspensões ou incumprimentos do prazo de execução, bem como a respetiva formalização e efeitos (aplicação de multas);
- h. Ação da fiscalização / acompanhamento da execução da obra, bem como os respetivos documentos de suporte, incluindo, nomeadamente, a gestão dos resíduos da construção e demolição, autos de vistoria, informações da fiscalização, livro de obra;
- i. Auto de receção provisória / conclusão da aquisição de bens ou serviços.
- j. Cálculo da revisão de preços definitiva;
- k. Conta final da empreitada.
10. Verificação do Projeto de execução concursado e comparação com as respetivas telas finais;
11. Verificação do Relatório de Execução do beneficiário, por componente de investimento, que descreva e evidencie as aquisições de bens móveis, de serviços e a execução de empreitadas, que permita a análise entre a execução física e financeira da operação, o cumprimento dos objetivos aprovados, quantificando e justificando os indicadores constantes no

Relatório Final submetido, acompanhado de registos fotográficos; relatórios, estudos e projetos associados à preparação, execução e conclusão da operação;

12. Verificação do cumprimento dos normativos nacionais e comunitários em matéria de ambiente, igualdade de oportunidades, concorrência e contratação pública – alínea k) do artigo 21.º do Regulamento Geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão;
13. Verificação da relação dos rendimentos associados à operação, ocorridos ao longo da sua execução, ou e verificação do enquadramento ou nas alíneas a) a d) do n.º 1 da Orientação de Gestão n.º 02/2012 do Mais Centro (projetos geradores de receitas – análise custo benefício atualizada no encerramento da operação);
14. Verificação do cumprimento Indicadores do emprego/género aprovados, ou seja relação do emprego efetivamente criado ou mantido decorrentes da operação, em termos temporários ou permanentes, fazendo ainda referência ao género e às habilitações;
15. Verificação do cumprimento dos normativos nacionais e comunitários relativos à igualdade de oportunidades, nomeadamente o disposto no Artigo 16.º (Igualdade entre homens e mulheres e não discriminação), do REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006 do CONSELHO, de 11 de Julho de 2006,
16. Análise das fotos anteriores, durante e após a intervenção

17. Análise dos registos (extratos) contabilísticos com as despesas relativas ao investimento cofinanciado,
18. Registo (extratos) contabilístico relativo ao lançamento do apoio recebido e Registo contabilístico (no que concerne a empreitadas) da conta de terceiros onde estão lançados os reforços de caução, no caso de não existirem garantias bancárias.
19. Verificação e análise de outros documentos relevantes da operação.
Genericamente, à data da submissão do Relatório Final pelos beneficiários, uma grande parte dos elementos acima referidos não se encontram no dossier da candidatura, o que implica ter de solicitar esclarecimentos ao beneficiário, pois as candidaturas não poderão ser encerradas se os mesmos não constarem corretamente no processo.
Deve ser referido que, apesar de existir um salutar espírito de cooperação entre os técnicos de todos os Municípios e a Estrutura de Apoio Técnico, têm-se verificado bastantes dificuldades na obtenção dos esclarecimentos solicitados, com atrasos de várias semanas e meses. Esta situação implica a solicitação de sucessivos pedidos de esclarecimentos até serem apresentados todos os elementos corretamente instruídos, facto que tem motivado atrasos na produção dos relatórios de conformidade e no local e, consequentemente, no encerramento das operações.



Ilustração 13 - Centro Escolar de Montes Claros (Coimbra) | Praça da República/Largo Rodrigo da Fonseca Magalhães (Condeixa-a-Nova) | Centro Escolar de S. Julião/Avarede (Figueira da Foz) | Largo de S. Martinho em Arinhos (Mealhada).

De referir também que, dada a densidade dos assuntos a verificar, a ausência de resposta pelos beneficiários em tempo útil implica que o técnico responsável pela análise tenha de despendar mais tempo para analisar os respetivos elementos quando recebidos tardiamente, uma vez que, entretanto, esse mesmo técnico foi analisou muitas outras operações. Esta situação contribui de forma muito negativa para a produção de relatórios.

Esta situação é do conhecimento da Autoridade de Gestão que tomou já a iniciativa de alertar cada um dos beneficiários no sentido de responderem correta e atempadamente aos esclarecimentos que lhes são solicitados.

No decorrer de 2015, a Estrutura de Apoio Técnico da CIM RC foi responsável pelo encerramento das seguintes 40 operações, o que ocorreu após a aprovação, pela Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão, da decisão final dos respetivos relatórios de verificação no local/conformidade:

- ✓ Plataforma para a Biotecnologia (Cantanhede);
- ✓ Gabinete da Cidade (Cantanhede);
- ✓ Centro Educativo de Ançã (Cantanhede);
- ✓ Requalificação Urbana no Concelho por Empreitada - Ruas da Azinhaga e do Calcário (Murtede) (Cantanhede);
- ✓ M2M - Modernizar para o Município (Coimbra);
- ✓ Escola Básica 1 do Tovim (Coimbra);
- ✓ Escola Básica 1 de Couselhas (Coimbra);
- ✓ Centro Escolar Quinta das Flores (Coimbra);
- ✓ Centro Escolar de Montes Claros (Coimbra);
- ✓ Qualificação Ambiental dos Fornos - Coimbra (Construção de passagem hidráulica sob a ex EN 1 - Rio dos Fornos e Drenagem Pluvial da R. dos Alcorredores) (Coimbra);
- ✓ Ligação Vale de Canas / Casal da Misarela - 1ª Fase (Coimbra);
- ✓ Apoio Técnico aos moradores para auto reabilitação dos edifícios/Estrutura de Apoio Técnico ao Programa de Ação (Coimbra);



Ilustração 14 - Centro Educativo de Montemor-o-Velho (Montemor-o-Velho) | Antiga Residência de Estudantes da Serra (Pampilhosa da Serra) (Centro da Freguesia de Samuel (Soure) | Centro Escolar de Degraças/Pombalinho (Soure) | EB 1 São Miguel de Poiares (V. M. Poiares).

- ✓ Repavimentação da Rua da Alegria, incluindo remodelação de infra-estruturas (Coimbra);
- ✓ O BIA - Balcão Integrado de Atendimento e Ações Complementares de Modernização Administrativa (Condeixa-a-Nova);
- ✓ Rua de Tomar (Condeixa-a-Nova);
- ✓ Reabilitação da Rua 25 de Abril (Condeixa-a-Nova);
- ✓ Rua Dr. Simão da Cunha (Condeixa-a-Nova);
- ✓ Construção de Ponte em Várzeas – Luso (Mealhada);
- ✓ Remodelação da Praça da República/Largo Rodrigo da Fonseca Magalhães (Condeixa-a-Nova);
- ✓ Centro Escolar de S. Julião/Tavarede (Figueira da Foz);
- ✓ Requalificação do Largo de S. Martinho em Arinhos (Mealhada);
- ✓ Construção de Ponte em Várzeas – Luso (Mealhada);
- ✓ Beneficiação da E.M. entre Miranda do Corvo e o nó de ligação a Vale do Açor (Miranda do Corvo);
- ✓ Centro Educativo de Montemor-o-Velho (Montemor-o-Velho);
- ✓ Sintético de Pereira (Montemor-o-Velho);
- ✓ Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazede/Meco: Arruamento do Meco (Montemor-o-Velho);
- ✓ Arranjos Urbanísticos nas Meãs: Rua Principal (desde o Largo de S. Sebastião até ao Cruzeiro) e alargamento de arruamento nas Calçaças (Montemor-o-Velho);
- ✓ Sintético de Montemor-o-Velho (Montemor-o-Velho);
- ✓ Pavimentação da EM Portela do Fojo / Padrões (Pampilhosa da Serra);
- ✓ Reabilitação do Museu Municipal (Pampilhosa da Serra);
- ✓ Reconversão Urbanística da Antiga Residência de Estudantes da Pampilhosa da Serra (Pampilhosa da Serra);
- ✓ Beneficiação da EM Alfaiar -- Podentes (Penela);
- ✓ Beneficiação da EM Cerejeiras-Fetais Cimeiros (Penela);
- ✓ Centro Educativo do Espinhal (Penela);
- ✓ Centro Escolar de Degraças/Pombalinho (Soure);
- ✓ Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha (Soure);
- ✓ Centro Escolar da Freguesia de Samuel (Soure);
- ✓ Centro Escolar de Degraças/Pombalinho (Soure);

- ✓ Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico de Poiares (Santo André) (V. N. Poiares);
- ✓ Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico e jardim-de-infância de Santa Maria (V. N. Poiares);
- ✓ Projeto de Arranjos Urbanísticos da Praça de Luis de Camões (V. N. Poiares).
- ✓ Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico de São Miguel de Poiares (V. N. Poiares);

Importa salientar que, para as operações acima referidas, encontra-se concluído o processo de encerramento da operação, tendo sido efetuado o pagamento do saldo final ao respetivo Beneficiário.

Embora o número de operações que obtiveram aprovação da Decisão Final do processo de verificação no local/conformidade e posteriormente foram encerradas em 2015 seja menor que o número total de tarefas ainda em carteira, é importante salientar que, segundo informações do Programa Operacional Regional do Centro, no ano de 2015, foram aprovados 165 relatórios finais elaborados pelo conjunto das CIM da Região Centro, sendo que desses, 40 (cerca de um quarto) foram elaborados pela EAT da CIM-RC, o que permite dar uma ideia mais concreta sobre o trabalho realizado. De realçar também um aumento de mais de 100% de encerramentos da responsabilidade da CIM-RC face a 2014, o que traduz uma evolução muito positiva no trabalho realizado.

Tabela 2 - Operações encerradas pelas EAT CIM da Região Centro em 2014 e 2015 - (Fonte: Programa Operacional Regional do Centro)

CIM	2014	2015
Beira Baixa	1	13
Beiras e Serra da Estrela	0	13
Médio Tejo	2	17
Oeste	5	5
Região de Aveiro	1	9
Região de Coimbra	19	40
Região de Leiria	0	27
Viseu Dão Lafões	13	41
Total	41	165

Em 2015 foram ainda aprovados pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro os relatórios de verificação no local/conformidade das seguintes operações, que se encontravam em fase de audiência prévia no final do ano:

- ✓ Requalificação Urbana da Rua 1º Maio (Cantanhede);
- ✓ Condeixa Vila Inteligente - Regeneração Urbana (Condeixa-a-Nova);
- ✓ Requalificação Urbana da Vila do Luso - Valorização Paisagística (Mealhada);
- ✓ Construção do Centro Cultural de Tábua (Tábua).

III.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ÂMBITO DA CONTRATUALIZAÇÃO

No âmbito do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado com a Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro) em 2008, e sucessivas adendas, as despesas resultantes do exercício das competências delegadas na CIM enquanto Organismo Intermédio, foram elegíveis para efeitos de cofinanciamento pela medida Assistência Técnica (AT) do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Nos termos do Regulamento Geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão, no âmbito do QREN “em termos de elegibilidade temporal, são elegíveis as despesas que tiverem sido efetivamente pagas pelos beneficiários entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2015”. Neste âmbito, desde o ano de 2009 até ao ano de 2015, foram apresentadas candidaturas anuais a esta medida, à exceção da candidatura da Assistência Técnica bienal referente ao período de 2014 e 2015, que mereceram a aprovação favorável pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro.

Assim, os avisos de concurso para a Assistência Técnica aos quais esta CIM tem apresentado candidaturas centram-se em assegurar de forma eficaz e eficiente o exercício das competências de gestão delegadas pela AG em Organismos Intermédios, objetivando assim, na sua generalidade, cofinanciar iniciativas que visem a concretização do Programa Operacional (PO) numa lógica de proximidade dos

agentes económicos, e contribuir para a concretização da estratégia de desenvolvimento territorial da NUT III.

O cumprimento do contrato de delegação de competências pressupõe a existência de uma equipa técnica que exerça as responsabilidades de gestão dos fundos comunitários no âmbito da Contratualização. Na sua generalidade, as candidaturas contemplam um conjunto de despesas que têm sido análogas ao longo dos anos, nomeadamente, despesas com pessoal afeto à Estrutura de Apoio Técnico, despesas com bens e serviços (material de escritório, rendas de edifício, comunicações, manutenção site, impressora, servidor, entre outros serviços), Locação de material de transporte, e despesas de investimento com *hardware* e software informático, entre outros investimentos. Estas candidaturas têm também vindo a integrar despesas de serviços de publicidades institucional, entre outras ações promotoras de um melhor conhecimento do papel dos Fundos Estruturais, da Região Centro e da CIM RC como elementos essenciais no desenvolvimento do território.

Na vertente de recursos humanos, ao longo dos anos, a Estrutura de Apoio Técnico da CIM tem vindo a sofrer alguns ajustamentos, encontrando-se alguns Técnicos Superiores afetos à Contratualização a uma taxa de imputação de 100% e outros colaboradores a uma taxa de imputação inferior pelo facto de acumularem outras funções na CIM para além da Contratualização. Nestas candidaturas, têm também vindo a ser cofinanciadas despesas comuns relativos a todos os colaboradores da entidade, pelo que tem sido utilizada uma taxa de imputação calculada com base o rácio entre o número de colaboradores do mapa de pessoal e respetiva percentagem de imputação afeta à Contratualização e o número total de colaboradores da entidade.

A taxa de comparticipação comunitária é de 85% aplicável ao Investimento Elegível das operações, e compreende em termos de cofinanciamento comunitário, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Em 17 de abril de 2014, entre a Autoridade de Gestão do POR Centro e a CIM RC, foi celebrado o contrato de financiamento para a candidatura Assistência Técnica – 2014 e 2015, de natureza bienal, tendo sido esta a última candidatura submetida a esta medida no âmbito do QREN. Para a candidatura foi aprovado um investimento elegível de 753.929,25 € e uma comparticipação comunitária de 640.839,86 € (taxa de cofinanciamento de 85%).

No que respeita à execução da operação, com elegibilidade temporal de despesas entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, foram apresentados 11 pedidos de pagamento correspondente a um total de 409 despesas. Do total de pedidos de pagamento submetidos, durante o ano de 2014 foi apresentado o primeiro pedido de pagamento, tendo sido validadas 65 despesas e recebida a correspondente comparticipação nesse mesmo ano.

Durante o ano de 2015, e conforme é visível no quadro abaixo reproduzido, foram apresentados 6 pedidos de pagamento associados a 264 despesas validadas de diversa natureza: pessoal (Estrutura de Apoio Técnico), de funcionamento da entidade através da aquisição de bens e serviços no âmbito da Contratualização, de publicidade institucional e de investimento. Já durante o ano de 2016, foram submetidos eletronicamente 4 pedidos de pagamento. Deste número, existem 168 despesas que aguardam a validação pela Autoridade de Gestão do POR Centro e correspondente comparticipação comunitária previsível no valor de 39.374,62 €.

Assim, e de forma resumida, durante o ano de 2015, para a "Assistência Técnica" no âmbito da Contratualização, a comparticipação financeira recebida na CIM RC no montante de 199.117,41 €, respeitou exclusivamente da candidatura "Assistência Técnica – 2014 e 2015", conforme exposto no quadro seguinte.

Tabela 3 – Quadro Resumo da Assistência Técnica (2014 e 2015).

Sequência de Pagamento (N.º)	Data de Apresentação	Investimento Eligível (€)	Comparticipação comunitária (2014 e 2015)
2	13-02-2015	73.227,34 €	62.243,24 €
3	15-04-2015	27.089,15 €	23.025,78 €
4	16-04-2015	7.009,35 €	5.957,95 €
Revisão PP1		322,28 €	273,92 €
5	19-08-2015	27.831,11 €	23.656,44 €
6	19-08-2015	84.281,03 €	71.638,88 €
7	19-08-2015	14.495,53 €	12.321,20 €
SOMA		234.355,77 €	199.117,41 €

III.3. PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

O ano de 2015 ficou marcado pela construção do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (Pacto) que é um dos instrumentos disponíveis para atingir os objetivos estratégicos da CIM Região de Coimbra.

O Pacto, correspondente ao período 2014-2020, é um instrumento de planeamento territorial, que se constitui como um referencial comum de intervenção dos agentes económicos, sociais, culturais e institucionais, ao serviço de uma região líder, inovadora e inclusiva.

O referido plano identifica um conjunto de ativos territoriais, dos quais se destaca a riqueza dos recursos endógenos, pelo seu potencial de afirmação turística e pelo papel determinante na criação de valor e de emprego e na construção de uma identidade regional.

O Pacto tem como vocação específica a produção de resultados significativos nos domínios da coesão, emprego e sustentabilidade territorial, promovendo a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, sob a liderança da CIM, mas envolvendo vários stakeholders e assumindo-se como uma estratégia territorial e sem fronteiras entre concelhos.



A Estratégia Europa 2020 lança novos desafios às regiões europeias, traduzidos na agenda temática definida pela Comissão Europeia para o período de programação estrutural 2014-2020 que visa a promoção de um crescimento inteligente sustentável e inclusivo.

Perante este novo enquadramento comunitário, a CIM RC reconheceu a necessidade de construção de uma sólida estratégia de futuro e de ação coletiva, com base numa abordagem ampla, transdisciplinar e integradora de ideias e projetos, afirmando-se como instrumento de base da ação pública, privada e associativa.

Desta forma foi construída uma Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) que dá resposta aos desafios lançados pela Estratégia Europa 2020, aproveitando as oportunidades de financiamento da política de coesão 2014-2020, mas também integradora de um amplo leque de projetos e iniciativas cruciais ao desenvolvimento sustentável da região, independentemente das respetivas condições de elegibilidade comunitária.

Neste quadro, o ITI é um dos instrumentos disponíveis para atingir os objetivos estratégicos, não esgotando todas as fontes de financiamento de projetos passíveis de serem mobilizados pelos atores regionais, incluindo a CIM.

Ilustração 15 - Apresentação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial.



Ainda que a ITI tenha uma vocação específica - a produção de resultados significativos nos domínios da coesão, emprego e sustentabilidade territorial, promovendo a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, sob a liderança das CIM mas envolvendo vários stakeholders, assumindo-se como uma estratégia territorial - sem fronteiras entre concelhos - esta só pode ser compreendida se for enquadrada pela visão, eixos e objetivos estratégicos da EIDT, que se apresentam de seguida.

A dimensão territorial, populacional e económica da nova região de Coimbra, justifica, sem ignorar a natureza crítica dos desafios expostos no diagnóstico, uma visão

otimista sobre o posicionamento futuro da região nos referenciais de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, sobre o seu contributo para o cumprimento das metas nacionais e, principalmente, sobre o papel da CIM na programação e concretização da estratégia de desenvolvimento.

Não tendo havido deliberações fechadas sobre as Prioridades de Investimento a integrar o Investimento Territorial Integrado, foi o mesmo sendo construído pelo Conselho Intermunicipal, com o recurso a procedimentos de contratação pública para serviços de consultoria para a Modernização Administrativa (PI 2.3), Eficiência Energética (PI 4.3), Valorização do Património Natural e Cultural e Promoção Turística (PI 6.3), Empreendedorismo e Apoio à Criação de Empresas, Apoio à Criação de Emprego Próprio e Inclusão Ativa (PI 8.3 [PI 8.8] PI 9.1) e Prevenção do Abandono Escolar (PI 10.1).

Foi igualmente aberto procedimento de contratação pública para serviço de consultoria para a coordenação e apoio técnico à candidatura do ITI ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT).

Ao longo dos primeiros meses do ano as equipas de consultores foram recolhendo a informação necessária junto dos municípios e outros agentes do território, em reuniões locais e na sede da CIM, envolvendo autarcas e técnicos municipais.

Ilustração 16 – Comissão Diretiva do Centro 2020 reunida com o Conselho Intermunicipal.



Da evolução dos trabalhos resultaram diversos relatórios de progresso, quer das fases de diagnóstico, quer das fases de elaboração dos planos de ação.

Em particular, os diagnósticos referentes à Modernização Administrativa (PI 2.3) e à Valorização do Património Natural e Cultural e Promoção Turística (PI 6.3) foram validados, por unanimidade, em reunião do CI, uma vez que tinham sido objeto de contratação pública específica.

Desta forma obteve-se a construção de um plano de ação completo, integrador das operações que conduzem à prossecução dos objetivos definidos na fase da estratégia, articulando adequadamente as diferentes escalas territoriais e promovendo uma compatibilização das iniciativas dos diversos atores relevantes.

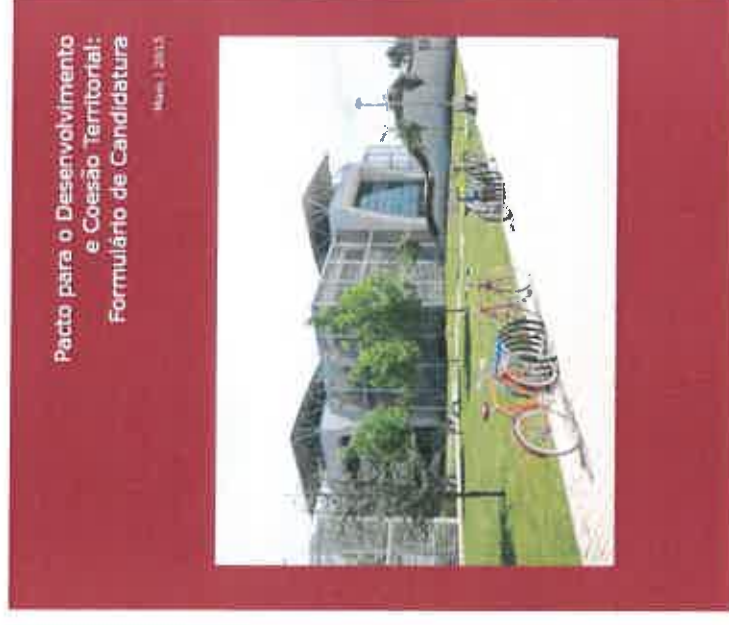
Dada a natureza do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal foi este órgão consultado no sentido do apoio no processo de decisão dos restantes órgãos da CIM RC, mais concretamente na questão da apresentação da proposta do Pacto.

Ilustração 17 – Apresentação da Proposta do Pacto.



Sendo o plano de ação da ITI apenas um dos instrumentos ao dispor dos atores da Região de Coimbra para a prossecução dos objetivos estratégicos, veio exigir um exercício de articulação entre as tipologias elegíveis nas várias Prioridades de Investimento.

Ilustração 18 – Formulário de Candidatura.



Procurou-se desta forma que a seleção de objetivos e prioridades do plano de ação da ITI fosse compatível com o quadro regulamentar, elegibilidades, montantes e indicadores de realização e resultado de cada programa financiador e, principalmente otimizar os efeitos esperados ao nível da dimensão territorial regional, assumindo-se a ação da CIM como grande alavanca de coerência e integração dos projetos.



COMISSÃO DE COIMBRA O Conselho de Coimbra ao abrigo do Regulamento de Coimbra, aprovou o Plano de Ação da ITI para o ano 2015, tendo em conta o quadro regulamentar, elegibilidades, montantes e indicadores de realização e resultado de cada programa financiador e, principalmente otimizar os efeitos esperados ao nível da dimensão territorial regional, assumindo-se a ação da CIM como grande alavanca de coerência e integração dos projetos.

Ilustração 19 – Sessão de apresentação 15 de maio de 2015

A candidatura foi submetida a uma avaliação da coerência e qualidade do Pacto que teve uma classificação geral de “Boa” prosseguindo-se depois para uma fase de

negociação da configuração dos investimentos, compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do pacto.

Deste processo de negociação, com a necessidade de ajustamento das necessidades e pretensões aos montantes disponibilizados pelo Centro 2020 resultou um valor contratualizado num total de 52.554.926,95 euros conforme quadro seguinte. De referir que no Portugal 2020 as metas, indicadores e resultados alcançados assumem um papel relevante condicionador de execuções, investimentos e futuras reavaliações dos Pactos.

Tabela 4 – Tabela comparativa de valores propostos e contratualizados no Pacto.

Fundo	Proposto	Contratualizado
FSE	20 861 467,50	20 861 467,50
FEDER	49 455 585,50	30 537 799,45
FC	987 530,00	352 750,00
FEADER	3 992 756,00	802 910,00
Total	75 297 339,00	52 554 926,95

Após a aprovação da candidatura apresentada ao Aviso EIDT-99-2015-02 designada “Convite para apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial” foi assinado em 31 de agosto de 2015 o Pacto

para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Intermédio (OI) (CIM RC) que se vieram a plasmar numa adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra assinada em 30 de dezembro de 2015.

Esta Adenda define as condições, procedimentos, prazos e demais obrigações aplicáveis no âmbito do exercício das competências de gestão que são delegadas na CIM RC enquanto OI, no respeito pelos princípios da Transparência de Procedimentos, Atribuição Adequada de Recursos, Partilha de Informação e Responsabilização Partilhada e Segregação das Funções de Gestão e da Prevenção de Conflitos de Interesse.

Para a concretização do Pacto e das tipologias de operações nele contratualizadas será necessário afetar recursos materiais e humanos, com composição, dimensão e valências adequadas ao exercício das competências delegadas, no sentido de garantir o adequado desempenho das competências assumidas no âmbito da Adenda sendo que as despesas resultantes do exercício das referidas competências são elegíveis para efeitos de financiamento pelo Eixo da Assistência Técnica do Programa Operacional Regional Centro 2020.

Ilustração 20 – Assinatura do Pacto.



No quadro constante do Anexo I verifica-se um resumo de quais as PI/Medidas que ficaram contratualizadas, Programa de financiamento, Eixos e valores de comparticipação por fundo de apoio.

Em 7 de outubro de 2016 a Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020 deliberou homologar, sob proposta da autoridade de gestão do Centro 2020 e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P. a lista de competências a delegar pela autoridade de gestão do Programa Regional do Centro no Organismo

III.4. PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL – PAMUS

A operação consiste na elaboração de um Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável ao nível de NUTS III Região de Coimbra que promova a implementação de uma estratégia de baixo teor de carbono para o território da CIM RC, nomeadamente nas zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes.

Os Municípios definidos como “Centros Urbanos de Nível Superior”, Cantanhede, Coimbra, Figueira da Foz e Oliveira do Hospital, terão que dispor de planos de ação próprios em função das prioridades que tencionem mobilizar. Nos casos de municípios que não constituam centros urbanos de nível superior não é necessário a realização de um PEDU embora devam desenvolver planos próprios, tendo por base a estratégia definida no plano intermunicipal da CIM RC (15 municípios).

A par deste enquadramento indispensável está a necessidade de articular as grandes estratégias na área da mobilidade da CIM RC.

O Plano é composto por quatro fases principais - caracterização e diagnóstico, definição de cenários, objetivos e estratégia, formulação e avaliação das propostas e programa de ação.

Na fase de caracterização e diagnóstico do PAMUS os problemas e prioridades são sustentados sobretudo através do uso de informação estatística podendo ser complementados por levantamentos no terreno. São tratadas questões relacionadas com o transporte público, modos de deslocação suaves, interfaces e intermodalidade, segurança rodoviária urbana, tráfego e gestão de estacionamento, gestão da mobilidade e os sistemas de transporte inteligentes.

Fundamental é o trabalho já realizado relativo ao levantamento e pré diagnóstico estratégico sobre os transportes e mobilidade na área da Região de Coimbra que permite, em função das suas conclusões, balizar o âmbito e identificar áreas com necessidade de elaboração de Planos Operacionais para a resolução dos problemas identificados. Os trabalhos de pré diagnóstico encontram-se a ser realizados por uma entidade especializada, externa à CIM RC, e que a 31/12/2015, que se encontrava também a proceder aos trabalhos subsequentes, nomeadamente à elaboração do PAMUS.

Ilustração 21 - 27-11-2015 | Diário as Beiras

CIM-RC estuda mobilidade urbana

●●● A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) está a elaborar um Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS). O documento encontra-se a ser feito ao nível de NUTS III Região de Coimbra (com 19 municípios) e tem como objetivo a implementação de uma estratégia de baixo teor de carbono para o seu território, nomeadamente nas zonas urbanas, incluindo “a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes”. Apoiado pelo Programa Operacional Regional Centro 2020, o PAMUS quer valorizar os “modos suaves”, apostando na sustentabilidade do sistema de transporte, vertida em políticas de transferência modal a partir do transporte individual, mas também enquanto complemento ao transporte público. O estudo terá quatro fases, será monitorizado através de indicações e avaliada a sua implementação numa estratégia que envolve a comunidade e os agentes mais relevantes. Reforço da eficiência do transporte de pessoas e bens, reconversão para modos de transporte mais limpos e eficientes, garantia de um sistema de transportes e acessibilidade inclusivo, redução dos impactos negativos do sistema de transporte ao nível da saúde e segurança, diminuição da poluição atmosférica, sonora e das emissões de gases com efeito de estufa, assim como do consumo energético são as metas. A. A.

Na definição de cenários, objetivos e estratégia são consideradas as orientações estratégicas ao nível nacional, regional e em boas práticas de planos de mobilidade já desenvolvidos. São formulados objetivos gerais e específicos e define-se uma estratégia para a mobilidade a nível intermunicipal e no território dos dezaneve municípios da CIM RC. Recomenda-se que os objetivos sejam cruzados e coerentes com o modelo e visão para o território do Plano devendo ser específicos e mensuráveis. Esta etapa é considerada como uma mais-valia na avaliação dos impactos sobre o sistema de mobilidade da área de intervenção que se julgam relevantes e para a otimização da utilização dos vários modos de transporte em função dos objetivos de mobilidade sustentável definidos.

Ilustração 22 - Apresentação de relatório preliminar em Conselho Intermunicipal



Na fase da formulação e avaliação das propostas procede-se à materialização operacional da estratégia de mobilidade, através do desenvolvimento de um conjunto articulado de propostas que serão consolidadas sob a forma de uma análise cruzada entre aquelas e os objetivos estratégicos.

Na fase que constitui o programa de ação do PAMUS será necessário desenvolver e discriminar a calendarização da execução das medidas e intervenções, a estimativa dos custos e as metas quantificadas. O programa de ação deve incluir a identificação e caracterização de cada medida e intervenção, o faseamento e horizonte temporal de implementação, a identificação da(s) entidade(s) responsável(eis) pela sua execução, as estimativas de custos de implementação e exploração, as potenciais fontes de financiamento e o contributo para os indicadores de realização e resultado.

Prevê-se a existência de um sistema de monitorização adequado à verificação periódica das realizações concretizadas e dos progressos alcançados, à análise dos desvios e à formulação de correções de trajetórias e de medidas corretivas.

A abordagem que se pretende seguir de participação pública, passa pela potenciação da partilha de visões estratégicas sustentáveis. A realização de reuniões com os Municípios e os agentes regionais relevantes constitui uma base para a definição de prioridades de cada município, em termos de estratégia municipal e regional que culminará na divulgação e disseminação do PAMUS.

Para o financiamento do PAMUS, o Centro2020 lançou um convite às CIM's em 22/07/2015 e a CIM RC submeteu a sua candidatura, no dia 29/07/2015.

III.5 COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DE PROGRAMAS EUROPEUS



A CIM RC colaborou como parceira na candidatura “SATURN - Supporting the Adoption of sUmps with a Regional approach” na área dos transportes e mobilidade sustentável ao programa H2020 MG 5.4 e que contou com os seguintes parceiros:

Tabela 6 – Lista de Parceiros | Candidatura SATURN.

Participant No	Participant organization name	Country
1	Coimbra Center	Portugal
2	Enschede Region – Directorate for Transport	Netherlands
3	Technique for Transport and Logistics Foundation	Netherlands
4	TU/e	Netherlands
5	City of Bologna	Italy
6	City of Reggio Emilia	Italy
7	ARCS Environmental Engineering	Italy
8	ISIS - Institute for Studies for Systems Integration	Italy
9	Brussels City	Belgium
10	Brussels Government	Belgium
11	Center for Environmental Studies - City of Leuven	Belgium
12	City of Innsbruck	Austria
13	Coimbra Region	Portugal
14	City of Coimbra	Portugal
15	City of Figueira da Foz	Portugal
16	TEPEMO – Engineering	Portugal
17	Region of Central Macedonia	Greece
18	Thessaloniki City	Greece
19	Thessaloniki City	Greece
20	Service Center of Eastern Thessalonike Local Authorities	Greece
21	Ministry of Justice and Administrative Reconstruction (General Ministry of Reconstruction and Transport)	Greece
22	Salvatore Lucchini of Transport - Centre for Research and Technology	Greece
23	Thessaloniki	Greece
24	University of Twente	Netherlands



Com os trabalhos já adiantados procedeu-se à apresentação em cooperação de uma candidatura ao programa Interreg Europe designada “REFORM - Integrated Regional Action Plan For Innovative, Sustainable and Low Carbon Mobility”, na área da mobilidade sustentável. Tanto esta como a anterior não foram aprovadas.

Tabela 7 – Lista de Parceiros | Candidatura REFORM.

Country	Partner
Greece	RCM
Greece	CERTH/HIT
Italy	RER
Italy	ITL
Italy	Euromobility
Portugal	Region Coimbra
Portugal	Mun. Coimbra
Spain	Basque Region
Spain	City of Vitoria-Gesteiz
Spain	Valencia Port





Candidatura projeto LILAS – “Living labs” de aplicações satélite



No âmbito do Programa Interreg Sudoe foi constituída uma Parceria LILAS composta por 10 Organizações, incluindo Administração Pública, Centros de Investigações, Associações e Empresas (Fundación Tecnalia Research & Innovation - TECNALIA-Espanha (Parceiro líder), AZTI – Espanha; Ayuntamiento de Asigarra – Espanha; Ayuntamiento de San Sebastian- Donosti – Espanha; EURECAT- España; CEREMA - Centre d'Etudes et d'Expertise sur les Risques, l'Environnement, la Mobilité et l'Aménagement – France; Telespazio- França (parceiro associado); Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra- Portugal; FNAPF - Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais- Portugal; FIREMAP, Lda – Portugal (parceiro associado)) tendo candidatado um valor total elegível de 1.930.000,00 Euros. A temática encontra-se relacionada com o controlo de infestantes / espécies invasoras com utilização de sensores multiespectrais em UAV e satélite.

IV. REFORÇO DA COMPETITIVIDADE NUM TERRITÓRIO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

IV.1. SERVIÇOS PARTILHADOS DE APROVISIONAMENTO ELETRÓNICO

A presente candidatura destina-se ao financiamento da despesa executada do projeto Central de Compras Eletrónica, em funcionamento desde 2012, com o firme objetivo de otimizar os processos de compra, dos Municípios que a integram, e possibilitar a realização de negociações conjuntas de bens e serviços.

A 14.10.2013, foi aprovada a candidatura "SPAE-CIMRC - Serviços Partilhados de Aprovisionamento Eletrónico da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra", com um investimento elegível total de 248.182,90 €, a que correspondia um valor FEDER de 210.955,47 €. A candidatura aprovada compreendeu duas fases de atividade, a atividade I, de conceção e implementação que engloba as rubricas de investimento n.º 1 a 4 e a atividade II, de generalização e aprofundamento, que inclui o investimento das rubricas n.º 5 e 6. A rubrica relativa a despesas com pessoal é transversal à candidatura e às duas fases de atividade.

No decorrer da execução do projeto, não foram efetuadas quaisquer correções à despesa apresentada a pagamento, tendo sido apurado um investimento elegível de 228.405,32 € com um FEDER associado de 194.144,52 € e uma taxa de execução de 92,03 %.

Tabela 8 – Rubricas de investimento a cofinanciamento [31.12.2015]

N.º	Rubricas de Investimento	Valor Aprovado	Valor Executado	Valor Não Executado
1	Solução Global de Suporte à Atividade da Central de Compras Eletrónica (Fase 1)	91 635,00 €	91 634,94 €	0,06 €
2	Serviços de implementação do Portal Web para a Central de Compras Eletrónica	1.992,80 €	1.992,80 €	0,00 €
3	Lector Desktop para Cartão de Cidadão	16,61 €	16,61 €	0,00 €
4	Computador Desktop	783,63 €	783,63 €	0,00 €
5	Solução Global de Suporte à Atividade da Central de Compras Eletrónica (Fase 2)	91 635,00 €	80 637,72 €	10 997,28 €
6	Desenvolvimento do Portal Web para a Central de Compras Eletrónica	20.756,25 €	15.436,50 €	5.319,75 €
7	Custos com Pessoal	41.363,81 €	37 903,32 €	3 460,49 €
TOTAL		248.182,90 €	228.405,32 €	19.777,58 €

O quadro ilustra a distribuição dos valores executados/não executados pelas rubricas de investimento, no que se refere às despesas apresentadas a cofinanciamento, na data de 31.12.2015:

Verifica-se que o diferencial de investimento não executado de 19.777,58 €, existente entre o valor elegível aprovado e o valor elegível executado, corresponde a acertos financeiros nas componentes de investimento, sem prejuízo dos objetivos do projeto.

Para a rubrica de investimento n.º 5, o valor não executado corresponde à aplicação de uma redução remuneratória de 12% sobre o montante adjudicado, 74.499,00 €, conforme alínea b) do artigo 33.º da LOE/2014. Para a rubrica de investimento n.º 6, o valor executado corresponde ao valor de adjudicação de 12.550,00 € a que acresce IVA à taxa de 23%, perfazendo o valor total de 15.436,50 €, inferior ao valor considerado em sede de candidatura, que correspondia a um valor base estimado de 18.750,00 €, que se revelou ser superior ao necessário em relação aos objetivos da despesa. Para a rubrica de investimento associada aos custos de pessoal imputado ao projeto, o valor apresentado em pedidos de pagamento corresponde à imputação ao projeto de dois elementos da CIM RC, nomeadamente, o 1.º Secretário Executivo Intermunicipal a 10% (direção do projeto) e uma Técnica Superior a 50% (gestão do projeto). Refira-se ainda que, o valor apresentado nesta rubrica não excedeu o limite de elegibilidade de 20% das despesas elegíveis totais da operação.

EXECUÇÃO

Em 13 de janeiro de 2015, foi submetido o 3.º pedido de pagamento, a título de reembolso intercalar, no valor de 45.816,84 €, a que corresponde uma participação FEDER de 38.944,31 €. Este terceiro pedido de pagamento incluía as despesas de investimento elegíveis já realizadas e pagas referentes à execução da atividade II - Generalização e Aprofundamento, nomeadamente as despesas executadas no âmbito da rubrica de investimento n.º 5, conforme apresentado no quadro seguinte.

Tabela 9 - Valor elegível submetido no PP3 distribuído por componente

N.º	Rubricas de Investimento	Valor Elegível
5	Solução Global de Suporte à Atividade da Central de Compras Eletrónica (Fase 2)	45.816,84 €
TOTAL		45.816,84 €

Na sequência da submissão do 3.º pedido de pagamento, a AMA solicitou, através de correio eletrónico, no dia 28.01.2015, " (...) o envio da validação prévia da despesa, que comprove o cumprimento das condicionantes aprovadas e da publicação da adjudicação na BaseGov".

No dia 03.02.2015, foi enviada a documentação solicitada à exceção da validação prévia da despesa apresentada no pedido de pagamento, que não foi realizada uma vez que o formulário específico para a referida validação foi disponibilizado pela AMA em data posterior ao início do procedimento de contratação pública, ou seja, após a decisão juridicamente válida para contratar, conforme justificação enviada para a AMA por correio eletrónico nessa mesma data. No dia 18.02.2015, foi efetuado o pagamento no montante de 38.944,32 €.

A 21.01.2015, foi submetido o 4.º pedido de pagamento de reembolso intercalar, no valor de 13.150,48 €, referente apenas a despesas com pessoal afeto ao projeto, desde março a dezembro de 2014 (rubrica de investimento n.º 7), no que se refere à execução da atividade II da candidatura, conforme ilustra o quadro abaixo.

Tabela 10 - Valor elegível submetido no PP4 distribuído por componente.

N.º	Rubricas de Investimento	Valor Elegível
7	Custos com Pessoal	13.150,48 €
TOTAL		13.150,48 €

No dia 04.03.2015, foi realizado o pagamento de 11.177,91 €, exatamente o valor FEDER solicitado neste pedido de pagamento.

O 5.º pedido de pagamento, no valor de 35.624,89 €, foi submetido a 28.05.2015. Este pedido de pagamento incluía as despesas de investimento elegíveis realizadas referentes à execução da atividade II, nomeadamente as executadas nas rubricas de investimento n.º 5 e 6 e as despesas com pessoal afeto ao projeto, entre janeiro e abril de 2015 (rubrica de investimento n.º 7), conforme apresentado no quadro seguinte.

Tabela 11 - Valor elegível submetido no PP5 distribuído por componente.

N.º	Rubricas de Investimento	Valor Elegível
5	Solução Global de Suporte à Atividade da Central de Compras Eletrónica (Fase 2)	15.272,28 €
6	Desenvolvimento do Portal Web para a Central de Compras Eletrónica	15.436,50 €
7	Custos com Pessoal	4.916,11 €
TOTAL		35.624,89 €

O pagamento do valor FEDER, 30.281,15 €, foi efetuado a 28.08.2015.

Em 06.10.2015, foi submetido o 6.º pedido de pagamento, a título de reembolso final, no valor de 25.217,98 €, a que corresponde uma participação FEDER de 21.435,28 €. Este último pedido de pagamento incluía as despesas de investimento elegíveis realizadas referentes à conclusão da execução da atividade II, nomeadamente as despesas da rubrica de investimento n.º 5 e as despesas com pessoal afeto ao projeto, entre maio e agosto de 2015 (rubrica de investimento n.º 7), conforme apresentado no quadro seguinte.

Tabela 12 - Valor elegível submetido no PP6 distribuído por componente

N.º	Rubricas de Investimento	Valor Elegível
5	Solução Global de Suporte à Atividade da Central de Compras Eletrónica (Fase 2)	19.548,60 €
7	Custos com Pessoal	5.689,38 €
TOTAL		25.217,98 €

À data de 31.12.2015, verifica-se que ainda não foi efetuado o pagamento do valor FEDER associado ao pedido de pagamento final, prevenendo-se que tal ocorra no ano de 2016.

VALIDAÇÃO PRÉVIA DA DESPESA

Por forma a assegurar a concretização dos objetivos e prioridades estratégicas a que a operação ficou obrigada pelo Aviso de Abertura n.º 01/SAMA/2012, foi solicitado, em 16.01.2015, a análise e validação prévia da despesa de "Aquisição de serviços de criação do portal da Central de Compras da CIM RC" associada à rubrica de investimento n.º 6, tendo sido enviado o caderno de encargos com os requisitos técnicos do investimento a realizar e o respetivo formulário. A 25.02.2016, a AMA comunicou a validação prévia da despesa, tendo a mesma sido apresentada a pagamento no pedido de pagamento n.º 5, conforme referido anteriormente.

REPROGRAMAÇÃO TEMPORAL

De acordo com o ponto 3.º do termo de aceitação da candidatura SPAE-CIMRC, o investimento realizar-se-ia entre o dia 21 de março de 2012 e 20 de março de 2015.

Em sequência do atraso verificado no início da execução da atividade II, e uma vez que se previa a apresentação de despesas fora do período de execução inicialmente contratualizado, foi solicitado, no dia 20.03.2015, a reprogramação temporal da operação, com alteração da data de fim para 30.09.2015. O pedido de reprogramação temporal mereceu a aprovação do Presidente do Conselho Diretivo da AMA a 25.03.2016, nas condições solicitadas.

REDE COMUM DO CONHECIMENTO

No âmbito do financiamento comunitário pelo COMPETE, a operação SPAE-CIMRC ficou sujeita ao cumprimento das seguintes condicionantes pós-contratuais previstas no Termo de Aceitação:

1. Deverá ser demonstrado que a operação, e as despesas aprovadas e apresentadas a cofinanciamento cumprem as orientações e *guidelines* de referência, e que se encontram alinhadas tecnologicamente de acordo com o referido na RCM n.º 12/2012, de 7 de fevereiro de 2013 (GPTIC) que define o plano global estratégico de racionalização e redução de custos com as TIC na Administração Pública;
2. Se a despesa a submeter em pedidos de pagamento estiver sujeita à disciplina do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio a elegibilidade da

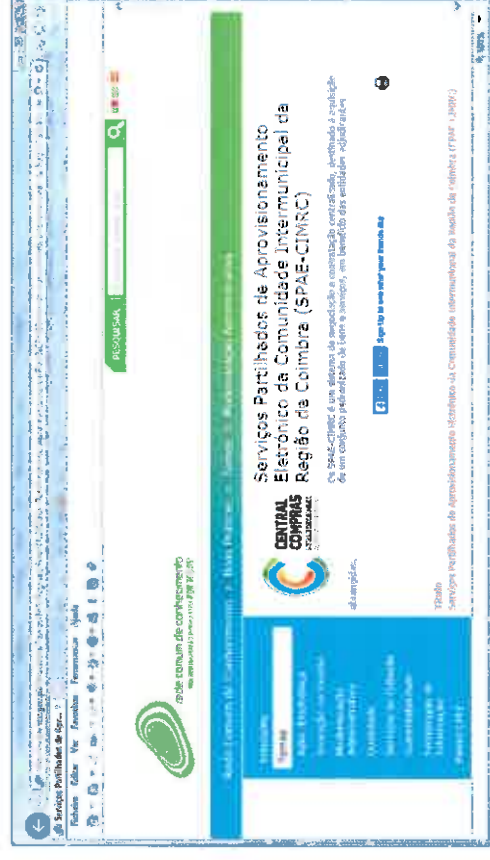
mesma está condicionada à apresentação do parecer prévio vinculativo emitido pela AMA;

3. Utilização de Cartão de Cidadão, enquanto Fornecedor de Autenticação da Administração Pública e Sistema de Certificação de Atributos Profissionais do Cartão de Cidadão, como sistema para autenticação e identificação eletrónica;
4. Disponibilização dos serviços no Portal do Cidadão, no Balcão da Empresa, e no Balcão do Empreendedor, devendo porém os novos serviços (para cidadãos e empresas) estar suportados na norma WSRP permitindo uma futura integração nos portais referidos;

PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA OPERAÇÃO NA REDE COMUM DE CONHECIMENTO.

Após a conclusão de execução da candidatura, e por forma a dar cumprimento à condicionante n.º 5, foi remetida no dia 10.11.2015, a ficha de recolha de boas práticas, relativa ao projeto, para publicação e divulgação no portal da Rede Comum do Conhecimento (RCC). Essa publicação foi efetuada no dia 21.12.2015 e está disponível para consulta em <http://www.rcc.gov.pt>

Ilustração 24 - Publicação no portal da Rede Comum do Conhecimento.



ENCERRAMENTO

De acordo com o exposto na Orientação de Gestão n.º 05.REV1/POFC/2009 - Procedimentos de Encerramento de Projetos, após a validação do pedido de pagamento a título de reembolso final, foi submetido no dia 15.12.2015, o Anexo ao Pedido de Pagamento Final.

À data de 31.12.2015, aguarda-se o agendamento da visita final de acompanhamento após a apresentação do Pedido de Pagamento Final e respetivo Anexo, prevendo-se que tal aconteça durante o ano de 2016.

IV.2. CENTRAL DE COMPRAS

Com quatro anos de atividade, a Central de Compras da CIM RC é, hoje, uma central de compras, de perfil intermunicipal, de referência a nível nacional sendo, no universo das dezasseis existentes, a que melhores indicadores de gestão apresenta, seja ao nível das entidades aderentes, dos utilizadores, dos acordos quadro celebrados, das adjudicações realizadas ou das poupanças atingidas.

Concluída a fase de implementação e criação da oferta que decorreu durante o ano de 2012, o volume de adjudicações tem duplicado todos os anos, tendo atingido, no final de 2015, um valor superior a 30 milhões de euros, o que representa uma poupança acima dos 3 milhões de euros.

Merceadora de financiamento no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, a Central de Compras da Região de Coimbra tem procurado alinhar a sua atividade com as necessidades reais das entidades aderentes, contando com 8 acordos quadro concluídos e 2 em vias de conclusão, que permitem uma cobertura da despesa anual agregada superior a 40 milhões de euros.

ACORDOS QUADRO

Muito embora os resultados identificados, até final de 2015, sejam dignos do maior destaque, será justo reconhecer que o potencial da Central de Compras da Região de Coimbra está ainda longe de ser totalmente atingido. Para além dos acordos quadro de Combustíveis, Refeições Escolares e Energia representarem mais de 95% das adjudicações

Tabela 13 – Lista de Adjudicações da Central de Compras.

Atividade		Símbolo	Valor
1	AQ I – Combustíveis Rodoviários		14,9ME
2	AQ II – Comunicações Móveis		-
3	AQ III – Seguros		0,52ME
4	AQ IV – Energia		6,5ME
5	AQ V – Refeições Escolares		8,5ME
6	AQ VI – Gás		0,3ME
7	AQ VII – Segurança Higiene e Saúde no Trabalho		0,01ME
8	AQ VIII – Inertes		-
9	AQ IX – Vigilância e Segurança		-
10	AQ X – Limpeza e Higiene		-

Este facto demonstra uma curta utilização dos restantes acordos quadro, pese embora o volume de despesa agregada significativamente inferior, encontramos, surpreendentemente, um conjunto de entidades aderentes que ainda não optaram pelo recurso aos acordos quadro da Central de Compras da Região de Coimbra.

Hoje, já não restam dúvidas relativamente à utilidade das centrais de compras e aos seus reais benefícios para os utilizadores, sejam eles relacionados com poupanças financeiras diretas, resultado das reduções de preços e da ausência de necessidade de publicação em Diário da República, entre outros, sejam eles ao nível da eficiência procedimental, resultado da tremenda redução de prazos, da redução de conflitualidade, da isenção de pareceres prévios, dispensa de redução remuneratória, ou o apoio técnico da Central de Compras a todos os procedimentos quando solicitado pelas entidades aderentes.

PORTAL DA CENTRAL DE COMPRAS

Reconhecida a insuficiência ao nível da disponibilização organizada da documentação referente aos acordos quadro, foi desenvolvido um portal dedicado à atividade da Central de Compras (<http://cc.cim-regiãodecoimbra.pt/>), com a funcionalidade de reposição de documentação, mas também, de gestão desmaterializada da relação com fornecedores e entidades aderentes nos processos de consulta e participação nas negociações de cotações, para além de um conjunto largo de informação disponível e interações possíveis, sendo de destacar o barómetro que permite monitorizar, em tempo real, as adjudicações da Região.

No que respeita às negociações de cotações, a Central de Compras da Região de Coimbra dinamizou vários processos de negociação de preços, tendo atingido reduções médias superiores a 25%.

Estão negociados e catalogados, no site da central de compras, os preços de cerca de 700 artigos de 7 categorias de produtos e serviços, para um volume de despesa anual agregada que supera os 600 mil euros sendo de esperar poupanças superiores a 150 mil euros.

Tabela 14 - Negociações Informais Concluídas

Atividade		Redução Média da Procura
1	Economato	30%
2	Tinteiros	12%
3	Higiene e Limpeza	36%
4	Produtos Químicos	14%
5	Gás	4%
6	Pneus	23%
7	Elevadores	95%

Tabela 15 - Indicadores de Atividade.

Indicadores		2014/15
1	Entidades aderentes	22
2	Acordos Quadro celebrados	8
3	Negociações desenvolvidas	8
4	Contratos celebrados ao abrigo dos Acordos Quadro	79
5	Valor dos contratos celebrados	30.775.215,00€
6	Poupanças obtidas (durante a vigência dos contratos celebrados)	3.013.529,00€
7	Recasas asseguradas (durante a vigência dos contratos celebrados)	160.000,00€

Não obstante do sucesso dos números, interessa manter as reuniões itinerantes, aprofundar a oferta da CC-CIMRC às necessidades das entidades aderentes com novos acordos quadro bem como alargar o serviço a novas entidades.

IV.3. PLANO INTERMUNICIPAL DE FORMAÇÃO

A CIM RC, enquanto entidade formadora acreditada pela Fundação Centro de Estudos de Formação Autárquica, tem como objetivo a conceção, organização e desenvolvimento de ações de formação, seminários, *workshops* e sessões de esclarecimentos, com vista a qualificação dos recursos humanos, a fim de contribuir para a modernização administrativa e desenvolvimento dos serviços. O público-alvo das ações desenvolvidas são trabalhadores com vínculo laboral à CIM RC e/ou aos seus municípios associados.

No âmbito do projeto "096705/2013/34 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local" cofinanciado pelo Programa Operacional Potencial Humano, com início a 26 de maio de 2014 e término a 19 de dezembro de 2014, foi submetido o pedido de saldo final no valor de 120.983,94€¹ tendo sido validado 77.594,33€. Com encerramento deste projeto, em fevereiro de 2015, foram contabilizadas 57 ações e um total de 885 formandos, tendo sido privilegiada a formação presencial (em sala) e em contexto laboral. Em 2015, ainda no âmbito deste projeto, realizaram-se mais 5² ações de formação, abrangendo 97 formandos.

¹ Inclui 51.186,39€ da rubrica 1 – Encargos com Formandos, que corresponde à imputação dos vencimentos dos funcionários dos municípios e da CIM RC dispensados em horário laboral, para a realização de formação.

² Não foram consideradas elegíveis para fins de financiamento.

Outra das ofertas formativas foram, os seminários, com a duração de 7 horas, em áreas temáticas diversas, nomeadamente, área financeira, do urbanismo e da gestão de pessoal, tal como consta no seguinte quadro síntese:

Tabela 16 – Quadro Síntese de Seminários realizados em 2015.

Seminário	Data	Formadora	N.º de formandos
Orçamento de Estado 2015- Implicações ao nível da gestão de Recursos Humanos na Administração Local	19-02-2015	D.ª Cristina Espessadim	47
Regime Jurídico de Acesso e Exercício a Diversas Atividades	16-03-2015	D.ª Ana Cláudia Guedes	97
O novo Código do Procedimento Administrativo	13-05-2015	D.ª Ana Cláudia Guedes	131
Elaboração dos Documentos Previsionais para 2016 no âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais e LOE 2015	02-10-2015	D. Pedro Mota e Costa	52
As Novas Obrigações e Responsabilidades da Administração Pública pelo Novo Código do Procedimento Administrativo	30-10-2015	D. Carlos Batalhão	265

No conjunto dos seminários realizados, foi registada a frequência de 332 participantes, provenientes dos dezanove municípios da CIM RC, da CIM RC e dos serviços municipalizados.

Ilustração 25 Formador Dr. Pedro Mota de Costa e Formandos/as no Seminário "Orçamento de Estado 2015- Implicações ao nível da gestão de Recursos Humanos na Administração Local".



Em termos percentuais 28% são do sexo masculino e 72% do sexo feminino. Em termos percentuais, 46% dos formandos são da carreira de técnico superior, 27% da carreira de assistente técnico e 11% são dirigentes.

IV.4. EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIOS EM ESPAÇOS NATURAIS

O presente projeto surgiu na sequência do convite POVT-36-2013-60, dirigido às Comunidades Intermunicipais, para a apresentação de candidaturas destinadas à aquisição de equipamentos operacionais de proteção civil, visando a proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais.

A CIM tem por fim a prossecução de vários fins públicos, entre os quais a articulação das atuações entre os Municípios associados e os serviços da administração central, nomeadamente na área de segurança e proteção civil. Sensível a esta matéria e ciente das suas responsabilidades e competências, as então CIM-BM e CIM-PIN submeteram, no dia 30/05/2013, as suas candidaturas, com um investimento total de 290.673,60 € (IVA incluído) e de 346.325,00 € (IVA incluído), respetivamente. Os valores indicados eram os correspondentes aos valores base dos procedimentos de concurso público internacional de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para combate a incêndios em espaços naturais, cujos procedimentos foram iniciados pelas então duas CIM's.

Em 29/07/2013, decorreu a cerimónia de assinatura e de homologação dos Protocolos de Cooperação celebrados entre a ANPC/LBP/CIM, que prevê que a contrapartida nacional do investimento total do projeto (15%) seja assegurada, em igual proporção de 7,5%, pela ANPC e pela CIM.

Decorrente da entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a candidatura apresentada pela CIM-PIN extinguiu-se, tendo a candidatura apresentada pela então CIM-BM sido alterada por forma a acolher a aquisição de EPI's dos Municípios que transitaram para a CIM RC.

Em consequência, o procedimento de contratação pública iniciado pela CIM Pinhal Interior Norte foi também extinto, tendo a CIM RC lançado novo concurso público destinado à aquisição de equipamentos de proteção individual referente aos Municípios que transitaram para a CIM RC.

Com o projeto de Equipamentos de Combate a Incêndios em Espaços Naturais na Região de Coimbra (ECIEN-RC), previa-se que a CIM RC executasse um investimento de 535.757,00 €. Este investimento foi repartido pela seguinte componente:

Tabela 17 - Componente de Investimento.

Componente	Valor Base	Nº	Valor Poin
Aquisição de equipamentos	435.574,80 €	100.182,20 €	535.757,00 €
TOTAL	435.574,80 €	100.182,20 €	535.757,00 €

Recorde-se que para efeitos de candidatura são elegíveis 50% dos efetivos do Quadro Ativo (QA) e do Quadro de Comando (QC) inscritos no sistema de informação e gestão do registo dos Bombeiros portugueses, no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNBP), até às 11h do dia 12 de Março 2013. Desta forma, foi necessário uma estreita colaboração do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) da região de forma a confirmar os dados propostos pela CIM RC, bem como para emissão de parecer favorável que veio a ocorrer em março em 2014, necessário à instrução da alteração da candidatura. Em resumo, na Região de Coimbra, existem 27 corporações

de bombeiros e cerca de 2036 elementos entre o Quadro Ativo e o Quadro de Comando.

Tabela 18 - Resumo do Efetivo dos Corpos de Bombeiros da Região de Coimbra.

Município	Unidade de Bombeiros	Ativos Total	Ativos 502
Arganil	Bombeiros Voluntários de Coja	82	31
	Bombeiros Voluntários de Arganil	46	23
	Bombeiros Voluntários de Cantanhede	101	51
	Bombeiros Voluntários de Coimbra	70	35
Coimbra	Bombeiros Voluntários de Brastemes	88	44
	Companhia de Bombeiros Sapadores Coimbra	107	54
Candonga-Nova	Bombeiros Voluntários de Candonga-Nova	87	44
	Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz	72	36
Figueira da Foz	Bombeiros Municipais da Figueira da Foz	32	18
	Bombeiros Voluntários do Óle	24	27
Góia	Bombeiros Voluntários de Góia	48	23
	Bombeiros Municipais de Lousã	96	48
Lousã	Bombeiros Voluntários da Mesinhada	56	28
	Bombeiros Voluntários da Pampilhosa	80	30
Mira	Bombeiros Voluntários de Mira	44	22
	Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo	106	55
Miranda do Corvo	Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho	51	46
	Bombeiros Voluntários de Montégue	89	35
Montemor-o-Velho	Bombeiros Voluntários da Oliveira do Hospital	97	48
	Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira	53	27
Montégue	Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra	89	45
	Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra	121	61
Oliveira do Hospital	Bombeiros Voluntários de Penela	88	45
	Bombeiros Voluntários de Soure	114	57
Pampilhosa da Serra	Bombeiros Voluntários de Tábua	77	36
	Bombeiros Voluntários de Oliveira-Nova	53	27
Penela	Bombeiros Voluntários da Vila Nova de Poiares	56	26
TOTAL			108.841,20 €

Tabela 19 - Componente de Investimento Final.

Descrição	Valor Base	IVA	Valor Total
Aquisição de equipamentos	464.528,99 €	108.841,20 €	571.368,19 €
TOTAL	464.528,99 €	108.841,20 €	571.368,19 €

Inicialmente na candidatura ao POVT aprovada, o IVA não foi considerado elegível, mas em Agosto de 2015 foi possível fazer uma reprogramação financeira para a inclusão do IVA e um acréscimo no valor adjudicado, relativamente às botas e luvas de proteção, resultando um ajustamento do valor elegível da operação à sua efetiva execução:

Relativamente à execução, durante o ano de 2015, as faturas foram todas liquidadas, submetidas e validadas pelo POVT, em 7 pedidos de pagamento, no montante de €435.574,80.

Em 31/12/2015, encontrava-se em análise pelo MAI/POVT, o Pedido de Pagamento Final, submetido em 23/12/2015, no montante total de €135.793,39, que corresponde a um fundo de coesão de €109.653,16. O montante deste PP corresponde ao IVA da aquisição dos EPI's que inicialmente não foi considerado elegível na candidatura bem como ao acréscimo do valor elegível incluído na reprogramação da mesma, com uma retenção de 5%. A restante despesa elegível encontra-se validada e paga pelo POVT.

Por outro lado, a ANPC já pagou 32.668,11 € (valor definido no Protocolo de Colaboração celebrado entre a CIM RC e a ANPC), que corresponde a 50% da contrapartida nacional (inicial), mas foi solicitado pela CIM RC o pagamento de mais 10.184,51 €, que corresponde à alteração da contrapartida nacional (final) decorrente da reprogramação financeira aprovada pelo POVT. Esta correção foi solicitada no dia 1 de dezembro de 2015 e em 31/12/2015 aguardava-se o respetivo pagamento.

Ilustração 26 – Notícia da entrega dos EPI's.



IV.5. PROGRAMA DE LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL - TELEASSISTÊNCIA A PESSOAS CARENCIADAS

A Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego³ lançou, em 2012, o Projeto de Teleassistência a pessoas isoladas física e/ou socialmente. Após uma fase de sensibilização e experimentação dos Sistemas Fixo e Móvel do Serviço de Teleassistência, e a articulação intermunicipal com a devida clarificação das esferas de intervenção de cada entidade prosseguiu-se à implementação do projeto.

Atendendo à complementaridade dos sistemas, no mês de Setembro de 2012, foram adjudicados através de ajuste direto, dois procedimentos de locação de bens (Sistema Móvel e Sistema Fixo), com duração até setembro de 2015. De acordo com os contratos, foram adjudicados 217 equipamentos: 150 equipamentos do Sistema Fixo e 67 do Sistema Móvel.

A Teleassistência constitui-se como uma medida que pretende contribuir para a redução do isolamento social e da solidão de pessoas idosas ou em situação de dependência através de escuta ativa e do diálogo, visando a melhoria da sua qualidade de vida e segurança. O serviço de Teleassistência consta da colocação de um aparelho em casa do idoso, ligado ao seu telefone fixo ou ao telefone móvel. O aparelho tem um botão de alarme e uma coluna altifalante. O utente possui uma pulseira com o botão de alarme, para que o possa transportar facilmente. Em caso de queda, qualquer tipo de ocorrência relativamente à saúde ou mesmo por questões de insegurança, o utente prime o botão, desencadeando de imediato uma ligação para a

³ A data, a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego era composta por dez municípios.

central do serviço. É, também, feito semanalmente um contacto com o Idoso para saber se este se encontra bem.

Qual o papel da CIM RC neste projeto?

Coube à CIM RC, até ao final de 2015, a proposição deste serviço, bem como o procedimento de contratação pública de aquisição deste serviço para o conjunto dos municípios aderentes. O investimento, para 39 meses de duração, situou-se à volta de 96.000,00€ Com esta metodologia conseguiu-se uma redução significativa do preço unitário de cada equipamento. Por deliberação do Conselho Intermunicipal de 8 de setembro, o projeto deixou de ter natureza intermunicipal e passou a ter natureza municipal.

V. PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO, CAPTAÇÃO E APOIO AO INVESTIMENTO

V.1. “REGIÃO DE COIMBRA – ESTRATÉGIA 2020”

A operação “Região de Coimbra – Estratégia 2020”, cofinanciada pelo Programa Operacional Assistência Técnica – FEDER (POAT), consistiu na preparação e execução das atividades da CIM RC respeitantes ao planeamento de políticas públicas no âmbito do seu território de intervenção, nomeadamente a definição da estratégia de desenvolvimento de base territorial ao nível sub-regional e do respetivo plano de ação para o período 2014-2020, que coincide com a implementação do próximo período de programação dos Fundos Estruturais em Portugal (2014-2020), tendo em consideração as principais metas da estratégia “Europa 2020” e a abordagem territorial preconizada nas linhas de orientação do Quadro Estratégico Comum da União Europeia para aplicação dos fundos comunitários no período 2014-2020.

A operação surgiu do reconhecimento que as CIM são atores chave catalisadores na elaboração e dinamização de estratégias territoriais de desenvolvimento económico de base intermunicipal para o período 2014-2020, envolvendo os parceiros económicos, sociais e ambientais mais relevantes, que respondam às principais necessidades de desenvolvimento e potenciais de crescimento dos respetivos territórios, contribuindo assim para reforçar o quadro institucional indispensável para promover uma utilização eficiente dos recursos previstos para o próximo período de programação.

Numa primeira fase, procedeu-se à preparação e elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra (2014-2020). Este estudo consistiu na definição de uma Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial comum para os

19 municípios da Região de Coimbra, tendo em consideração as especificidades do território e o envolvimento das principais entidades localizadas no território.

Neste sentido, procurou-se elaborar um documento que efetuassem um diagnóstico do território aprofundado dos 19 municípios, que explicitasse os principais pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças do território e identificasse as prioridades de desenvolvimento regional, alinhadas com as metas 2020.

Foram envolvidos e mobilizados os principais *stakeholders* da região, estimulando a geração de consensos e a legitimação das opções de desenvolvimento, no sentido de mobilizar a Região de Coimbra em torno de objetivos comuns, incluindo a promoção de sete workshops temáticos em áreas variadas (pessoas e inclusão, agricultura, competitividade e empresas). Para além disso, foram desenvolvidas várias reuniões técnicas e executivas para discussão das prioridades de investimento. Este trabalho de diagnóstico, reflexão, preparação, planeamento e definição estratégica foi consubstanciado no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014-2020.

De acordo com o definido pela Comissão Ministerial de Coordenação do Portugal 2020, no final de 2014, e tendo por base o Plano Estratégico de Desenvolvimento acima referido, a CIM RC apresentou candidatura ao Convite nº 01/2014, que visava o reconhecimento das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT). Em 25-02-2015, a Comissão de Avaliação deliberou reconhecer a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2014-2020, com uma avaliação muito positiva (4,3/5). Concluída a fase da definição estratégica, importou dar

sequência ao processo de reconhecimento da EIDT, abrangendo, nomeadamente, a aprovação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, ancorados nas EIDT reconhecidas no Convite nº 01/2014.

Assim, numa segunda fase, após uma reprogramação temporal e financeira da operação, procedeu-se à inclusão das ações que visam a adequada preparação, elaboração e aprovação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, através do qual foram propostos e posteriormente negociados com as autoridades de gestão, os investimentos e o programa de ação, assim como os resultados que se pretendem atingir, no quadro da concretização das EIDT reconhecidas. O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da entre a CIM RC, celebrado com as Autoridade de Gestão em agosto de 2015, inclui a identificação das parcerias e dos projetos considerados relevantes para a prossecução dos objetivos temáticos, intervenções prioritárias e ações definidas e ensaio relativamente à programação temporal e financeira das intervenções. Assim, a diversidade e complexidade das áreas de atuação impôs a mobilização de recursos técnicos com grau de especialização muito avançada, indisponíveis no atual quadro interno das CIM, o que tornou imperativo o recurso a consultoria e assistência técnica especializada.

Em termos de execução financeira, a data de início da operação foi a 01-07-2013, e a data de conclusão, a 23-07-2015. O Investimento Total rondou os 186.958,41€, ao que correspondeu um Investimento Elegível de 186.958,41€ e uma comparticipação FEDER de 158.914,65€.

O Investimento Total foi de 496.168,71€, o Investimento Elegível de 495.862,11€, o Investimento Não Elegível de 306,60€, o que correspondeu uma comparticipação FEDER de 421.482,79€.

Durante o período de execução do projeto, que decorreu entre 26-07-2012 e 30-06-2015, promoveu-se uma alargada rede de cooperação ancorada na CIM RC enquanto entidade catalisadora de atividades de apoio ao empreendedorismo e consequentemente de processos de desenvolvimento local sustentados numa lógica de competitividade e inovação. Entre as iniciativas, destacam-se:

V.2. PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO DE BASE LOCAL

O projeto "Operação imaterial de promoção do empreendedorismo - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra", tinha como objetivo geral: o reforço do potencial empreendedor da região, através de iniciativas em rede, com elevada amplitude e transversalidade sectorial que garantam os necessários suportes à dinamização e apoio ao empreendedorismo local, com especial enfoque nos serviços de apoio às atividades turísticas e de lazer (setores comercial, criativo e desportivo) na Região.

PLANO DE AÇÃO TERRITORIAL PARA A PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E CRIAÇÃO DA REDE REGIONAL DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO

O Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo (PATPE) norteou todo o desenvolvimento do projeto, constituindo-se como um mapa de governança dos trabalhos para todos os intervenientes. Criou-se a Rede Regional de Apoio ao Empreendedorismo (REDE), coordenada pela CIM RC e composta pelos Gabinetes Municipais de Apoio ao Empreendedor (GAE's) e pelas Entidades de Apoio ao Empreendedor (EAE's).

OBSERVATÓRIO DA PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO

Com esta atividade foram estabelecidos e desenvolvidos elementos de regulação e monitorização da evolução dos trabalhos, nomeadamente o plano das reuniões de trabalho. Foram entregues à REDE ferramentas de monitorização e de apoio à dinamização das atividades a desenvolver no contexto do projeto, como por exemplo:

fichas de triagem para orientar o acolhimento de empreendedores, dossiers e documentos tipo, orientadores para o desenvolvimento das atividades de sensibilização, promoção do empreendedorismo e desafios de criação de ideias.

AÇÕES DE PROSPECÇÃO E BENCHMARKING

No âmbito desta atividade foram desenvolvidos dossiers de prospecção e benchmarking, com conteúdos para boletim informativo ou newsletter. Estes documentos apresentavam além de reflexões sobre tendências socioeconómicas, uma coleta de casos de sucesso em empreendedorismo. Estes materiais foram disponibilizados no Portal do Empreendedor.

BALCÃO DE ATENDIMENTO E APOIO TÉCNICO AO EMPREENDEDOR

A CIM RC, em parceria direta, com os GAE's, foram os intervenientes diretos no apoio técnico e acompanhamento ao empreendedor no âmbito do projeto. Neste âmbito foram acolhidos/acompanhados pelos GAE's 432 potenciais empreendedores, dos quais 110 obtiveram consultadoria especializada por parte da empresa consultora contratada para esse fim. Este acompanhamento, apoio técnico e participação de potenciais promotores de ideias de negócio, em ações dinamizadas no âmbito do projeto, contribuiu decisivamente para a concretização de 29 empresas, gerando 55 postos de trabalho. De notar que mais de uma dúzia de projetos em acompanhamento ainda, apresentam grande probabilidade de concretização nos próximos meses.

Ações Locais de Sensibilização e de Promoção do Empreendedorismo

Estas ações tiveram como principal objetivo a sensibilização de potenciais empreendedores para a existência da REDE e suas respostas. Estas sessões foram também uma oportunidade para conhecer boas práticas e casos de sucesso no contexto do empreendedorismo. Entre outubro de 2012 e junho de 2015 foram realizadas duas ações de "Sensibilização e Promoção do Empreendedorismo" de carácter regional, especificamente dirigidas a públicos institucionais e à comunicação social. Ao longo do tempo, foram também dinamizadas 28 ações de "Sensibilização e Promoção do Empreendedorismo", de carácter local, especificamente dirigidas a potenciais empreendedores. Participaram nestas sessões cerca de 600 participantes. No contexto desta atividade, foi elaborado um primeiro "Manual Regional de Apoio ao Empreendedorismo" que, foi distribuído à Rede para apoio às atividades de atendimento ao empreendedor.

DESAFIOS DE CRIATIVIDADE & INOVAÇÃO – GERAR IDEIAS DE NEGÓCIO CRIATIVAS

Nestas ações os participantes foram desafiados a gerar ideias e a transformá-las em ações/ideias de negócio criativas. Em cada município foi lançado um desafio diferente proposto pelo município anfitrião, tomando cada sessão num momento único. Nestas sessões estiveram envolvidos cerca de 250 participantes, tendo sido realizadas 26 ações. Foram formadas 67 equipas de trabalho, cada equipa escolhia e preparava uma ideia de negócio (uma equipa, uma ideia de negócio), utilizando ferramentas de suporte disponibilizadas para o efeito e beneficiando do apoio de mentores.



Ilustração 27- "Os Desafios de Criatividade e Inovação" constituíram claramente uma aposta no capital humano: são as pessoas que Imaginam, criam, inovam e empreendem.

Ações de Capacitação Técnica para a REDE E EMPREENDEDORES

Foram proporcionadas várias ações de capacitação técnica, destinadas ao reforço de competências dos elementos da REDE diretamente implicados no acolhimento, triagem e acompanhamento de empreendedores, nos municípios. Os técnicos da rede beneficiaram, de 56 horas de formação direta dinamizadas por consultores especializados em áreas como: Perfil do Agente de Apoio ao Empreendedor, Sistemas de Incentivos, Clientes, mercados e consumidores, Técnicas de criatividade. Fornecidas ainda oportunidades de *teambuilding*, *networking* e visitas com interesse para a atividade no terreno junto da comunidade empreendedora: Barcelona Ativa, XVI Feira do Empreendedor, Lx Factory e Start Up Lisboa.

Já as ações de Capacitação Técnica para empreendedores compreenderam a realização das edições de 2012 (2 ações de 10 módulos autónomos); 2013 (2 ações de 10 módulos autónomos); 2014 (2 ações de 6 módulos autónomos) e 2015 (1 ação de 3 módulos autónomos). Em suma, foram disponibilizadas aproximadamente 350 horas de capacitação técnica para empreendedores em áreas como: "Empreender e ser Empresário", "Economia, Globalização e Competitividade", "Da Ideia ao Negócio: A criação de valor", "Clientes mercado e estratégia", entre outras. Entre novembro de 2012 e junho de 2015, participaram nestas ações cerca de 132 potenciais empreendedores.

CONCURSOS DE EMPREENDEDORISMO

Foram dinamizadas quatro edições do concurso de empreendedorismo "Construir Futuros": 2012, 2013, 2014 e 2015. Através dos concursos pretendeu-se acolher e avaliar ideias/projetos inovadores e criativos com vista ao desenvolvimento regional. No conjunto das edições anunciadas foram recebidas 59 candidaturas. Apenas as duas últimas edições disponibilizaram prémios de ordem pecuniária. De notar que dos 8 vencedores apurados 5 concretizaram a sua ideia de negócio.

Ilustração 28 - IdeiaProjeto "Mais Exequível" – DOCEREAL de Rui Figueiredo e Rúben Gonçalves; IdeiaProjeto "Mais Criativo" –Mondego Nature de Marco Montalvo e Rui Loureiro.



PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS

Este programa nasceu com o intuito de criar uma cultura empreendedora, promover o espírito de iniciativa, de cooperação e criatividade, permitindo aos jovens em idade escolar uma experiência real na área do empreendedorismo. Foram realizadas 3 edições deste programa, compreendendo: As Jornadas de Empreendedorismo "Innovation Challenge", o Programa "A Empresa" e o Programa "Educação Empreendedora" com oficinas de formação para professores, ações de sensibilização e workshops, abrangendo um total de 4174 alunos, 238 docentes e 101 escolas dos 19 municípios do território da CIM RC.

A equipa vencedora do Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócio de nível secundário/profissional 2014/2015, representou a CIM RC, no Concurso Regional promovido pela CCDRC, tendo obtido um honroso segundo lugar.

Ilustração 29 - Equipes Vencedoras do Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócio de nível 3.º ciclo 2014/2015; Equipa sem palco a apresentar a sua ideia no Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócio de nível secundário/profissional 2014/2015; Concurso Regional promovido pela CCDRC.



PORTAL DO EMPREENDEDOR

No Portal do Empreendedor, com acesso a partir do endereço www.construirfuturos.pt, parceiros da REDE e comunidade empreendedora puderam encontrar um leque de informações úteis de acordo com as necessidades, sobre os serviços e atividades da REDE e sobre outros recursos de interesse para o desenvolvimento de ideias e negócios. Encontra-se também disponível o Sistema de Registo Online para Acompanhamento de Empreendedores, uma ferramenta de trabalho para registo, acompanhamento e monitorização do trabalho do Balcão de Atendimento, criado especificamente para os técnicos da REDE de apoio ao empreendedor da CIM RC.

A Empreende. Feira de Empreendedorismo e Inovação que decorreu nos dias 19 e 20 de Junho 2015, na Cerâmica Arganilense (Arganil), foi claramente uma iniciativa da CIM RC para a região e o evento cúpula do projeto de Promoção de Empreendedorismo da CIM RC 2011-2015. Foi uma atividade para toda a comunidade, não se dirigindo apenas a agentes dos negócios que têm já uma empresa, mas também a todas as pessoas que desejam iniciar o seu negócio.



Ilustração 30 - Feira do Empreendedor da Região de Coimbra



Sumariamente: 40 organizações em exposição (empresas e instituições); Oportunidades de *networking*, informação e apoio; 6 iniciativas paralelas complementaram a exposição multisetorial; Presença de Personalidades diretamente ligadas aos centros de decisão na Esfera do Empreendedorismo, modalidades de financiamento e Estratégia Portugal 2020. Participação das Delegações Regionais do Centro com impacto no apoio e/ou no financiamento da iniciativa privada (IEFP, IPDJ, UC, IPC, CEC e Turismo do Centro); Oportunidades de Franchising (Presença de Empresas Franchisadoras e participação da APF - Associação Portuguesa de Franchising).

Ilustração 31 - Programa e Cartaz da Empreenda, Feira de Empreendedorismo e Inovação 2015; Inauguração Oficial da Feira; Oradores/as do Painel 2: Inovação, Inclusão Social e Emprego.



Em suma, o projeto durante os 37 meses de execução teve os seguintes efeitos, sendo que a maioria foram devidamente disseminados através da imprensa, redes sociais e sites da CIM RC e dos municípios:

- ✓ O conjunto de respostas disponibilizadas ao longo da implementação do projeto contribuiu decisivamente para a criação de 29 empresas (a funcionar), desde o início dos trabalhos no contexto do projeto (mais de uma dúzia de projetos, ainda em acompanhamento, têm forte possibilidade de concretizar os seus negócios nos próximos meses);
- ✓ As empresas criadas, tendo beneficiado do apoio da REDE ancorada na CIM RC, instalaram-se, sem exceção, no território de intervenção da Região de Coimbra;
- ✓ Foram dinamizadas 69 iniciativas (de carácter regional e local), paralelas ao Balcão de Atendimento, desde o início do programa;
- ✓ De forma geral, o setor de investimento preferencial (acima dos 80%) é o setor terciário (comércio e serviços), com larga vantagem para os serviços.

- ✓ Existência de uma Rede Regional de Apoio ao Empreendedor competente a funcionar;
- ✓ Participação de largas centenas de pessoas (jovens, adultos, seniores) e instituições locais nas diversas atividades disponibilizadas no contexto do projeto, familiarizando-se com temáticas, boas práticas, ferramentas significativas para a transformação de ideias em negócios;
- ✓ Acolhimento/Acompanhamento e apoio personalizado assegurado pelos GAE's a 432 Promotores desde o início do programa (110 desses promotores, beneficiaram de atendimento especializado disponibilizado pela CIM RC, correspondendo a 144 sessões de consultoria especializada).



V.3. TURISMO | PROMOÇÃO TURÍSTICA

O Programa Intermunicipal para a Valorização do Património Natural e Cultural e Promoção Turística, promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, tem como âmbito a criação de um referencial comum de intervenção dos dezasseis municípios que a integram para o período 2015-2020.

O correspondente plano de ação integrará um conjunto de intenções de investimento que, segundo critérios de convergência estratégica, pertinência, viabilidade e trabalho em rede, venham a fazer parte do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, no âmbito do período de programação Portugal 2020.

Esta iniciativa assenta num conjunto de objetivos estratégicos consensualmente estabelecidos para este território: revalorizar os seus recursos endógenos, renovar o sistema turístico, inovar a sua oferta cultural, encontrar novos produtos, outros mercados, diferentes modelos de gestão e de promoção turística, oferecer melhores experiências aos seus visitantes, envolvendo a iniciativa privada e as comunidades locais nesse processo.

Pretende-se assim, e a médio prazo, que o património e o turismo contribuam de forma ainda mais relevante para a criação de valor e para a geração de emprego e riqueza na Região de Coimbra.

Por parte da CIM RC foi dado apoio e acompanhamento ao trabalho de recolha de informação para uma caracterização base da região, dos seus municípios e dos principais indicadores turísticos, para numa fase seguinte ser possível um conhecimento melhor fundamentado da fase de Diagnóstico junto dos vários municípios, concretamente através de reuniões de trabalho no território, que tiveram lugar de acordo com a calendarização apresentada.

Tabela 20 - Programa Intermunicipal para a Valorização do Património Natural e Cultural e Promoção Turística.

Data	Câmara Municipal
18 fev.2015	Arganil
	Penacova
19 fev.2015	Pampilhosa da Serra
	Lousã
20 fev.2015	Vila Nova de Poiares
	Góis
23 fev.2015	Olheira do Hospital
24 fev.2015	Cantanhede
	Municipal da Mealhada
2 mar.2015	Tábua
3 mar.2015	Coimbra
4 mar.2015	Miranda do Conde
	Pendão
5 mar.2015	Condeixa-a-Nova
	Soure
6 mar.2015	Montemor-o-Velho
	Figueira da Foz
9 mar.2015	Monteagudo
12 mar.2015	Mira

Após apresentação e aprovação junto do Conselho Intermunicipal, foi iniciada a primeira série de reuniões com os municípios para o trabalho de diagnóstico que visou essencialmente identificar os agentes relevantes para a valorização e dinamização turística da Região, assim como as potencialidades turísticas e de valorização patrimonial (atrativos, infraestrutura, serviços, comunicação e promoção e ainda os projetos inovadores nas áreas do turismo, cultura e empreendedorismo privado).

Ilustração 32 – Apresentação pela OP10 de um modelo de conceção e operacionalização do Programa Intermunicipal de Valorização do Património Natural e Cultural e Promoção Turística em reunião do Conselho Intermunicipal de 10 Fevereiro de 2015.



A mesma metodologia foi também aplicada junto de alguns dos principais agentes relevantes para a valorização e dinamização turística da Região, como o Museu Monográfico de Conimbriga, o Instituto Pedro Nunes, a Agência de Promoção da Baixa de Coimbra, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL's) com intervenção no

território da CIM RC e também algumas redes de dinamização do território como a Rede de Castelos e Muralhas do Mondego, Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto e Aldeias de Montanha.

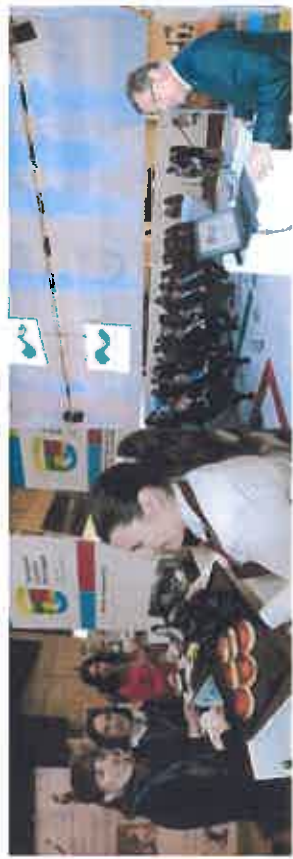
Para além disto, há a destacar também o acompanhamento e apoio ao desenvolvimento do trabalho de preparação do Plano de Ação e enquadramento das várias intenções de investimento, de acordo com os critérios definidos para candidatura no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, através da Prioridade de Investimento (PI) 6.3 - Valorização do Património Cultural, Natural e Promoção Turística, integrado no Investimento Territorial Integrado (ITI) da CIM RC.

V.4. ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS, SEMINÁRIOS E OUTRAS INICIATIVAS PROMOCIONAIS

BOLSA DE TURISMO DE LISBOA (BTL 2015)

A 27.ª edição da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL' 2015) decorreu entre os dias 25 de fevereiro e 1 de março na FIL, tendo a CIM RC marcado presença no stand da Turismo Centro de Portugal (TCP) num espaço partilhado com as 8 CIM's da região. Foi dado particular ênfase ao programa de animação, em articulação com os vários municípios, a quem foram solicitados contributos e propostas para apresentação, assim como com a Entidade Regional de Turismo do Centro, que coordenou os moldes genéricos de participação.

Ilustração 33 – Presença na Bolsa de Turismo de Lisboa 2015.



A intervenção da CIM RC neste evento traduziu-se na apresentação de um programa de animação que decorreu sobretudo em momentos dos dias 27 e 28 de fevereiro, dando forma ao programa que se apresenta:

Ilustração 34 – Programa de Animação da CIM RC|BTL 2015.

Sexta-feira, 27 de fevereiro

11h00	Boas Vindas Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. João Almeida	16h00	Apresentação Figueira da Foz
11h10	Apresentação dos projetos Cerdiceira Village e Cerdiceira Art & Craft CIM Lousã		Degustação de sopa de peixe e brisetas da Figueira
11h25	Apresentação do projeto Sabar Intemporal CIM Arganil		Demonstração de Sal: Murscelina; Casa do Sal Sal; Produtos de Beira
11h35	Lançamento do vídeo promocional CIM Mealhada		
11h45	Sabores da Região de Coimbra		

	Doparia e Bolaria Queijadas do Píodão e Sequinhos Arganil; Doparia Conventual Coimbra; Escripiadas Condado-e-Nova; Bolaria de São Silvestre Lousã; Pastéis de Tentugal e Queijadas de Pereira Montemor-o-Velho; Polenta Vila Nova de Poiares; Mel, Chá e Azulejo Lousã	17h30	Grupo AFADIXE CIM Arganil
12h10	Apresentação Turismo da Natureza CIM Figueira da Foz - Parque Aventura	18h00	Adesga Cooperativa de Cantanhede - Prova de Vinhos e Espumantes CIM Cantanhede

12h25	Apresentação do Programa Comemorativo dos 725 anos da Universidade de Coimbra		
12h40	Apresentação da Feira do Queijo de Tábua CIM Tábua (em paralelo) Sabores da Região de Coimbra		

Enchidos |Arganil; Chantana |Vila Nova de Poiares; Trouxa Cabreira |Vila Nova de Poiares; As Quatro Maravilhas da Mealhada |Água, Pão, Vinho e Leite; Cerveja Artesanal, Vinhos e Licores |Cerveja Artesanal |Coimbra; Vinho da Foz de Arouce e Licor Bairão |Lousã

EXPOFACIC

A CIM-RC esteve presente, entre os dias 23 de julho e 2 de agosto, na EXPOFACIC, em Cantanhede, um dos principais certames de âmbito regional realizados no território que lhe está adstrito.

Tendo como área expositiva um stand de 18m², foi também principal objetivo a participação institucional e representativa do território.

Foram contactados os municípios no sentido da preparação de um passatempo que visou a atribuição de prémios no território da CIM RC, designadamente provas gastronómicas, experiências de animação, dormidas e visitas a locais de interesse turístico, assim como a oferta de produtos endógenos e outros *gifts* promocionais.

Para além de informação turística diversificada dos municípios, com os vários prémios sinalizados foi possível a preparação de um sorteio através de rifas, para oferta aos visitantes do stand durante o seu período de funcionamento. Para os onze dias de participação na feira, foi possível a atribuição de um total de cerca de 1390 prémios.

Em termos de receptividade, assinalou-se um bom nível de adesão e interesse por parte dos visitantes sobre o *stand* da CIM. Valorizado pela excelente localização junto à entrada principal da Feira, e sendo um dos primeiros espaços expositivos que se apresentam ao visitante, este facto permitiu, desde logo, aproveitar a sua curiosidade pelo stand, o espaço disponível e os produtos comunicados, os materiais e os passatempos existentes. A identificação ou a curiosidade sobre alguns lugares retratados nas fotografias existentes, serviu ora para identificar os visitantes provenientes ou ligados ao território da CIM, sendo possível perceber o seu

reconhecimento naqueles elementos, ora para cativar a sua atenção, disponibilizando mais informação e incentivando à visita ao território. Em termos de necessidades de informação, verificou-se a pertinência de materiais informativos sobre a região de uma forma alargada, mapeada com os seus principais recursos (nomeadamente praias fluviais), e disponível em vários idiomas.

Ilustração 35 – Stand promocional da CIM RC na EXPOFAIC.



FEIRA DO PATRIMÓNIO

A Feira do Património, teve lugar no Convento de Santa Clara-a-Velha em Coimbra, tendo a CIM-RC preparado uma participação integrada e um programa de animação diverso ao longo dos dias 9, 10 e 11 de outubro, numa presença que marcou pela

diferença na irreverência, interatividade e dinamismo com que envolveu os visitantes da Feira e os recebeu num espaço de partilha.

A Feira do Património, promovida pela Spira, é um evento que visa promover o setor do Património Cultural enquanto bem capaz de criar valor económico e social e fator de atração turística, gerando receitas e incentivando o emprego.

A relação com a região foi construída e desconstruída à entrada no espaço da CIM RC com a ligação a elementos que permitem assumir e estabelecer uma ligação à região. Cubos com alfabetos e imagens de alguns dos recursos patrimoniais mais identitários do território, incentivaram o visitante a reconhecer a sua região, ou os elementos que identificam na região de Coimbra, ou convidados para um desafio de palavras cruzadas de descoberta da região, dos seus municípios, património natural e património cultural. A palavra esteve, assim, entregue aos visitantes e residentes, e materializada quer no “mural das palavras ditas”, quer no Conhecimento, implícita e explicitamente expresso por todo o espaço, motivando o diálogo com toda a região, as suas tradições, individualidades, património(s), no fundo a sua identidade local e regional. Para assinalar a abertura da Feira foi promovida uma tertúlia com os técnicos municipais das áreas da Cultura e Turismo, que resultou na partilha de experiências e opiniões entre aqueles que diariamente promovem o território, contando com a presença de 18 técnicos dos municípios de Arganil, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Góis, Lousã, Mealhada, Montemor-o-Velho, Penacova, Penela, Soure e Vila Nova de Poiares.

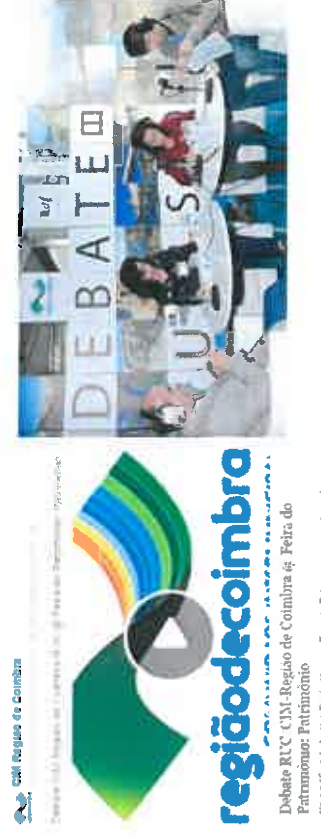
Ilustração 36 – Encontro de técnicos municipais de turismo/cultura/comunicação promovido pela CIM RC na Feira do Património 2015.



Integrado na programação paralela da Feira, no Innovation Point, Penela e Pampilhosa da Serra apresentaram exemplos de boas práticas e intervenções realizadas, respetivamente, nos contextos do património cultural e do património natural, da sua valorização e dinamização.

A tarde de sábado foi o momento escolhido para decisores e líderes de opinião regionais discutirem temas como o turismo, o património e a mobilidade, num debate moderado pela Rádio Universidade de Coimbra. Estiveram representadas a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, Universidade de Coimbra, Escola de Turismo e Hotelaria de Coimbra, Museu Monográfico de Conímbriga e Ruínas, Aldeias do Xisto, Festival Forte, TREMMO, Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e Câmara Municipal de Penela.

Ilustração 37 – Debate de Rádio transmitido pela Rádio Universidade de Coimbra na Feira do Património no stand da CIM RC, organizado em torno de três painéis temáticos ligados ao Turismo, Património e Mobilidade.



Enquanto conjunto de sons e em colaboração com o projeto "A Música Portuguesa a Gostar dela Própria", esteve representado o património musical da Região, ao longo de três momentos distintos e envolvendo este legado patrimonial recolhido no território e junto dos seus artistas. A relação e interação com o público foi também agitada pelo animador "Tosta Mista – o Malabarista" que, na tarde de domingo apresentou um

espetáculo próprio que se transformou num dos momentos mais assistidos.

Ilustração 39 – Um dos três showcases musicais realizados pelo projeto "A Música Portuguesa a Gostar dela Própria" | Animação pelo performer "Tosta Mista – o Malabarista".



A participação da CIM RC neste evento enquadra-se no âmbito da promoção e divulgação da Região de Coimbra de forma integrada e articulada, valorizando e promovendo o rico e diversificado património cultural existente no conjunto dos seus dezasseis municípios. Participou com uma área expositiva de 36 m2, tendo a estratégia de participação, posicionamento e comunicação sido desenvolvida em colaboração com o Dr. João Aires, da empresa "Um para Um".



Ilustração 38 – Visitas institucionais ao stand da CIM Região de Coimbra.

PROGRAMA CENTRO 2020

Apoio na receção aos participantes na sessão de divulgação do Programa Centro 2020 promovida pela CCDRC em articulação com a CIM RC, que teve lugar no dia 18 de março de 2015, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, contando com cerca de 600 inscrições. Este evento enquadra-se num conjunto de oito sessões de divulgação do Programa Centro 2020, que decorreu durante o mês de março, na Região Centro.

Ilustração 42 – Apresentação do Centro 2020 |Diário de Coimbra | 26 março de 2015.

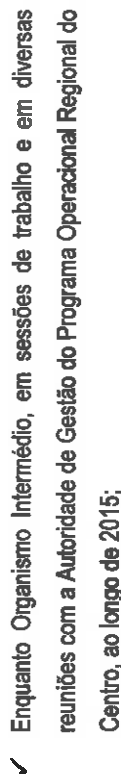


Ilustração 40 – Apresentação do estudo "Medidas públicas de apoio ao empreendedorismo social: abordagens inovadoras no FSE de 2014-2020" | 29 de junho de 2015





A CIM RC participou ainda, entre outras nas seguintes atividades:



✓ Reunions mensais com o Secretariado Técnico do Programa Operacional Regional do Centro, ao longo de 2015, tendo em vista a apreciação conjunta dos relatórios de verificação no local/conformidade propostos à aprovação pela EAT da CIM RC;

✓ Diversas reuniões com os diversos Municípios da CIM RC para tratamento de assuntos relacionados com suas candidaturas no âmbito da contratualização, ao longo de 2015;

✓ "Evento Anual JESSICA: Balanço e Futuro", em Santarém, janeiro de 2015;

✓ Apresentação de resultados do POVT, em Lisboa, em janeiro de 2015;

✓ "Workshop de Planeamento, Acompanhamento e Encerramento de Operações SAMA", em Lisboa, em fevereiro de 2015;

✓ Seminário "Horizonte 2020 e Portugal 2020. Que oportunidades para as autarquias?", na Universidade de Coimbra, em fevereiro de 2015;

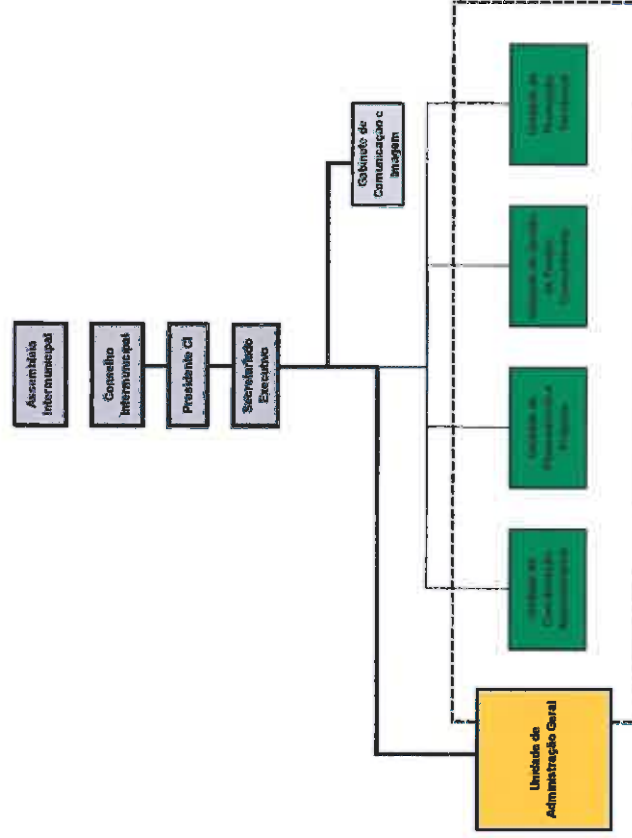
✓ Seminário sobre "Cidades Analíticas", na CCDRC, em março de 2015;

- ✓ "Sessão de Esclarecimentos sobre Encerramento das Operações financiadas pelo POVT e Evento Anual de apresentação de resultados", em Anadia, em abril de 2015;
- ✓ Conferência "O Financiamento da Atividade Turística no Portugal 2020", promovida pelo Turismo de Portugal, a CCDRC e a Entidade Regional de Turismo do Centro, em abril de 2015;
- ✓ "Sessão de divulgação dos Programas Operacionais da Cooperação Territorial Europeia 2014-2020", na CCDRC, em junho de 2015;
- ✓ Conferência subordinada ao tema "INTERREG EUROPE Info Day" promovida pelo Programa Operacional de Cooperação Territorial Europeia e pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, em junho de 2015;
- ✓ Seminário "Interreg Sudoe 14-20", promovido pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em outubro de 2015;
- ✓ Reunião entre a Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro e Secretariados Executivos Intermunicipais das CIM's da Região Centro, para discussão e análise do QREN e Portugal 2020, na CCDRC, em outubro de 2015;
- ✓ Evento "Centro Brokerage Event", organizado pela CCDRC, em Coimbra, em novembro de 2015;
- ✓ Reunião com representante da ANQEP, subordinada ao tema "Aprofundamento Regional – Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações", em Lisboa, em novembro de 2015;
- ✓ Workshop Desafios da Administração Local no Portugal 2020", no âmbito do Programa CAPACITAR, em Águeda, em novembro de 2015;
- ✓ Sessão de esclarecimentos sobre o novo Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, organizado pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, I.P., na sede da ANMP, em novembro de 2015;
- ✓ Conferência "O Financiamento da Atividade Turística no Portugal 2020" promovida pelo Turismo de Portugal, a CCDRC e Entidade Regional de Turismo do Centro, que decorreu no dia 9 de abril de 2015, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, e teve como principal objetivo dotar as empresas dos conhecimentos necessários sobre os vários mecanismos de apoio financeiro destinados ao desenvolvimento da atividade turística.
- ✓ Conferência internacional de apresentação do Plano Estratégico do Convento de S. Francisco, no dia 22 de maio de 2015, no Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco (CCEC).
- ✓ Diversas ações de formação, ao longo de 2015.

VI. ADMINISTRAÇÃO GERAL

A administração geral da CIM Região de Coimbra tem por base um corpo técnico que constitui os serviços intermunicipais e que se apresenta no seguinte organograma.

Ilustração 44 – Organograma da CIM Região de Coimbra.



Sendo uma equipa constituída por 9 elementos, encontram-se distribuídos pelas seguintes categorias e modalidades:

Tabela 21 – Constituição da equipa.

Categoria	Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Em mobilidade na categoria ou intercarreiras	Total
Técnico Superior	7	1	8
Assistente Técnico	0	1	1

Atendendo às necessidades derivadas dos projetos que a CIM RC tem vindo a desenvolver e às novas competências que tem vindo a adquirir, nomeadamente na área dos transportes, verificou-se a necessidade de encetar contactos no sentido de reforçar a equipa. Para além da auscultação aos municípios que constituem a CIM procurou-se proporcionar a jovens estágios profissionais em diversas áreas.

No sentido de recolher, selecionar, analisar e interpretar informação relevante no campo da educação/formação junto dos municípios que constituem a CIM RC, desenvolver contactos com as diversas entidades envolvidas no processo de educação/formação, de colaborar na atuação da CIM RC enquanto agente facilitador/orientador, numa lógica de complementaridade e subsidiariedade em relação aos diversos organismos no domínio da educação e formação, facilitar o encontro entre as necessidades de formação e a programação das ofertas formativas, de participar noutros projetos e programas da CIM RC relacionados com as temáticas da prevenção do abandono escolar precoce e do processo educativo foi feita uma candidatura ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL).

para uma/um jovem licenciado em Ciências da Educação. Esta candidatura foi aprovada e o seu início ocorreu em setembro de 2015.

Considerando que, no âmbito dos estudos preparatórios do instrumento comunitário ITI, a CIM RC necessitou de elaborar Planos de Ação Setoriais que respondam aos objetivos previstos no PO Centro 2020, para algumas Prioridades de Investimento.

Tratando-se de matérias de acentuada complexidade com uma rede densa de agentes, problemáticas e abordagens, iniciaram-se esses Planos de Ação com trabalhos de diagnóstico da realidade existente no território, dos agentes envolvidos e das suas visões.

Cabendo à CIM RC a operacionalização destes programas de preparação do Plano de Ação do ITI e não dispondo de quadros técnicos disponíveis, nem de enquadramento legal para a sua contratação procedeu-se à aquisição de serviços nas diversas áreas de intervenção.

A CIM RC de acordo com o previsto nos artigos 76.º, número 3 e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) dispõe de uma prestação de serviços de auditoria, revisão e certificação legal de contas da CIM RC, por auditor externo.

ANEXOS

ANEXO 1 – PI/MEDIDAS CONTRATUALIZADAS NO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

Programa Operacional		Projeto		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor	
Código		Descrição		Código		Código		Código		Código		Código	
03.003	Investimentos em valores físicos	(N)1		IE03: Protecção, qualificação, valorização e integração dos recursos ambientais agrícolas e florestais / Infraestruturas colheitas; Rotações e barreiras				1902.910,00				862.910,00	
02.03	O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, agenda digital em linha, inclusão, cultura em linha e saúde em linha.	PO CENTRO 2020		IE10: Modernização e eficiência administrativa		3.726.074,00						3.726.074,00	
04.02	A concessão de apoio à eficiência energética, a gestão inteligente da energia e a utilização das energias renováveis	PO CENTRO 2020		IE01: Promoção das energias renováveis e do eficiência energética		4.577.975,05						4.577.975,05	
05.01	Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas	PO SEUR		IE02: Protecção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais			85.000,00					85.000,00	
05.02	Fomento de investimentos para abordar riscos específicos de desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR		IE02: Protecção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais / Prevenção e gestão de riscos			267.750,00					267.750,00	
06.03	A conservação, protecção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.	PO CENTRO 2020		IE04: Região de Coimbra, destino turístico / Valorização do património natural e cultural e promoção turística		6.247.500,00						6.247.500,00	
08.03	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas, familiares.	PO CENTRO 2020		IE06: Promoção de novos modelos competitivos, da interligação do tecido empresarial e da criação de emprego - Sistema de Incentivos		3.000.000,00	5.000.000,00					3.000.000,00	
08.06	A concessão de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas e o apoio à criação de novas empresas, às microempresas e à criação de empregos.	PO CENTRO 2020		IE06: Promoção de novos modelos competitivos, da interligação do tecido empresarial e da criação de emprego - Sistema de Incentivos		3.000.000,00						3.000.000,00	
09.01	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	PO CENTRO 2020		IE07: Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza - Diminuição da exclusão social e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade		1.583.123,40						1.583.123,40	
09.01	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	PO SE		IE07: Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza / Cultura para todos		1.470.505,10						1.470.505,10	
09.04	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços competitivos, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.	PO ISG		IE07: Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza / Saúde e bem-estar		250.000,30						250.000,30	
09.07	Investimentos na saúde e nos infraestruturas sociais	PO CENTRO 2020		IE07: Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza / Saúde e bem-estar		5.087.250,00						5.087.250,00	
10.01	Realização e melhoria de programas sociais, educação e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário	PO CENTRO 2020		IE07: Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza / Condição de bem-estar		12.587.848,70						12.587.848,70	
10.05	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional	PO CENTRO 2020		IE07: Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza / Equilíbrio		7.800.000,00						7.800.000,00	
				Total PO CENTRO 2020		26.037.739,45		19.140.962,10		0,00		49.678.761,55	
				Total PO SEUR		0,00		0,00		0,00		362.750,00	
				Total PO ISG		0,00		1.729.505,40		0,00		1.729.505,40	
				Total PIR		0,00		0,00		0,00		932.910,00	

ANEXO 2 - PONTO DE SITUAÇÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO DA CIM RC A 31/12/2015 POR BENEFICIÁRIO E POR OPERAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN.

Beneficiário	Nº de Projetos	Investimento Total Aprobado	Elegível Aprobado	Feder Aprobado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val/Aprov)	Taxa de Pagamento (Pag/Aprov)	Taxa de Reembolso (Pag/Val)
Município de Arganil	5	12 322 679,06	7 230 688,39	6 148 093,64	5 848 536,52	5 539 178,79	95,16%	90,13%	94,71%
Município de Cantanhede	6	5 907 719,60	4 937 727,05	4 197 067,98	4 193 824,37	4 170 360,86	99,92%	99,36%	99,44%
Inova - E.M.	1	2 303 166,86	1 669 564,36	1 419 129,73	1 419 129,73	1 348 173,24	100,00%	95,00%	95,00%
Município de Colômbria	11	11 472 623,88	9 368 569,78	7 961 601,34	7 935 404,61	7 767 660,31	98,67%	97,56%	97,89%
Município de Condeixa-a-Nova	4	8 679 743,65	7 019 976,28	5 966 979,83	5 803 644,58	5 669 936,23	97,26%	95,36%	98,04%
Município da Figueira da Foz	6	6 818 775,57	5 406 711,45	4 585 704,74	4 585 704,74	4 552 424,42	100,00%	98,06%	98,06%
Município de Góis	3	2 827 610,89	2 723 391,16	2 314 882,47	2 314 882,47	2 199 551,72	100,00%	95,02%	95,02%
Município de Lousã	2	2 725 579,48	2 585 896,32	2 198 011,88	2 198 011,88	2 159 130,78	100,00%	98,23%	98,23%
Município de Mealhada	11	12 649 962,23	9 658 820,38	8 209 987,33	8 117 883,21	7 869 798,91	98,88%	95,86%	96,94%
MUNICIPIO DE MIRA	5	3 127 748,45	2 475 814,76	2 104 272,54	2 077 416,94	1 999 058,91	98,72%	95,00%	96,23%
Município de Miranda do Corvo	6	6 401 798,00	6 048 774,79	5 118 054,40	5 063 201,60	4 870 850,59	98,71%	95,15%	98,39%
Município de Montemor-o-Velho	12	9 654 884,23	8 835 005,94	7 508 755,06	7 202 778,32	7 066 885,02	95,91%	94,10%	98,11%
Município de Montargão	2	7 573 982,31	4 529 538,48	3 850 107,71	3 850 107,70	3 657 602,33	100,00%	95,00%	95,00%
MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL	8	6 311 388,04	6 130 271,09	5 210 730,43	5 183 404,45	5 034 028,52	99,48%	98,61%	97,12%
Município de Pampilhosa da Serra	4	6 314 969,33	5 517 816,98	4 690 144,43	4 690 144,43	4 569 285,75	100,00%	97,42%	97,42%
Município de Penacova	5	9 380 816,13	5 486 142,84	4 683 221,42	4 601 370,78	4 339 282,20	98,67%	93,05%	94,30%
Município de Pênela	5	5 084 346,15	4 111 712,78	3 485 816,02	3 465 816,03	3 465 816,03	100,00%	100,00%	100,00%
Município de Soure	8	5 707 595,10	5 519 811,65	4 691 924,91	4 691 924,94	4 543 366,58	100,00%	96,83%	96,83%
Município de Tábua	2	4 007 298,80	3 650 365,80	3 102 836,42	3 089 804,77	3 000 405,24	98,58%	96,70%	97,11%
Município de Vila Nova de Poiares	3	4 556 939,65	3 745 888,21	3 183 833,31	3 183 828,20	3 183 828,20	100,00%	100,00%	100,00%
Total	109	133 819 626,71	106 648 246,51	90 601 165,60	89 576 826,17	87 026 625,63	98,80%	96,05%	97,22%

Beneficiário	(DM) Projeto Aprovado	Feder Aprovado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val/Aprov)	Taxa de Pagamento (Pag/Aprov)
Município de Arganil	Centro Educativo de Coja (Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Pré-Escolar e Creche)	906 722,43	906 722,43	906 722,43	100,00%	100,00%
	Parque Verde Urbano do Sub-Paço	574 096,71	422 954,94	422 954,94	73,67%	73,67%
	Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense	2 839 642,78	2 693 227,74	2 383 870,33	94,84%	83,95%
	Requalificação da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Arganil	1 223 071,56	1 223 071,55	1 223 071,23	100,00%	100,00%
Município de Arganil Total	Requalificação da Ribeira de Plódão e Zona Envolvente	602 560,16	602 560,16	602 560,16	100,00%	100,00%
		6 146 093,64	5 848 536,52	5 539 178,79	95,16%	90,13%
	Centro Educativo de Ançã	1 553 378,63	1 553 378,63	1 553 378,63	100,00%	100,00%
	Centro Escolar de Cadima	881 284,72	881 284,70	895 830,28	100,00%	101,65%
Município de Cantanhede	Construção da E.R. 335-1: Via Regional Cantanhede/IC1 (Tocha)	210 170,25	210 170,25	209 367,09	100,00%	99,62%
	Pavilhão Desportivo de Febras	1 164 979,57	1 164 979,57	1 106 730,60	100,00%	95,00%
	Requalificação Urbana da Rua 1.º de Maio	311 529,46	311 529,46	332 572,49	100,00%	106,75%
	Requalificação Urbana no Concelho por Empreitada - Ruas de Azinhaga e do Calvário (Murtede)	75 725,36	72 481,76	72 481,76	95,72%	95,72%
Município de Coimbra	Requalificação Urbana no Concelho por Empreitada - Ruas de Azinhaga e do Calvário (Murtede)	4 197 067,99	4 183 824,37	4 170 360,86	99,92%	99,36%
	Complexo Desportivo de Ançã	1 419 129,73	1 419 129,73	1 348 173,24	100,00%	95,00%
	CENTRO ESCOLAR DA SOLUM SUL	1 977 151,17	1 977 151,17	1 877 231,31	100,00%	94,95%
	CENTRO ESCOLAR DE MONTES CLAROS	844 855,21	837 019,74	837 019,74	99,07%	99,07%
Município de Coimbra	CENTRO ESCOLAR QUINTA DAS FLORES	862 619,37	844 258,13	844 258,14	97,87%	97,87%
	ESCOLA BÁSICA 1 DE COSELHAS	434 190,30	434 190,30	434 190,29	100,00%	100,00%
	ESCOLA BÁSICA 1 DO TOVIM	387 916,71	387 916,71	387 916,70	100,00%	100,00%
	Ligação Intermunicipal Miranda do Corvo / Coimbra - Estrada Vale de Açor / Celra, incluindo as Pontes do Cabouco e da Longra	883 247,39	883 247,38	823 245,09	100,00%	93,21%
Município de Coimbra	Ligação Vale de Canas / Casal da Misarela - 1.ª Fase	162 979,03	162 979,03	155 156,88	100,00%	95,20%
	M2M - Modernizar para o Município	106 992,00	106 992,00	106 992,00	100,00%	100,00%
	Qualificação Ambiental dos Fornos - Coimbra (Construção da passagem hidráulica sob a ex EN1 - Rio dos Fornos e Drenagem pluvial da R. dos Alcornedores)	514 687,53	514 687,53	514 687,53	100,00%	100,00%
	Reabilitação da Casa do Arco para instalação da Casa da Escrita - 1.ª Fase	1 148 402,88	1 148 402,87	1 148 402,88	100,00%	100,00%
Município de Coimbra Total	Via Estruturante Sta. Clara / S. Martinho do Bispo - Ligação Quinta do Legar / Centro de Saúde de Sta. Clara	638 559,75	638 559,75	638 559,75	100,00%	100,00%
		7 961 601,34	7 935 404,61	7 767 660,31	99,67%	97,56%

Beneficiário	(DM) Projeto Aprovado	Feder Aprovado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val/Aprov)	Taxa de Pagamento (Pag/Aprov)
Município de Condeixa-a-Nova	Centro de Eventos de Sítio - P.O.R.O.S. - Construção da 1.ª Fase	2 818 216,40	2 672 381,30	2 702 956,77	94,82%	95,91%
	Centro Educativo de Condeixa-a-Nova	1 631 590,55	1 614 110,40	1 532 530,88	98,93%	93,89%
	Construção do Campo Relvado Sintético	1 436 308,95	1 436 308,95	1 372 279,29	100,00%	95,54%
	O BIA - Balção Integrado de Atendimento e Ações Complementares de Modernização Administrativa	80 863,93	80 863,93	82 169,29	100,00%	101,61%
Município de Condeixa-a-Nova Total		5 966 979,83	5 803 644,58	5 689 836,23	97,26%	95,36%
Município de Góis	AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA DE GÓIS	135 917,45	135 917,45	129 535,46	100,00%	95,30%
	CONSTRUÇÃO CENTRO ESCOLAR DE ALVARES	539 150,79	539 150,79	512 193,24	100,00%	95,00%
	CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA DE GÓIS	1 639 814,23	1 639 814,23	1 557 823,02	100,00%	95,00%
Município de Góis Total		2 314 882,47	2 314 882,47	2 199 551,72	100,00%	95,02%
Município de Figueira da Foz	Centro Escolar de S. Julião / Tavares	2 638 806,61	2 638 806,61	2 638 806,61	100,00%	100,00%
	Centro Escolar de Vila Verde (V.V)	438 248,97	438 248,97	438 248,97	100,00%	100,00%
	Construção da Variante Interna do Palácio	285 014,63	265 014,63	251 763,90	100,00%	95,00%
	Medidas de Segurança Rodoviária junto a Escolas	130 385,23	130 385,23	129 160,77	100,00%	98,05%
	Requalificação da Rua 5 de Outubro e Zona Enchente	547 337,25	547 337,25	547 337,23	100,00%	100,00%
	Requalificação do Campo de Treinos do Estádio José Bento Passoa	575 902,05	575 902,05	547 106,94	100,00%	95,00%
Município de Figueira da Foz Total		4 585 704,74	4 585 704,74	4 552 424,42	100,00%	99,00%
Município de Lousã	Construção da Escola Básica do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos da Lousã	1 522 044,24	1 522 044,24	1 516 962,01	100,00%	99,67%
	Repavimentação da EN 342 entre Lousã e Limite do Concelho - Trabalhos de Conclusão	675 967,64	675 967,64	642 168,77	100,00%	95,00%
Município de Lousã Total		2 198 011,88	2 198 011,88	2 159 130,78	100,00%	98,23%

Beneficiário	(DM) Projeto Aprovado	Feder Aprovado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val/Aprov)	Taxa de Pagamento (Pag/Aprov)
Município da Mealhada	Centro Educativo de Pampilhosa	1 595 517,03	1 595 517,04	1 577 588,88	100,00%	98,88%
	Centro Escolar do Luso	1 092 184,06	1 030 511,67	979 081,08	94,36%	89,64%
	Construção de Ponte em Várzea - Luso	357 465,28	357 465,27	357 465,27	100,00%	100,00%
	Equipamentos de Apoio ao Parque da Cidade	291 132,38	291 132,38	290 706,61	100,00%	99,85%
	Espaço Inovação do Município de Mealhada	682 542,33	682 542,33	648 415,21	100,00%	95,00%
	Infraestruturas Zona Industrial Bairrada/Pedruha - 2ª Fase	740 886,27	740 886,27	734 505,92	100,00%	99,14%
	Posto de Turismo e Loja das 4 Maravilhas da Mealhada	486 701,13	458 159,40	450 504,82	93,72%	92,66%
	Reabilitação rua das Fanegens e largo do cemitério na Amies	150 915,32	150 915,32	150 915,32	100,00%	100,00%
	Reconversão dos Viveiros Florestais de Mealhada/Parque Urbano	1 629 359,76	1 629 359,76	1 547 891,77	100,00%	95,00%
	Requalificação Largo de S. Martinho em Aninhos	171 518,73	171 518,73	171 518,73	100,00%	100,00%
Município de Mira	Requalificação Urbana da Vila de Luso - Valonização Paisagística	1 011 795,04	1 011 795,04	961 205,29	100,00%	95,00%
	Município de Mealhada Total	8 209 897,33	8 117 883,21	7 869 798,91	96,88%	95,86%
	Ampliação/Requalificação Zona Industrial - Polo II	522 157,62	522 157,62	496 049,75	100,00%	95,00%
	Correcção do Traçado e Repavimentação da Variante Sul	558 902,51	532 046,81	530 957,38	95,19%	95,00%
	Iniciativas Integradas de Valonização Territorial do Litoral	557 903,38	557 903,38	530 008,21	100,00%	95,00%
	Polo Educativo da Zona Sul	302 603,94	302 603,94	287 473,74	100,00%	95,00%
	R remodelação do Polo Educativo da Praia de Mira	182 705,09	182 705,09	154 569,83	100,00%	95,00%
	Município de Mira Total	2 104 272,54	2 077 416,84	1 989 658,91	98,72%	95,00%
	Beneficência da E.M. entre Miranda do Corvo e o nó de ligação a Vale do Açor	225 207,84	225 207,84	225 207,84	100,00%	100,00%
	CASA DAS ARTES DE MIRANDA DO CORVO	2 481 023,45	2 395 170,65	2 290 782,98	97,32%	93,08%
Município de Miranda do Corvo	Centro Educativo em Miranda do Corvo	1 559 266,40	1 559 266,40	1 481 303,08	100,00%	95,00%
	Construção de Infraestruturas na Zona Industrial de Vale Marelo - 1.ª Fase	225 655,45	225 655,45	225 655,45	100,00%	100,00%
	Pavilhão Multiserviços de Semide	331 266,88	331 266,88	331 266,88	100,00%	100,00%
	Requalificação da área verde de lazer na Quinta da Paiva	316 634,38	316 634,38	316 634,38	100,00%	100,00%
Município de Miranda do Corvo Total		5 119 054,40	5 053 201,60	4 870 850,59	96,71%	95,15%

Beneficiário	(DM) Projeto Aprovado	Feder Aprovado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val/Aprov)	Taxa de Pagamento (Pag/Aprov)
Município de Montemor-o-Velho	Aranjo Urbanístico em Pereira: Rua José Augusto Mendes dos Santos	252 845,41	252 845,41	252 845,41	100,00%	100,00%
	Aranjos Urbanísticos nas Meãs: Rua Principal (desde o Largo de S. Sebastião até ao Cruzeiro) e alargamento de aruamento nas Calcegas	161 736,92	161 736,92	161 736,91	100,00%	100,00%
	Centro Educativo de Montemor	1 504 789,92	1 504 789,92	1 504 789,92	100,00%	100,00%
	Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abruñeira, Varide e Vila Nova da Barca	381 992,70	381 992,70	343 893,06	100,00%	95,00%
	Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gátões e Sebo	574 197,34	423 694,83	430 364,34	73,79%	74,95%
	Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazede/Meco: Arruamento do Meco (Construção)	207 987,01	207 987,01	207 987,01	100,00%	100,00%
	Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale	1 034 058,25	1 034 058,25	985 555,39	100,00%	95,31%
	Intervenção no Espaço Urbano de Montemor-o-Velho	366 088,96	366 088,96	352 054,00	100,00%	96,17%
	Pólo Logístico e Industrial de Arazede (1.ª Fase)	1 995 872,29	1 839 398,07	1 789 750,82	92,16%	89,87%
	Relevados Sintéticos de Arazede e Carapinheira	509 556,35	509 556,35	509 556,34	100,00%	100,00%
Município de Mortágua	Sintético de Montemor-o-Velho	245 961,67	245 961,67	233 663,78	100,00%	95,00%
	Sintético de Pereira	294 688,04	294 688,03	294 688,04	100,00%	100,00%
	Município de Montemor-o-Velho Total	7 509 755,06	7 202 776,32	7 066 865,02	95,91%	94,16%
	Centro Educativo de Mortágua	3 681 981,09	3 681 981,08	3 487 882,04	100,00%	95,00%
Município de Mortágua	Infra-Estruturas Rodoviárias do Loteamento da Área da Cerâmica	168 126,62	168 126,62	159 720,29	100,00%	95,00%
	Município de Mortágua Total	3 850 107,71	3 850 107,70	3 657 602,33	100,00%	95,00%
Município de Oliveira do Hospital	Benef., Rectif. e Pavim. da EM 504 entre Lagares da Beira/Limite Concelho - Benef., Rect. e Pavim. da EM 504-2 entre a EM 504 e a povoação de Menige	577 365,02	577 365,02	577 365,02	100,00%	100,00%
	Centro Educativo de Nogueira do Cravo	1 071 120,80	1 071 120,81	1 032 371,00	100,00%	96,36%
	Estrada do Vale do Aze - 3.ª Fase: Troço III Aldeia das Dez / Vale de Macela	1 030 328,32	1 029 021,40	977 504,98	99,87%	94,87%
	Execução da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital - Infraestruturas Fase I	411 135,99	411 136,00	390 578,70	100,00%	95,00%
	Rectificação e Pavimentação da EM 509 - Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira / Oliveira do Hospital	771 018,18	771 018,19	732 466,77	100,00%	95,00%
	Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal	679 651,68	679 651,66	679 651,66	100,00%	100,00%
	REMODELACÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1/JI DE OLIVEIRA DO HOSPITAL	365 674,19	365 674,19	365 674,19	100,00%	100,00%
	Requalificação Urbanística da Av. D. Manuel I e Av. Nova, em Enxedral da Beira - 1.ª Fase	304 436,27	278 417,18	278 417,20	91,45%	91,45%
	Município de Oliveira do Hospital Total	5 210 730,43	5 183 404,45	5 034 029,52	98,65%	96,61%

Beneficiário	(DM) Projeto Aprovado	Feder Aprovado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val/Approv)	Taxa de Pagamento (Pag/Approv)
Município de Pampilhosa da Serra	Construção da EB1 / JI de Dornelas do Zêzere	474 508,10	474 508,10	450 782,70	100,00%	95,00%
	Pavimentação da EM Portela do Fojo / Padrões	317 479,06	317 479,06	317 479,06	100,00%	100,00%
	Requalificação do Rio Unhais, Pampilhosa da Serra	2 235 044,85	2 235 044,85	2 123 292,61	100,00%	95,00%
	Variantes a Vial de Cima	1 663 112,42	1 663 112,42	1 677 731,38	100,00%	100,88%
Município de Pampilhosa da Serra Total		4 690 144,43	4 690 144,43	4 569 285,75	100,00%	97,42%
Município de Penela	Beneficiação da EM Alfaiar - Podentes	398 484,95	398 484,95	398 484,95	100,00%	100,00%
	Beneficiação da EM Cemeiras-Fatais Cimeiros	514 215,19	514 215,19	514 215,19	100,00%	100,00%
	Centro Educativo de Penela - Ampliação da Escola Básica Integrada Infante D. Pedro	1 293 666,92	1 293 666,92	1 293 666,92	100,00%	100,00%
	Centro Educativo do Espinhal	793 211,63	793 211,64	793 211,64	100,00%	100,00%
Município de Penacova	Requalificação Urbanística do Centro Histórico do Espinhal	466 237,33	466 237,33	466 237,33	100,00%	100,00%
	Município de Penela Total	3 465 816,02	3 465 816,03	3 465 816,03	100,00%	100,00%
	Arrevelamento Sintético de Campos para a prática desportiva Feira Nova, da Serra e Dr. Viegas Pimentel	849 303,47	849 303,47	806 837,90	100,00%	95,00%
	Construção da Biblioteca Municipal	421 421,08	359 570,45	385 004,59	86,32%	91,36%
Município de Penacova	Construção da Biblioteca Municipal de Penacova (Centro Cultural)	1 534 863,94	1 534 863,94	1 453 149,23	100,00%	94,88%
	Construção da Escola Básica do 1º Ciclo do Penacova	1 415 898,14	1 415 898,13	1 390 750,06	100,00%	98,22%
	Estrada de Ligação EN17/IP3(Nº de Miro)JC7(SPA)-Estrada de Ligação EN17 ao IP3 Nº de Miro(Variante Miro)	441 734,79	441 734,79	303 540,42	100,00%	68,72%
	Município de Penacova Total	4 663 221,42	4 601 370,78	4 339 282,20	98,67%	93,05%
Município de Soure	Beneficiação da EM 822, Pedregão do Pranto/Limite do Concelho	482 347,96	482 347,96	458 524,04	100,00%	95,08%
	Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o limite do concelho	609 971,42	609 971,43	595 434,36	100,00%	97,62%
	Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha	299 813,91	299 813,91	284 823,22	100,00%	95,00%
	Centro Escolar da Freg. de Samuel	547 512,28	547 512,28	547 512,28	100,00%	100,00%
Município de Soure	Centro Escolar da Freguesia de Granja do Ulmeiro	641 619,14	641 619,14	623 525,86	100,00%	97,18%
	Centro Escolar das Freg. de Degraças/Pombalinho	568 392,70	568 392,70	568 392,70	100,00%	100,00%
	Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro	832 312,67	832 312,67	790 697,03	100,00%	95,00%
	Requalificação do Espaço Entre os Rios Anços e Arunca	709 954,83	709 954,85	674 457,09	100,00%	95,00%
Município de Soure Total		4 691 924,91	4 691 924,94	4 543 368,58	100,00%	96,83%

Beneficiário	(DM) Projeto Aprovado	Feder Aprovado	Feder Validado	Feder Pago	Taxa de Realização (Val/Aprov)	Taxa de Pagamento (Pag/Aprov)
Município de Tábua	Centro Educativo de Tábua	1 645 766,06	1 632 734,41	1 605 125,41	99,21%	97,53%
	Construção do Centro Cultural de Tábua	1 457 070,36	1 457 070,36	1 395 279,83	100,00%	95,76%
Município de Tábua Total		3 102 836,42	3 089 804,77	3 000 405,24	99,58%	96,70%
Município de Vila Nova de Poiares	Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico de Poiares(Santo André)	1 497 154,88	1 497 154,88	1 497 154,88	100,00%	100,00%
	Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico de São Miguel de Poiares	1 009 141,66	1 009 141,66	1 009 141,66	100,00%	100,00%
	Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico e jardim de infância de Santa Maria	677 536,77	677 531,66	677 531,66	100,00%	100,00%
Município de Vila Nova de Poiares Total		3 183 833,31	3 183 828,20	3 183 828,20	100,00%	100,00%
Total		90 601 165,60	89 516 820,17	87 026 825,63	98,80%	96,05%

PARTE II - RELATÓRIO DE GESTÃO



I. INTRODUÇÃO

Com o presente Relatório de Gestão, pretende-se complementar os documentos que constituem a Prestação de Contas elaborada nos termos do artigo 33.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro na sua atual redação (Lei das Finanças Locais), que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, de forma a expor e justificar o resultado de todas as atividades desenvolvidas no decurso do ano económico de 2015.

As contas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (doravante CIMRC), no exercício económico de 2015, foram realizadas em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, o Decreto-Lei n.º 55-A/99, de 22 de fevereiro que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (doravante POCAL), na sua atual redação.

O presente Relatório de Gestão visa portanto dar cumprimento às disposições do POCAL, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da CIMRC no decorrer do ano económico em referência, evidenciando os aspetos com maior relevância, com especial ênfase, na análise sob o ponto de vista da execução orçamental das receitas e das despesas, da situação patrimonial, bem como na proposta de aplicação do resultado líquido apurado.

A análise aqui desenvolvida, tem como suporte, os elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas evidenciados através dos mapas que compõem os documentos de prestação de contas (Parte III), e que permitem uma reflexão sobre o ponto

como se operou a execução do orçamento, através da análise e estudo da evolução e estrutura dos diferentes agregados contabilísticos. Permite ainda uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício económico de 2015.

Todos os registos e demais procedimentos contabilísticos foram efetuados através da aplicação informática SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica, suportados pelos softwares SGP – Sistema de Gestão de Pessoal e SIC – Sistema de Cadastro e Inventário, aplicações da AIRC.

As contas da CIMRC foram auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas, cuja Certificação Legal das Contas se encontra documentada em anexo à Prestação de Contas.

II. ANÁLISE ORÇAMENTAL

A presente análise orçamental baseia-se numa abordagem de fluxos de caixa ou de tesouraria, ou seja, numa vertente de receita cobrada versus despesa paga. Os rácios de execução orçamental apresentados demonstram um efetivo controlo do orçamento, conforme se pode verificar através dos mapas reproduzidos no presente relatório.

II.1. MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO

De uma forma global, a taxa de execução da receita orçamental é de 95,44%, cumprindo-se desta forma a meta estabelecida pela Lei das Finanças Locais em que é exigida uma taxa de execução superior a 85%, o que se nos afigura uma boa prática de gestão. A taxa de execução da despesa total chegou aos 63,67%.

Verifica-se assim um crescimento significativo da receita relativamente ao ano anterior, atingindo em 2015 um total de receita orçamental cobrada líquida de 1.858.885,70€, superior em 626.811,35€.

Relativamente à execução da despesa, o valor pago durante o ano ascendeu a 1.516.616,98€, valor significativamente superior relativamente ao registado no ano transato, cifrado em 1.093.687,43€.

As rubricas da receita e da despesa apresentadas encontram-se distribuídas e dotadas de acordo com os códigos do classificador económico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na sua atual redação, permitindo-se desta forma a observância dos princípios fundamentais da contabilidade pública como sejam a legalidade e a transparência na aplicação dos recursos públicos financeiros, visando a concretização das prioridades de política económica e social.

Em matéria de execução orçamental, é frequente proceder-se a ajustes ao nível do reforço ou da anulação de dotações das rubricas da receita e da despesa, com o objetivo de adequação dos valores previstos às efetivas necessidades do ciclo de gestão.

Em cumprimento do estipulado pelo POCAL, que prevê no seu ponto 8.3.1 a observação das regras relativas às modificações ao orçamento, no decorrer do ano económico foram efetuadas oito alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, aprovadas pelo Conselho Intermunicipal.

Procedeu-se ainda a uma Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, permitindo um aumento global do orçamento em 416.640,00€, tendo-se recorrido à integração de parte do saldo de gerência transitado do ano anterior.

II.2. EXECUÇÃO DA RECEITA

A receita arrecadada é na sua maioria de natureza corrente. Este valor é comportado fundamentalmente por transferências do Estado através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, para o conjunto dos 19 Municípios da NUT III da Região de Coimbra; pelas receitas provenientes de cofinanciamentos comunitários atribuídos no âmbito de candidaturas aprovadas pelas Autoridades de Gestão e ainda pela transferência dos fundos da Assembleia Distrital de Coimbra, nos termos da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, na sua atual redação.

Na tabela seguinte pode verificar-se portanto uma boa execução do orçamento da receita corrente em praticamente todas as suas rubricas, tendo-se atingido no seu total os 93,50%.

Tal como se pode observar no gráfico seguinte, o valor das receitas cobradas tem maior expressão no que se refere ao conjunto das participações comunitárias em projetos cofinanciados (37%), seguido do valor transferido da Assembleia Distrital de Coimbra (31%).

Gráfico 45 - Estrutura da Receita Corrente

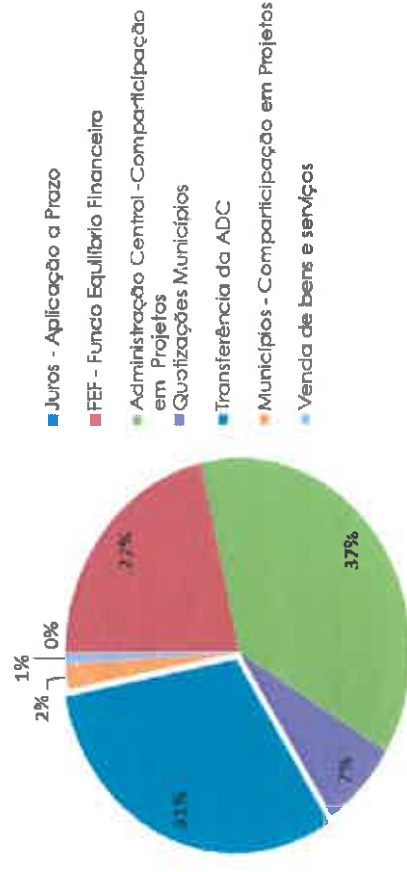


Tabela 1 – Execução Orçamental da Receita Corrente

Designação da Receita	Previsões Corrigidas	Receita Liquida	Receita Cobrada Liquida	Grau de Execução da Receita (%)
Receitas Correntes				
Rendimentos de Propriedade	5.500,00 €	583,13 €	583,13 €	10,6%
Juros - Sociedades Financeiras	5.500,00 €	583,13 €	583,13 €	10,6%
Transferências Correntes	1.490.860,00 €	1.311.095,74 €	1.308.940,06 €	87,8%
Administração Central	959.100,00 €	1.179.361,80 €	1.179.361,80 €	123,0%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	282.000,00 €	281.653,00 €	281.653,00 €	99,9%
Participação Comunitária Projetos Cofinanciados	676.100,00 €	897.708,80 €	897.708,80 €	132,8%
POPH/FSE – Candidatura Qualificação Profissionalis	69.000,00 €	63.424,15 €	63.424,15 €	91,9%
PORC/FEDER – Candidatura Assistência Técnica	266.000,00 €	182.235,82 €	182.235,82 €	68,5%
PORC/FEDER – Candidatura Empreendedorismo	184.000,00 €	141.963,45 €	141.963,45 €	77,2%
POAT/FEDER – Cand. Região Coimbra Estrat. 14-20	26.000,00 €	20.769,50 €	20.769,50 €	79,9%
COMPETE/FEDER – Candidatura SAMA	131.000,00 €	80.403,38 €	80.403,38 €	61,4%
Outros Financiamentos	100,00 €	408.912,50 €	408.912,50 €	408912,5%
Serv.fun.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Administração Local	531.760,00 €	131.733,94 €	129.578,26 €	24,4%
Quotizações	112.000,00 €	100.000,00 €	96.104,36 €	85,8%
Comparticipação em Projetos	419.760,00 €	31.733,94 €	33.473,90 €	8,0%
Operação Imaterial do Empreendedorismo Local	16.000,00 €	0,00 €	11.456,28 €	71,6%
Programa de Teleassistência	40.000,00 €	31.733,94 €	22.017,62 €	55,0%
Ciclovia do Mondego	54.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Outros Projetos	309.760,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1.000,00 €	92.867,37 €	90.756,56 €	9075,7%
Total Receitas Correntes	1.497.360,00 €	1.404.546,24 €	1.400.279,75 €	93,5%

Os valores apresentados em rubricas de capital evidenciam uma maior representação no que se refere à parte correspondente ao cofinanciamento por parte do POVT - Programa Operacional Valorização do Território e da ANPC - Associação Nacional de Proteção Civil, bem como da participação financeira dos municípios, no âmbito da candidatura relativa à aquisição de equipamentos de combate a incêndios a corpos de bombeiros.

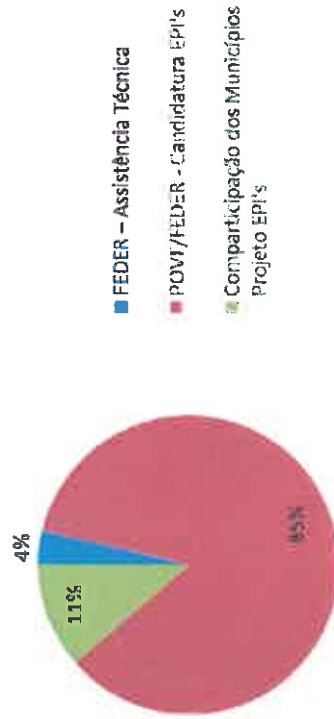
Decorrente da candidatura Assistência Técnica 2014-2015, foi possível ainda arrecadar 16.881,59€, valor correspondente à elegibilidade de despesas correspondentes a bens de investimento adquiridos pela CIMRC.

Em resultado da alienação de uma viatura, foi também possível arrecadar o valor de 9.800,00€.

Tabela 2 – Execução Orçamental da Receita de Capital

Designação da Receita	Previsões Corrigidas	Receita Liquidada	Receita Cobrada Líquida	Grau de Execução da Receita (%)
Receitas de Capital				
Venda de bens de investimento	1.000,00 €	9.800,00 €	9.800,00 €	980,0%
Transferências de Capital	467.000,00 €	446.615,97 €	446.615,97 €	95,6%
Administração Central	327.000,00 €	401.276,35 €	401.276,35 €	122,2%
Participação Comunitária - Projetos Cofinanciados	327.000,00 €	401.276,35 €	401.276,35 €	122,7%
PORC/FEDER - Assistência Técnica	30.000,00 €	16.881,59 €	16.881,59 €	56,3%
COMPETE/FEDER - Candidatura SAMA	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
POVT/FEDER - Prevenção Gestão Riscos Nat Tecnol.	162.000,00 €	351.726,65 €	351.726,65 €	217,1%
Ministério da Administração Interna /ANPC	133.000,00 €	32.668,11 €	32.668,11 €	24,6%
Outros	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Administração Local	140.000,00 €	45.339,62 €	45.339,62 €	32,4%
Participação em projetos	140.000,00 €	45.339,62 €	45.339,62 €	32,4%
Prevenção Gestão Riscos Naturais e Tec.	139.000,00 €	45.339,62 €	45.339,62 €	32,4%
Outros	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	2.189,99 €	2.189,99 €	2.189,98 €	100,0%
Total Receitas de Capital	468.000,00 €	456.415,97 €	456.415,97 €	97,5%

Gráfico 2 - Estrutura da Receita de Capital



De uma forma resumida, elaborou-se a tabela seguinte:

Tabela 3 - Resumo da Execução Orçamental

Designação da Receita	Previsões		Receita		Graude Execução da Receita (%)
	Corrigidas	Líquida	Cobrada	Líquida	
Total Receitas Correntes	1.497.340,00 €	1.404.546,24 €	1.400.279,75 €		93,5%
Total Receitas de Capital	468.000,00 €	456.415,97 €	456.415,97 €		97,5%
Total de Reposições Não Abatidas	2.189,99 €	2.189,98 €	2.189,98 €		100,0%
Total Receitas orçamentais	1.967.549,99 €	1.863.152,19 €	1.858.895,70 €		94,5%
Saldo da gestão anterior	414.450,01 €	414.450,01 €	414.450,01 €		100,0%
Total Geral	2.382.000,00 €	2.277.602,20 €	2.273.335,71 €		95,4%

Em análise da posição do orçamento da receita a 31 de dezembro, verifica-se que o total da receita cobrada de 2.273.335,71€ é proveniente das seguintes fontes de financiamento:

- I. Rendimentos de propriedade, provenientes de juros credores de uma aplicação a prazo em instituição bancária, no valor de 583,13€;
- II. Taxas específicas no âmbito da atividade desenvolvida pela Central de Compras, previstas no Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras Eletrónica da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. O valor arrecadado ascendeu a 88.906,56€;
- III. Taxas específicas cobradas no âmbito do Regulamento de Funcionamento de Formação Profissional aos funcionários dos municípios associados, da CIMRC, com a realização de cinco seminários. O valor cobrado foi de 1.850,00€.
- IV. Transferências correspondentes a 0,5 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro previstas para o conjunto dos 19 Municípios associados, no total de 281.653,00€, nos termos do artigo 95.º e Anexo I da Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, e nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação;
- V. Produto das contribuições por parte dos Municípios associados, designadamente:
 - ✓ Quotizações do ano 2015, nos termos das propostas aprovadas pelo Conselho Intermunicipal no total de 96.1047,36€;

- ✓ Participações em vários projetos, no valor total de 78.813,52€ (33.473,90€ de natureza corrente e 45.339,62€ de natureza de capital), resumidos na tabela seguinte:

Tabela 4 - Participação Financeira dos Municípios

Participação Financeira dos Municípios	Receita Cobrada Líquida
Projeto: Operação Imaterial do Empreendedorismo Local: (Participação Financeira, no âmbito do projeto: "Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo")	11.456,28 €
Programa: Teleassistência a Pessoas Carenciadas: (Protocolo de Cooperação com 10 municípios pertencentes ao Baixo Mondego, no âmbito da Teleassistência)	22.017,62 €
Total Receitas Correntes	33.473,90 €
Projeto: Prevenção Gestão Riscos Naturais e Tecnológicos: (Protocolo celebrado com os 19 municípios, no âmbito da participação em 7,5% do projeto "Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Corpos de Bombeiros")	45.339,62 €
Total Receita de Capital	45.339,62 €
Total da Receita cobrada	78.813,52 €

VI.

Integração de parte dos ativos transferidos da Assembleia Distrital de Coimbra, em 395.063,95€.

Nos termos da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho que estabelece o regime jurídico das assembleias distritais; do Despacho n.º 3778/2015, de 16 de abril do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e do Anexo 3 da Ata da Assembleia Distrital de 23 de outubro de 2014, durante o ano de 2015 procedeu-se à transferência dos seguintes fundos disponíveis:

- ✓ Conta CGD - Caixa Geral de Depósitos - valor transferido: 305.343,01€ e,
- ✓ Conta BPI - Banco Português de Investimentos - valor transferido: 89.720,94€.

VII.

Transferências do Estado em projetos cofinanciados

As receitas provenientes destas transferências dos fundos comunitários representam uma parcela importante no financiamento da atividade da CIMRC, chegando ao valor de 903.921,20€, representando assim, cerca de 39% do total das receitas arrecadadas no ano:

- ✓ Candidaturas à Assistência Técnica, no valor total de 199.117,41€ (182.235,82€ de natureza corrente e 16.881,59€ de natureza de capital) do PO Regional Mais Centro;

- ✓ Candidatura SAMA (SPA-E-CIMBM - Serviços Partilhados de Aproveitamento Eletrónico da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego), no valor de 80.403,38€, do PO Fator COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade;
- ✓ Projeto n.º 096705/2013/34, no âmbito do POPH Programa Operacional Potencial Humano, Eixo 3 - Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Tipologia 3.4 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, em 50.974,03€ correspondente ao valor final do projeto;
- ✓ Projeto n.º 044952/2010/34, no âmbito do POPH Programa Operacional Potencial Humano, Eixo 3 - Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Tipologia 3.4 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, em 12.450,12€ correspondendo à retenção de 5% do saldo final da candidatura;
- ✓ No contexto do projeto "Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo", de acordo com o Plano de Ação Territorial 2011-2015 aprovado em sede de candidatura ao abrigo do Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro, verificou-se o reembolso em sede de despesas submetidas, em 141.963,45€;
- ✓ Candidatura POVT/Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos cofinanciada em 2015 num total de 384.394,76€;
- ✓ O projeto "Agenda 21 Local" promovido pela extinta Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte foi encerrado no ano em análise, tendo a CIMRC sido arrecadado o valor correspondente ao saldo final da candidatura, em 13.848,55€;
- ✓ Através da candidatura "Região de Coimbra, Estratégia 14-20", arrecadou-se o valor de 20.769,50€.

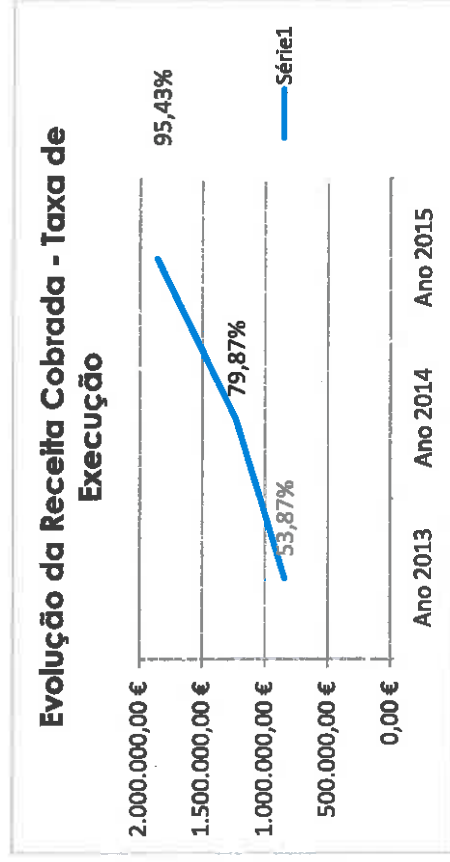
Relativamente a todos os projetos cofinanciados pela Administração Central/FEDER e ANPC, a receita corrente e de capital arrecadada vem resumida na tabela seguinte:

Tabela 5 – Valores comparticipados - Fundos Comunitários

Candidaturas aprovadas e cofinanciadas	Receita
Assistência Técnica 2014-2015	199.117,41 €
Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo	141.963,45 €
POPH - Candidatura 09/6705/2013/34 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	50.974,03 €
POPH - Candidatura 044952/2010/34 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	12.450,12 €
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos	384.394,76 €
SAMA (SPAECIMBM - Serviços Partilhados de Aproveitamento Eletrónico da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego)	80.403,38 €
Agenda 21 Local	13.848,55 €
Região de Coimbra - Estratégia 14-20	20.769,50 €
Total	903.921,20 €

Em termos de evolução global de execução da receita cobrada, nos anos de 2013 a 2015, verifica-se um aumento significativo comparativamente com os anos homólogos:

Gráfico 3 – Evolução da execução da receita



II.3. EXECUÇÃO DA DESPESA

A execução orçamental da despesa por classificação económica apresentada no quadro seguinte, permite concluir que os graus de execução de cada rubrica apresentam-se de forma heterogénea, sendo que, tendencialmente, os agregados de capital apresentam taxas de concretização superiores aos correntes.

O orçamento inicial de 2015 previa um valor de 1.965.360,00€. Sujeito a uma revisão orçamental no decorrer do ano, o orçamento final atingiu o valor de 2.382.000,00€, repartido pelas rubricas resumidas no quadro abaixo.

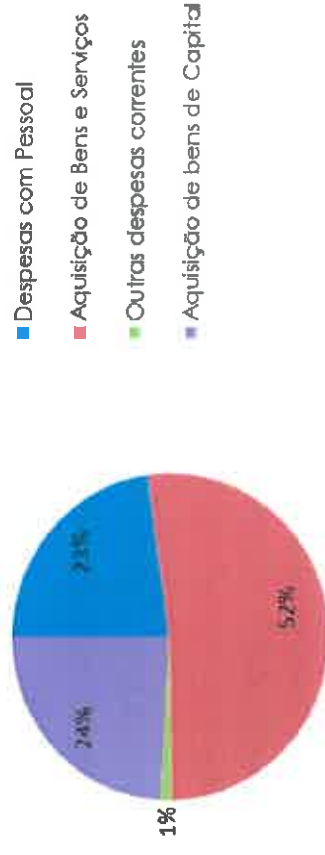
A despesa paga no ano ascendeu a 1.516.616,98€, dos quais 1.150.398,46€ são relativos a despesas correntes e 366.218,52€ relativos a despesas de capital.

De seguida apresenta-se o quadro com a execução da despesa.

Tabela 6 - Execução Orçamental da Despesa

Designação	Dotações Cortadas	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau de Execução da Despesa (%)	Peso no Orçamento (%)
Despesas com Pessoal	473.117,12 €	449.084,44 €	346.236,73 €	73,2%	22,8%
Assembleia Intermunicipal	38.000,00 €	13.661,28 €	13.661,28 €	36,0%	
Remunerações Certas e Permanentes	354.779,80 €	374.888,20 €	272.103,48 €	71,5%	
Abonos Variáveis ou eventuais	3.570,00 €	1.796,32 €	1.796,32 €	50,3%	
Encargos da Entidade	65.750,00 €	49.749,38 €	49.749,38 €	75,7%	
Outros custos com pessoal	11.017,32 €	9.789,26 €	7.725,27 €	71,9%	
Aquisição de Bens e Serviços	1.447.340,63 €	1.149.404,35 €	787.370,87 €	54,4%	51,9%
Aquisição de Bens	68.781,92 €	32.916,33 €	29.872,69 €	43,4%	
Aquisição de Serviços	1.378.578,71 €	1.116.494,02 €	757.498,18 €	54,7%	
Outras despesas correntes	32.400,00 €	14.790,86 €	14.790,86 €	83,8%	1,1%
Aquisição de bens de Capital	429.122,25 €	372.218,14 €	366.218,52 €	85,3%	24,1%
Total Despesas Correntes	1.952.877,75 €	1.615.279,65 €	1.150.398,46 €	58,91%	
Total Despesas de Capital	429.122,25 €	372.218,14 €	366.218,52 €	85,24%	
Total Geral	2.382.000,00 €	1.987.497,79 €	1.516.616,98 €	53,67%	

Gráfico 4 - Estrutura da despesa corrente



De acordo com a leitura da tabela anterior, no capítulo da despesa corrente, verifica-se um peso significativo no orçamento global, na parcela respeitante à aquisição de bens e serviços com cerca de 51,9%, designadamente pela contratação de serviços de consultoria e de outros trabalhos especializados necessários à concretização dos objetivos propostos, mais concretamente na preparação do ITI – Investimentos Territoriais Integrados. De referir que, no Mapa de Contratação Administrativa em anexo à Prestação de Contas, encontram-se todos os procedimentos de contratação pública, que deram origem a estas despesas, com execução no período em análise.

Cerca de 22,8% das despesas do orçamento respeitam a remunerações certas e permanentes, pagas aos colaboradores da CIMRC e respetivos encargos da entidade, bem como ao valor das senhas de presença pago aos membros da assembleia Intermunicipal.

Relativamente ao ano transato, as despesas com pessoal sofreram um ligeiro aumento, pela afetação de um colaborador através do Programa de Estágios Profissionais da Administração Local (prevê-se que seja cofinanciado pelo Programa POISE) e pela contratação de um técnico superior em regime de mobilidade interna.

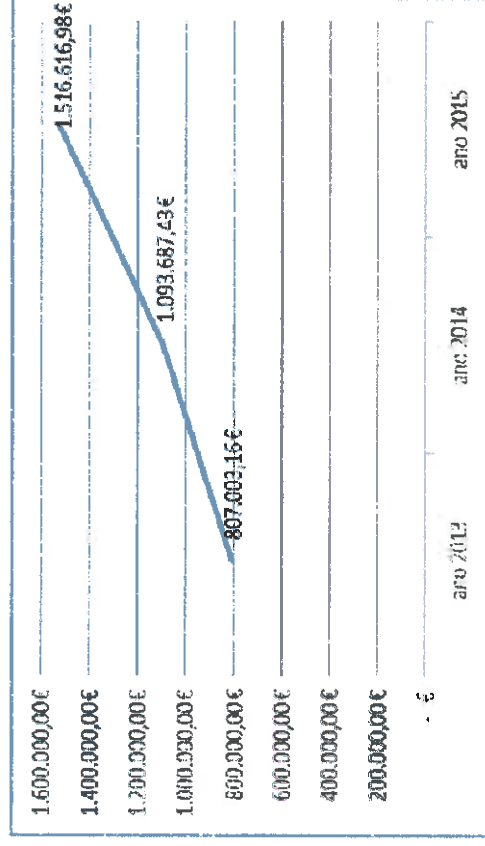
No capítulo de despesas de capital, importa registar que o total da despesa paga em 366.218,52€, respeita fundamentalmente à aquisição dos seguintes bens de investimento:

- ✓ Sistema de gravação e áudio das sessões realizadas pelos órgãos da CIMRC;
- ✓ Equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais;
- ✓ Switch para reforço do bastidor existente nas instalações da CIMRC;
- ✓ Equipamento informático (software e hardware).

Em termos de evolução global de execução da despesa paga, nos anos de 2013 a 2015, verifica-se um aumento comparativamente com os anos homólogos.

No gráfico seguinte pode-se verificar a evolução da despesa nos últimos 3 anos.

Gráfico 5 -Evolução da execução da despesa



II.4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O POCAL consagra no ponto 3.1.1. o princípio do equilíbrio orçamental, ao estabelecer que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento da CIMRC cumpre este princípio orçamental, registando valores que demonstram um efetivo controlo do orçamento.

A execução orçamental dos últimos anos respeita portanto a regra do equilíbrio orçamental, centrada na correspondência da receita corrente e da despesa corrente, originando saldos correntes positivos. A poupança corrente conseguida nos últimos anos libertou desta forma, valores suficientes para a cobertura de Investimento.

Em 2015 verifica-se uma poupança de 249.881,29€, não tendo sido necessário a utilização deste saldo para cobrir despesas de capital, uma vez que o valor da receita de capital cobrada foi superior ao valor da despesa paga no período.

Em 2014, embora também se tenha verificado uma poupança corrente bastante significativa, parte deste saldo foi utilizado para cobrir despesas de capital, em 132.527,37€.

Poderá verificar-se esta situação, conforme demonstra a tabela seguinte.

Tabela 7- Equilíbrio orçamental

2014		2015	
Receita corrente cobrada	1.062.170,52 €	Receita corrente cobrada	1.400.279,75 €
Despesa corrente paga	791.256,23 €	Despesa corrente paga	1.150.398,46 €
Poupança corrente	270.914,29 €	Poupança corrente	249.881,29 €
Receita capital cobrada	169.903,83 €	Receita capital cobrada	456.415,97 €
Despesa capital paga	302.431,20 €	Despesa capital paga	366.218,52 €
Saldo de capital	-132.527,37 €	Saldo de capital	90.197,45 €

II.5. FLUXOS DE CAIXA: FINAL DA GERÊNCIA DE 2015

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transferir para a gerência seguinte.

Os valores de operações de tesouraria referem-se às retenções obrigatórias sobre as remunerações dos funcionários, cujos montantes são entregues pela CIMRC durante o mês seguinte, nos termos dos prazos legais estabelecidos para cada situação.

Tabela 8 - Conta de Gerência - Fluxos de Caixa

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria
Saldo transitado de 2014	642.236,90 €	9.905,62 €
Receitas arrecadadas	1.858.885,70 €	75.099,99 €
Despesas pagas	1.516.616,98 €	79.996,31 €
Saldo a transferir para 2016	984.505,62 €	5.009,30 €
	989.514,92 €	

O saldo a transferir para a gerência seguinte é de 989.514,92€, que se decompõe em 984.505,62€ de saldo de operações orçamentais e 5.009,30€ de saldo de operações de tesouraria.



Esta informação é complementada com os fluxos de caixa através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas, que espelha a natureza e a origem de aplicação de fundos.

A evolução dos recebimentos e pagamentos encontram-se refletidos no quadro seguinte:

Tabela 9 - Movimentos de Operações de Tesouraria

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	6.838,36 €	50.047,14 €	45.925,01 €	2.716,23 €
Sobre taxa extraordinária	210,00 €	2.859,00 €	2.812,00 €	163,00 €
Retenção dos Funcionários - ADSE	321,69 €	3.978,30 €	3.659,28 €	2,67 €
Retenção dos Funcionários - CGA	947,54 €	5.067,83 €	5.222,05 €	1.101,76 €
Retenção dos Funcionários - SS	1.355,33 €	17.656,31 €	17.251,88 €	950,90 €
Sindicatos	25,34 €	387,73 €	229,77 €	17,02 €
Outros	207,36 €	0,00 €	0,00 €	57,72 €
Total	9.905,62 €	79.996,31 €	75.099,99 €	5.009,30 €

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços da CIMRC realizam para terceiros, ou seja, os valores entrados em caixa e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são convenientemente documentadas à entrada e à saída de fundos, conforme mapa que é parte integrante da Conta de Gerência.

III. ANÁLISE PATRIMONIAL

O Balanço e a Demonstração de Resultados (Demonstrações Financeiras) foram elaboradas com respeito pelas regras definidas no POCAL e por todos os princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA), espelhando a situação patrimonial da CIMRC a 31 de dezembro de 2015 e apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) durante o ano em análise.

A presente análise económica e financeira sintetiza os resultados obtidos pela CIMRC, bem como a sua situação patrimonial em 31 de dezembro de 2015.

III.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A tabela abaixo apresentada evidencia informação relativa aos custos e às perdas do exercício comparativamente com o ano anterior.

Após o apuramento das contas relativas ao exercício económico de 2015, apurou-se um resultado líquido do exercício negativo em 89.344,43€. Para este valor contribuiu um montante global de custos de 1.394.194,75€ e um montante global de proveitos de 1.304.850,32€.

O resultado líquido apurado é assim formado pelas seguintes rubricas de classificação patrimonial:

Tabela 10 - Demonstração de Resultados

Rúbricas	Exercício 2015		Exercício 2014	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS				
Consumo de Materiais	0,00 €	0,00%	3,99 €	0,00%
Fornecimentos Serviços Externos	879.569,75 €	63,09%	481.390,53 €	53,70%
Custos com Pessoal	293.038,68 €	21,02%	249.681,42 €	27,85%
Amortizações do Exercício	200.716,77 €	14,40%	164.421,83 €	18,34%
Outros Custos Operacionais	117,74 €	0,01%	348,24 €	0,04%
Custos e perdas Financeiras	0,00 €	0,00%	307,32 €	0,03%
Custos e Perdas Extraordinárias	20.751,81 €	1,49%	291,85 €	0,03%
	1.394.194,75 €	100%	896.445,18 €	100%
PROVEITOS E GANHOS				
Prestações de Serviços	122.102,40 €	9,36%	51.706,58 €	5,46%
Impostos e Taxas	0,00 €	0,00%	1.328,28 €	0,14%
Transferências e Subsídios Oblidos	1.008.621,18 €	77,30%	832.292,61 €	87,95%
Proveitos e Ganhos Financeiros	447,96 €	0,03%	3.169,07 €	0,33%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	173.678,78 €	13,31%	57.855,59 €	6,11%
	1.304.850,32 €	100%	946.352,13 €	100%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-89.344,43 €		49.906,95 €	

III.1.1. CUSTOS DO EXERCÍCIO

Procedendo a uma análise dos custos totais de 2015, podemos concluir que houve um aumento de 497.749,57€ face ao período homólogo de 2014.

Tabela 11 - Evolução dos custos e perdas operacionais

CUSTOS E PERDAS	2014	2015	Variação 2015/2014
Consumo de Materiais	3,99 €	0,00 €	-
Fornecimentos Serviços Externos	481.390,53 €	879.569,75 €	82,71%
Custos com Pessoal	249.681,42 €	293.038,68 €	17,37%
Amortizações do Exercício	164.421,83 €	200.716,77 €	22,07%
Outros Custos Operacionais	348,24 €	117,74 €	-66,19%
Custos e perdas Financeiras	307,32 €	0,00 €	-
Custos e Perdas Extraordinárias	291,85 €	20.751,81 €	701,04%
Total	896.445,18 €	1.394.194,75 €	55,52%

Passamos de seguida à análise do comportamento das rubricas de custos e perdas com maior peso percentual no resultado líquido.

I. A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) totaliza o valor de 879.569,75€ e representa cerca de 63,09% do total dos custos a que respeita.

Cerca de 429.000,00€ (cerca de metade) diz respeito a trabalhos de preparação da Estratégia Territorial de Desenvolvimento da Região de Coimbra, no âmbito do Período de Programação Comunitária 2014-2020, nomeadamente:

- ✓ Apoio à operacionalização e acompanhamento da estratégia de desenvolvimento da Região de Coimbra no âmbito do ITI e extra ITI no período 2014-2020;
- ✓ Elaboração de prévio levantamento e diagnóstico e elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes na área geográfica da Região de Coimbra;
- ✓ Elaboração de diagnóstico e operacionalização do Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa;
- ✓ Estruturação técnica do Programa Intermunicipal para a valorização do Património Natural e Cultural e Promoção Turística para elaboração de diagnóstico à situação atual dos Municípios da CIMRC;
- ✓ Realização do Programa Intermunicipal para a Promoção de Emprego, Criação de Empresas e Inclusão Ativa; Aquisição de Serviços de Consultoria para o Levantamento, Diagnóstico e Operacionalização do Plano Intermunicipal para a Eficiência Energética;
- ✓ Levantamento de Diagnóstico e Operacionalização do Programa Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção da Igualdade de Acesso ao Ensino.

O restante valor respeita a trabalhos especializados e serviços de apoio técnico, por força dos projetos intermunicipais em que a CIMRC é promotora, designadamente:

- ✓ Acompanhamento geral do projeto do Empreendedorismo da Região de Coimbra ao nível da execução do Programa de Educação Empreendedora nas Escolas; do acompanhamento especializado ao empreendedor, bem como na capacitação técnica da rede;
- ✓ Projeto de formação no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano, Eixo 3 - Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Tipologia 3.4 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local;
- ✓ Gestão, acompanhamento e controlo no âmbito do contrato de subvenção global estabelecido entre a CIMRC e a Autoridade de Gestão do Programa "Mais Centro";
- ✓ Execução da candidatura SAMA (SPAEC-CIMBM - Serviços Partilhados de Aproveitamento Eletrónico da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego);
- ✓ Execução da candidatura POVT / Equipamentos de Proteção Individual para Bombeiros;
- ✓ Execução do Programa de Teleassistência a Pessoas Carenciadas;
- ✓ Participação em Feiras e Eventos.

II. A rubrica de Custos com Pessoal, representa cerca de 21,02% do total dos custos verificados no ano e respeita a despesas com postos de trabalho idênticos aos verificados no ano anterior, acrescidas de um técnico superior e de um colaborador recrutado através do programa PEPAL. A variação de 17,37% entre estes dois anos decorre do referido

aumento de postos de trabalho, incluindo também os respetivos encargos sociais da entidade.

III. A rubrica Amortizações do Exercício concorre também para o apuramento do resultado líquido e corresponde ao valor decorrente da depreciação de grande parte dos bens de imobilizado que não se encontravam nesta data totalmente amortizados. Verifica-se um acréscimo de 22,07% relativamente ao ano transato, decorrente da integração em inventário, de novos bens adquiridos em 2015.

De referir que o apuramento das amortizações foi utilizado com base no método das quotas constantes.

III.1.2. PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Em 2015 os proveitos da CIMRC foram de 1.304.850,32€, distribuídos da seguinte forma: 77,30% dizem respeito a transferências e subsídios obtidos; 13,31% respeita a proveitos extraordinários e 9,36% relativos a prestação de serviços.

Dada a expressividade dos proveitos operacionais no total dos proveitos da CIMRC, apresenta-se de seguida o quadro da sua variação.

Tabella 12 - Evolução dos proveitos e ganhos operacionais

PROVEITOS E GANHOS	2014	2015	Variação 2015/2014
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de Serviços	51.706,58 €	122.117,40 €	136,17%
Impostos e Taxas	1.328,28 €	0,00 €	-
Transferências e Subsídios Obtidos	832.292,61 €	1.008.621,18 €	21,19%
Proveitos e Ganhos Financeiros	3.169,07 €	447,96 €	-85,86%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	57.855,59 €	173.678,78 €	200,19%
Total	946.352,13 €	1.304.850,32 €	37,88%

Verifica-se uma evolução crescente na rubrica de prestação de serviços em 136,17%, decorrente das taxas cobradas pelas inscrições dos municípios nos seminários realizados pela CIMRC, bem como da cobrança do FEE pela gestão dos acordos quadro promovidos pela Central de Compras da CIMRC.

Em relação à conta "Transferências e Subsídios Obtidos", observamos um ligeiro aumento face a 2014, em 21,19%, ficando a dever-se essencialmente à disponibilização de verbas em virtude de alguns encerramentos de candidaturas cofinanciadas. Em termos absolutos, este aumento ascende a 176.328,57€.

O valor corresponde às quotizações dos municípios diminuíram ligeiramente face a 2014 em cerca de 9.000,00€, não contribuindo por isso, para o resultado final do exercício. Também o valor proveniente das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro se manteve relativamente ao ano anterior.

Tabela 13 – Balanço

Rúbricas	2015		2014	
	AB	AL	AB	AL
ATIVO				
Imobilizado Incorporação	315.428,71 €	33.360,12 €		53.361,90 €
Imobilizado Coração	770.638,12 €	525.588,22 €		548.262,77 €
Dívidas de Terceiros - curto prazo	141.220,69 €	141.220,69 €		137.705,46 €
Disponibilidades	988.857,45 €	988.857,45 €		652.032,66 €
Acréscimos e Diferimentos	488.825,68 €	488.825,68 €		822.307,39 €
Total Ativo	2.704.970,65 €	2.177.852,16 €		2.213.670,18 €
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Patrimônio	248.480,69 €	-		201.069,08 €
Reservas	745.465,78 €	-		347.906,49 €
Resultados transitados	704.097,54 €	-		834.444,82 €
Resultado Líquido Exercício	-89.344,43 €	-		49.906,95 €
Dívidas a Terceiros - curto prazo	54.089,04 €	-		214.715,20 €
Acréscimos e Diferimentos	515.063,54 €	-		565.627,64 €
Total Fundos Próprios e Passivo	2.177.852,16 €	-		2.213.670,18 €

III.2. BALANÇO

Pela análise de Balanço resumido na tabela seguinte, destacam-se as seguintes situações:

- ✓ Em 2015 o ativo líquido atingiu o valor de 2.177.852,16€, o que significa uma diminuição de 35.818,97€ face ao ano anterior. Esta diminuição deve-se sobretudo ao aumento das amortizações fruto de inventariação de bens móveis propriedade da CIMRC;
- ✓ O saldo da dívida a terceiros fechou o ano com uma diminuição significativa face a 2014 e com um valor residual de 54.089,04€;
- ✓ As dívidas de terceiros de curto prazo, no valor de 141.220,69€, referem-se a valores em dívida por parte de alguns municípios associados, quer por conta das quotizações quer, por outro lado, por força da gestão dos projetos supramunicipais. Parte deste montante refere-se ainda a taxas específicas cobradas e não recebidas, no âmbito da atividade desenvolvida pela Central de Compras;

- ✓ O valor das disponibilidades em 988.857,45€ aumentou significativamente face ao ano anterior, pela afetação de parte dos fundos disponíveis provenientes da Assembleia Distrital de Coimbra, para contas bancárias. Acresce ainda um valor residual em Caixa de 1,72 €, correspondente ao Fundo Fixo de Caixa, criado para fazer face a despesas de valor reduzido, tendo o mesmo um plafond máximo de 100,00 €;
- ✓ Os acréscimos e diferimentos respeitam, na sua quase totalidade à especialização dos proveitos provenientes das participações FEDER e FSE;
- O resultado patrimonial foi reforçado em 2015, face às disposições legais que obrigam à afetação de parte do resultado líquido proveniente do ano anterior, para a conta 51 - Património. Foi assim efetuado o reforço de 47.411,61€.

IV. PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

Dispõe ainda o Ponto 13 do POCAL que o Relatório de Gestão deve contemplar uma síntese da Situação Financeira, considerando os indicadores de gestão a apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Deste modo, apresenta-se um quadro resumo, com todos esses indicadores:

Tabela 14 – Indicadores de Gestão

Rácio	Conteúdo	Perc.
Grau de Cobertura global das receitas e das despesas	Cobertura das Despesas Correntes pelas Receitas Correntes	82,15%
	Cobertura das Despesas pelas Receitas	149,90%
	Capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes	121,72%
	Capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas de capital	124,63%
	Grau de cobertura da despesa total por transferências da Administração Central	104,22%
Estrutura da Receita	Peso Transferências da Administração Local na Receita Total	7,69%
	Peso Transferências da Administração Central na Receita Total	69,53%
	Peso Transferências Correntes e Capital obtidas em projetos cofinanciados	39,15%
Estrutura da Despesa	Peso Despesas com Pessoal nas Despesas Correntes	30,10%
	Peso Despesas com Bens e Serviços nas Despesas Correntes	68,44%
	Peso aquisição de bens de capital nas Despesas de Capital	0,03%
	Peso Despesas com Bens e Serviços na Despesa Total	51,92%
	Peso Despesas com Pessoal na Despesa Total	15,23%
	Peso aquisição de bens de capital na Despesa Total	0,01%
Financiamento da Despesa	Grau de Cobertura das Receitas Correntes sobre as Despesas com Pessoal	24,73%
	Grau de Cobertura das Receitas Correntes sobre as Despesas com Bens e Serviços	68,44%
	Grau de Cobertura da Receita Total sobre as Despesas com Pessoal	15,23%
	Grau de Cobertura da Receita Total sobre as Despesas com Bens e Serviços	34,64%

V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Relativamente à aplicação do resultado líquido do exercício, dispõe o ponto 2.7.3 do

POCAL:

Ponto 2.7.3.1 -- A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovado pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo;

Ponto 2.7.3.2 -- No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 -- resultados transitados.

Em cumprimento da referida disposição legal, propõe-se que o Resultado Negativo do Exercício de 89.344,43€ tenha a seguinte aplicação:

- ✓ O montante de 89.344,43€ seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

VI. FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento das contas não ocorreram factos que possam vir a influenciar os resultados agora apresentados.

VII. DELIBERAÇÃO DOS ÓRGÃOS

Deliberação do Conselho Intermunicipal

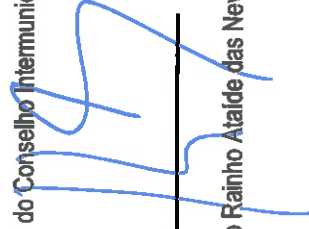
Foram presentes, em Reunião Ordinária do Conselho Intermunicipal, realizada em 07 de abril de 2016, o Relatório de Gestão de 2015, os documentos de Prestação de Contas do mesmo ano, e a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2015 da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Após análise, os documentos a votação foram aprovados por unanimidade, com 17 votos a favor, 0 votos contra, e 0 abstenções, os quais se submetem à apreciação da Assembleia Intermunicipal, dando cumprimento à alínea d) do art.º 14º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

O Presidente do Conselho Intermunicipal,

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal,

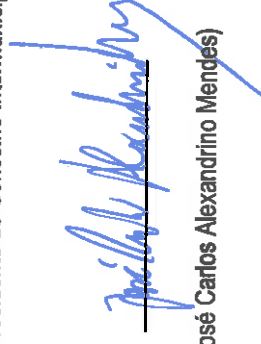
O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal,



(João Albino Rainho Ataíde das Neves)



(Ricardo Pereira Alves)



(José Carlos Alexandrino Mendes)

Deliberação da Assembleia Intermunicipal

Foram presentes, em Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 26 de abril de 2016, o Relatório de Gestão de 2015, os documentos de Prestação de Contas do mesmo ano, e a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2015 da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

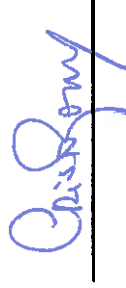
Após análise, os documentos a votação foram apreciados com 57 votos a favor, 0 votos contra, e 4 abstenções, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pela mesa, que abaixo assinam.

O Presidente da Assembleia Intermunicipal,



(Fernando Luís de Almeida Torres Marinho)

Pelo O Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal,



(Fernando Santa Antunes)

O Secretário da Assembleia Intermunicipal,



(José Maria Maia Gomes)